

RELATÓRIO DE GESTÃO

ano financeiro 2008

VOLUME I

INDICE

I – Apresentação	3
II – Enquadramento macroeconómico	6
III – Introdução	8
IV – Execução Orçamental	10
4.1 – Controlo Orçamental da Receita e da Despesa	10
4.1.1 – Aprovação do Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2008	13
4.1.2 - Execução Orçamental da Receita	19
4.1.2 - Execução Orçamental da Despesa	30
4.2 – Poupança	48
4.3 – Evolução do Endividamento	50
4.4 – Prazo Médio de Pagamentos (PMP) para 2008	63
4.5. – Execução Orçamental das Grandes Opções do Plano de 2008	64
V – Situação Económico-Financeira	72
5.1 – Análise do Balanço.....	74
5.1.1– Imobilizado.....	75
5.1.2 – Circulante.....	78
5.1.3 – Acréscimos e Diferimentos	79
5.1.4 – Fundos Próprios	80
5.1.5 – Passivo	82
5.2 – Análise da Demonstração de Resultados	89
VI – Proposta de Aplicação dos Resultados	92
VII – Consolidação de contas	93
VIII – Certificação Legal das Contas e Parecer sobre as Contas	95

I – Apresentação

Ex.mos Senhores Deputados da Assembleia Municipal

No estrito cumprimento do preceituado nos diplomas legais em vigor, concretamente o que refere o n.º 2 do artigo 49.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e rectificada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, vem o órgão executivo camarário submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal os documentos de prestação de contas do ano económico de 2008.

Sendo fundamental para o controlo e gestão desta e de qualquer Autarquia, os documentos foram elaborados para o ano económico que coincide com o ano civil de 2008 e traduzem fielmente toda a execução orçamental, patrimonial e económica constante no orçamento aprovado para esse período e que consubstancia os fundamentos para o desenvolvimento da actividade autárquica.

Em conformidade com o exposto, o presente Relatório de Gestão apresenta a análise da execução orçamental do Município, contemplando os seguintes aspectos:

- Exposição global dos factores económicos e financeiros, de carácter relevante, analisando a sua evolução em relação aos exercícios anteriores, com recurso a mapas indicativos e comparativos;
- Análise dos níveis de execução da actividade do Município, sob as ópticas da arrecadação de receita e da execução da despesa, considerando, conforme é recomendável, a sua natureza orgânica, económica e funcional;
- Apresentação da situação económico-financeira do Município.

A análise começa por apresentar uma síntese da execução orçamental do Município de Cantanhede durante o ano de 2008, a qual, conforme consta no descritivo dos documentos de prestação de contas, atingiu os seguintes movimentos gerais:

SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR:

(Valores em Euros)

-Em documentos.....	900,38	
- Em numerário:		
- de dotação orçamental.....	58.707,74	
- de operações de tesouraria...	761.462,14	821.070,28

RECEITA:

- Orçamental.....	25.680.904,49	
- Operações de Tesouraria.....	1.304.391,21	
- Virtual liquidada.....	0,00	
		26.985.295,70

DESPESA:

- Orçamental.....	25.640.094,28	
- Operações de Tesouraria.....	1.156.575,79	
- Virtual cobrada.....	0.00	
- Virtual anulada.....	900.38	
		26.796.670,07

SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE:

- Em documentos.....	0,00	
- Em numerário:		
- Orçamental.....	99.517,95	
- Operações de Tesouraria....	909.277,58	
		1.008.795,53

A receita orçamental cobrada no ano de 2008 totalizou **25.739.612,23 euros**, a partir do somatório das seguintes verbas:

- receitas correntes.....	13.796.470,85
- receitas de capital.....	11.943.141,38

Relativamente à despesa orçamental paga, o seu valor atingiu **25.640.094,28 euros**, montante que foi aplicado em:

- despesa corrente.....	12.713.392,24
- despesa de capital.....	12.926.702,04

CANTANHEDE, 9 de Abril de 2009

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

(João Pais de Moura)

II – Enquadramento macroeconómico

A tendência de desaceleração que as principais economias mundiais têm vindo a evidenciar desde o final de 2006 acentuou-se significativamente no último ano, situação entretanto muito agravada por uma crise sem precedentes nos mercados financeiros internacionais.

Numa altura em que, não obstante alguma evolução positiva, os analistas parecem ter dificuldades em adiantar datas para uma inversão consistente deste cenário, sobretudo para a retoma económica ao nível internacional, persistem as previsões que apontam, pelo menos até ao início do próximo ano, um panorama recessivo nos países mais desenvolvidos e a contracção das economias emergentes.

De acordo com o último Boletim Mensal do Banco Central Europeu, o PIB na zona euro registou um aumento entre 0,8% e 1,2% em 2008, taxa bastante inferior à prevista, antevendo-se ainda uma queda com carácter temporário em 2009 e uma recuperação moderada em 2010. Já quanto à inflação, ela teve uma redução muito significativa, com a taxa de variação média anual do IHPC a situar-se entre os 3,2% e os 3,4 %.

Estruturalmente muito exposto às variações da economia mundial, Portugal não escapou ao impacto do forte abrandamento do comércio internacional, ao mesmo tempo que, à semelhança do que vem acontecendo na generalidade dos seus parceiros comerciais, tem sofrido os efeitos de uma diminuição significativa da procura interna, factores que, além de afectarem muito negativamente a actividade das empresas e o mercado de trabalho, têm concorrido para o clima de incerteza quanto à duração da crise, para a quebra de confiança dos agentes económicos e para deterioração das condições de financiamento da economia.

Segundo o Instituto Nacional de Estatística, o PIB português registou em 2008 uma variação nula, situando-se, em termos nominais, nos 166 mil milhões de euros. Neste quadro, as exportações de bens e serviços sofreram uma quebra relacionada com os já referidos efeitos da crise financeira internacional e da concomitante diminuição da actividade económica mundial, as importações registaram uma variação positiva, embora abaixo do valor do ano anterior, e a procura interna desacelerou, atingido um crescimento de 1,0%.

Para reanimar a actividade económica, muitos países adoptaram medidas de política orçamental com forte incidência no investimento público, orientação que também tem sido seguida pelo Governo português.

Justifica-se por isso que o Município de Cantanhede tenha decidido seguir na mesma linha, dando continuidade ao seu ambicioso programa de investimentos e procurando contrariar, até ao limite das suas possibilidades, os efeitos da conjuntura económica desfavorável, bem como as dificuldades criadas pelos encargos decorrentes do aumento de competências que, de modo crescente, a Administração Central tem vindo a transferir para as autarquias. Por outro lado, reconhecendo o meritório e imprescindível trabalho das Juntas de Freguesia, Associações e IPSS's, continuou a apoiar a actividade destas entidades através da transferência anual de verbas em montantes idênticos ou mesmo superiores aos de anos anteriores.

O último exercício ficou assim marcado por um enorme esforço financeiro, o que obrigou a uma atenção redobrada no controle da gestão da Autarquia, sobretudo porque, num ano em que não houve apoios comunitários ou nacionais para execução de obras públicas, o executivo camarário optou por avançar com inúmeros projectos estruturantes para o Concelho.

Esta opção ganha ainda maior sentido se tivermos em conta que muito recentemente abriram os programas de financiamento do Quadro de Referência Estratégico Nacional – QREN –, no âmbito dos quais o Município de Cantanhede tem fundadas expectativas de ver aprovadas importantes participações financeiras no quadro das candidaturas já apresentadas ou a apresentar.

Como facilmente se entende, a Autarquia não pode desperdiçar nenhuma oportunidade para tirar partido das verbas disponíveis daquele que será, em princípio, o último quadro comunitário de apoio, mesmo se, nesta fase, isso esteja a obrigar a um aumento dos encargos com a execução de um vasto conjunto de obras em curso ou a iniciar a curto prazo.

Apesar das dificuldades de uma conjuntura de crise, o Município de Cantanhede demonstra assim uma atitude pró-activa, na convicção de que tem condições para continuar a consolidação do processo de desenvolvimento do Concelho.

III – Introdução

O Relatório de Gestão assume uma importância primordial no âmbito dos documentos de prestação de contas. Enquanto instrumento de apoio à gestão por excelência, os seus principais objectivos passam por evidenciar a situação económica e financeira da instituição relativamente ao exercício, demonstrar a eficiência na utilização dos meios afectos à persecução das actividades desenvolvidas e reflectir o nível de eficácia na realização das metas enunciadas e aprovadas.

Nessa conformidade, o presente Relatório de Gestão contempla os seguintes aspectos:

- A situação orçamental, nomeadamente os níveis de execução orçamentais alcançados, tendo como referência o grau de execução orçamental da despesa efectuada em função do montante de receita arrecadada, os respectivos desvios observados face à proposta de execução orçamental inicial, bem como em que termos foram concretizadas as Grandes Opções do Plano determinadas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Actividades Mais Relevantes;
- A situação económica, com enfoque particular na evolução da gestão relativamente aos diferentes sectores de actividade da Autarquia, designadamente no que concerne ao investimento, estrutura de funcionamento e respectivos custos e proveitos;
- A síntese da situação financeira da instituição, considerando os indicadores de gestão financeira apropriados à análise de balanços e de demonstrações de resultados;
- A evolução das dívidas de curto, médio e longo prazo de e a terceiros;
- A proposta de aplicação do resultado líquido do exercício;
- A relação discriminada de todos os factos considerados relevantes que tenham ocorrido após o termo do exercício sujeito a apreciação, os quais são referidos ao longo do presente documento.

O Relatório de Gestão respeita o que está preconizado no POCAL, apresentando os resultados em duas ópticas distintas:

- **Numa óptica Orçamental**, são apresentados os níveis de execução do orçamento, numa perspectiva de caixa, considerando toda a receita arrecadada e despesa efectuada e devidamente discriminada pelas várias fases de arrecadação e realização;

- **Numa óptica Patrimonial**, aparece o sumário das principais peças contabilísticas, nomeadamente o Balanço, a Demonstração de Resultados e correspondentes anexos, neste caso com uma breve descrição das contas com maior relevo constantes nesses documentos, os quais são tradicionalmente utilizados para traduzir a realidade económica, financeira e patrimonial de qualquer organização. Além disso, e tendo em conta que o balanço não é mais do que a imagem fiel do património, direitos e obrigações da Autarquia reportado a uma determinada data, o Balanço e a Demonstração de Resultados reflectem também, à data de 31 de Dezembro de 2008, do ponto de vista monetário, toda a constituição do património municipal, a origem da formação de resultados e qual o destino dado aos recursos financeiros no ano económico sujeito a análise.

No entanto, convém lembrar que o Relatório de Gestão representa apenas um dos elementos da prestação de contas, porquanto no tocante à totalidade dos Documentos de Prestação de Contas do Município, estes estão devidamente identificados nas considerações técnicas do Decreto-lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, que instituiu o POCAL, e aparecem inscritos nos seguintes termos:

- Balanço;
- Demonstração de resultados;
- Mapas de execução orçamental;
 - Da receita;
 - Da despesa;
 - Do plano plurianual de investimentos;
 - Mapa de fluxos de caixa;
 - Mapa de operações de tesouraria;
- Anexos às demonstrações financeiras;
 - Caracterização da entidade;
 - Notas ao balanço e à demonstração de resultados;
 - Notas sobre o processo orçamental e respectiva execução;
- Relatório de gestão.

IV – Execução Orçamental

4.1 – Controlo Orçamental da Receita e da Despesa

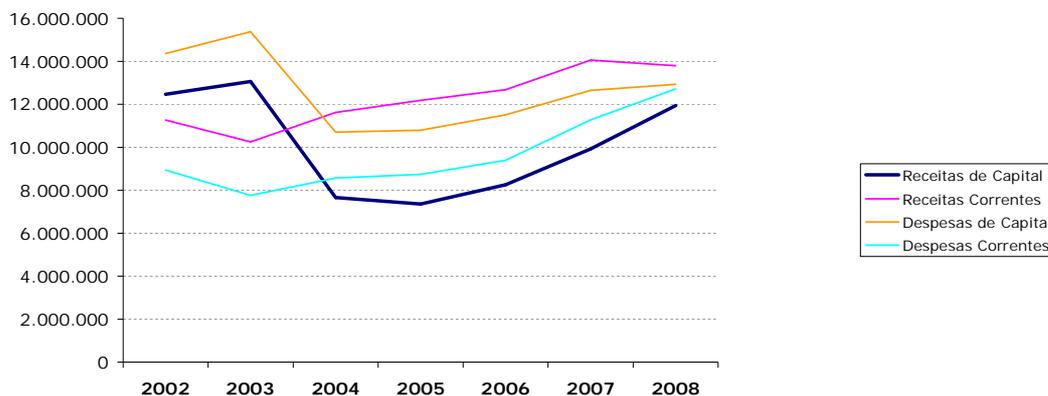
Com este capítulo pretende-se demonstrar, de modo claro e conciso, a todos os utentes da informação financeira do Município de Cantanhede, a forma como decorreu a execução do orçamento de 2008 aprovado na reunião do órgão deliberativo de 27 de Dezembro de 2007.

Esta informação é fornecida, com separação da receita e da despesa, apresentando para cada uma destas vertentes quadros complementares que permitem uma melhor percepção quanto à forma como as várias componentes em análise contribuíram para o resultado global obtido, seguindo uma perspectiva de abordagem que se considera ser a que melhor responde ao objectivo acima mencionado para este capítulo.

QUADRO 1
VARIAÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS NOS ÚLTIMOS 7 ANOS

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
<i>Receitas de Capital</i>	12.459.079,13	13.058.979,04	7.659.900,94	7.356.018,00	8.254.088,34	9.921.541,55	11.943.141,38
<i>Receitas Correntes</i>	11.267.981,11	10.243.575,74	11.621.165,20	12.180.098,12	12.679.658,88	14.050.569,74	13.796.470,85
<i>Despesas de Capital</i>	14.362.459,43	15.378.427,28	10.697.471,87	10.788.258,89	11.506.743,90	12.643.592,84	12.926.702,04
<i>Despesas Correntes</i>	8.933.382,85	7.753.336,40	8.563.565,70	8.736.716,68	9.394.074,86	11.269.810,71	12.713.392,24

Gráfico da Variação das Receitas e Despesas



QUADRO 2

Un: (Euros)

RELAÇÃO ENTRE AS RECEITAS COBRADAS BRUTAS E AS DESPESAS CORRENTES E AS RECEITAS COBRADAS BRUTAS E AS DESPESAS DE CAPITAL			ANO FINANCEIRO DE 2008		
DESIGNAÇÃO	VALOR	%	DESIGNAÇÃO	VALOR	%
RECEITAS CORRENTES:			DESPESAS CORRENTES:		
01 – Impostos directos	4.517.518,78	17,55	01 – Pessoal	5.906.891,78	23,04
02 – Impostos indirectos	281.648,81	1,09	02 – Aq. de bens e serviços correntes	4.031.691,10	15,72
04 – Taxas, multas e outras penalidades	190.954,72	0,74	03 – Juros e outros encargos	806.295,95	3,14
05 – Rendimentos de propriedade	1.077.650,06	4,19	04 – Transferências correntes	961.649,97	3,75
06 – Transferências correntes	7.033.036,13	27,32	05 – Subsídios	316.686,00	1,24
07 – Venda de bens e serviços correntes	667.630,78	2,59	06 - Outras despesas correntes	690.177,44	2,69
08 - Outras receitas correntes	28.031,57	0,12			
Total das receitas correntes	13.796.470,85	53,60	Total das despesas correntes	12.713.392,24	49,58
RECEITAS DE CAPITAL:			DESPESAS DE CAPITAL		
09 – Venda de bens de investimento	930.810,27	3,62	07 – Aq. de bens de capital	9.555.336,87	37,27
10 – Transferências de capital	4.175.423,58	16,22	08 – Transferências de capital	1.935.560,16	7,55
11 – Activos financeiros	0,00	0,00	09 – Activos financeiros	400.000,00	1,56
12 – Passivos financeiros	6.760.530,00	26,27	10 – Passivos financeiros	925.826,51	3,61
13 – Outras receitas de capital	1.673,08	0,01	11 - Outras despesas de capital	109.978,50	0,43
15 – Reposições não abatidas nos pagamentos	15.996,71	0,05			
16 – Saldo da Gerência Anterior	58.707,74	0,23			
17 – Operação Extra-Orçamentais		0,00			
Total das receitas de capital	11.943.141,38	46,40	Total das despesas de capital	12.926.702,04	50,42
TOTAL GERAL DA RECEITA	25.739.612,23	100,00	TOTAL GERAL DA DESPESA	25.640.094,28	100,00

QUADRO 3

Un: (Euros)

DESVIOS ENTRE AS RECEITAS COBRADAS BRUTAS E DESPESAS

DESIGNAÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS	PREVISÃO		EXECUÇÃO/COBRANÇA (3)	DIFERENÇAS	
	Inicial	Final		Valor	Percentagem
	(1)	(2)		(4) = (3) - (2)	(5) = (4) / (2)
Ano Financeiro 2008					
RECEITAS CORRENTES					
<i>Impostos directos:</i>					
Contribuição Autárquica/IMI	2.622.366,00	2.622.366,00	2.867.317,03	244.951,03	9,3%
Imposto sobre veículos/IUC	509.325,00	509.325,00	429.253,64	-80.071,36	-15,7%
Sisa/IMT	1.514.009,00	1.514.009,00	1.220.948,11	-293.060,89	-19,4%
Outros impostos abolidos	100,00	100,00	0,00	-100,00	-100,0%
Imposto directos diversos	100,00	100,00	0,00	-100,00	-100,0%
<i>Impostos indirectos</i>					
Taxas, multas e outras penalidades	1.029.517,00	1.029.517,00	281.648,81	-747.868,19	-72,6%
Rendimentos da propriedade	1.021.091,00	1.021.091,00	190.954,72	-830.136,28	-81,3%
<i>Transferências correntes:</i>					
FEF/FSM/PARTICIPAÇÃO FIXA IRS	5.985.972,00	5.985.972,00	5.985.972,00	0,00	0,0%
Outras	1.385.251,00	1.385.233,00	1.047.064,13	-831.168,87	-44,3%
Venda de bens e serviços correntes	1.105.931,00	1.105.931,00	667.630,78	-438.300,22	-39,6%
Outras receitas correntes	244.330,00	244.330,00	28.031,57	-216.298,43	-88,5%
TOTAL	16.479.471,00	16.972.453,00	13.796.470,85	-3.175.982,15	-18,7%
DESPESAS CORRENTES					
Pessoal	6.064.609,00	5.924.073,00	5.906.891,78	-17.181,22	-0,3%
Aquisição de bens e serviços	3.909.016,00	4.863.259,74	4.031.691,10	-831.568,64	-17,1%
Juros e outros encargos	880.526,00	888.476,00	806.295,95	-82.180,05	-9,2%
<i>Transferências correntes:</i>					
Para Sociedades não financeiras	77.986,00	77.669,00	76.516,53	-1.152,47	-1,5%
Para a administração central	99.853,00	76.281,00	74.053,94	-2.227,06	-2,9%
Para a administração local	195.825,00	125.284,00	116.935,91	-8.348,09	-6,7%
Para Instituições sem fins Lucrativos	849.279,00	668.086,00	658.319,53	-9.766,47	-1,5%
Outras	61.134,00	44.564,00	35.824,06	-8.739,94	-19,6%
Subsídios	305.599,00	316.687,00	316.686,00	-1,00	0,0%
Outras despesas correntes	555.798,00	696.332,00	690.177,44	-6.154,56	-0,9%
TOTAL	12.999.625,00	13.680.711,74	12.713.392,24	-967.319,50	-7,1%
RECEITAS DE CAPITAL					
Venda de bens de investimento	11.149.480,00	11.149.480,00	930.810,27	-10.218.669,73	-91,7%
<i>Transferências de capital:</i>					
FEF	3.197.177,00	3.197.177,00	3.197.177,00	0,00	0,0%
Outras	4.297.197,00	4.339.238,00	978.246,58	-3.360.991,42	-77,5%
<i>Activos Financeiros:</i>					
Outros	5,00	5,00	0,00	-5,00	
<i>Passivos financeiros:</i>					
Empréstimos curto prazo	0,00	1.340.000,00	1.326.500,00	-13.500,00	-1,0%
Empréstimos a médio e longo prazo	4.842.030,00	6.184.030,00	5.434.030,00	-750.000,00	-12,1%
Outras receitas de capital	1.840,00	1.840,00	1.673,08	-166,92	-9,1%
Reposições não abatidas nos pagamentos	5,00	5,00	15.996,71	15.991,71	319834,2%
Saldo da gerência anterior	0,00	58.707,74	58.707,74	0,00	0,0%
Total	23.487.734,00	26.270.482,74	11.943.141,38	-14.327.341,36	-54,5%
DESPESAS DE CAPITAL					
<i>Investimentos:</i>					
Terrenos	1.397.870,00	1.118.338,00	306.159,74	-812.178,26	-72,6%
Habitacões	50.050,00	53.050,00	53.000,00	-50,00	-0,1%
Edifícios	5.092.842,00	5.006.087,00	1.522.304,58	-3.483.782,42	-69,6%
Construções diversas	14.756.598,00	14.749.518,00	6.010.360,61	-8.739.157,39	-59,3%
Material de transporte	18.008,00	17.117,00	14.570,77	-2.546,23	-14,9%
Equipamento de Informática	163.206,00	197.754,00	73.969,57	-123.784,43	-62,6%
Software Informático	129.433,00	151.409,00	67.370,39	-84.038,61	-55,5%
Equipamento administrativo	153.344,00	173.575,00	24.632,28	-148.942,72	-85,8%
Equipamento Básico	507.833,00	701.994,00	323.512,63	-378.481,37	-53,9%
Ferramentas e utensílios	8.350,00	9.093,00	3.019,58	-6.073,42	-66,8%
Artigos e objectos de valor	20.000,00	20.000,00	0,00	-20.000,00	-100,0%
Outros investimentos	398.430,00	411.612,00	132.587,33	-279.024,67	-67,8%
Locação Financeira	293.071,00	1.294.308,00	1.023.849,39	-270.458,61	-20,9%
<i>Transferências de capital:</i>					
Para sociedades não financeiras	475.501,00	501.857,00	501.855,53	-1,47	0,0%
Para a administração central	2.151,00	2.151,00	1.150,00	-1.001,00	-46,5%
Para a administração local	796.213,00	831.761,00	670.416,83	-161.344,17	-19,4%
Para Instituições sem fins lucrativos	1.598.103,00	1.272.125,00	762.137,80	-509.987,20	-40,1%
Outras	101,00	101,00	0,00	-101,00	-100,0%
<i>Activos Financeiros:</i>					
Concessão de empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros	103,00	600.103,00	400.000,00	-200.103,00	-33,3%
<i>Passivos financeiros:</i>					
Amortização de empréstimos	930.715,00	2.270.715,00	925.826,51	-1.344.888,49	-59,2%
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras despesas capital	175.658,00	179.556,00	109.978,50	-69.577,50	-38,7%
TOTAL	26.967.580,00	29.562.224,00	12.926.702,04	-16.635.521,96	-56,3%

4.1.1 – Aprovação do Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2008

De acordo com o estabelecido no POCAL, os documentos previsionais das autarquias são constituídos pelo Orçamento e pelas Grandes Opções do Plano, instrumentos de importância crucial para o processo de gestão autárquica. No primeiro caso, trata-se da definição da política financeira de curto prazo; no segundo, diz respeito às linhas de desenvolvimento estratégico de médio e longo prazo.

O Orçamento consiste na apresentação da previsão anual das receitas e das despesas, de acordo com o quadro e código de contas da classificação económica constantes no classificador aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de Fevereiro. Sendo um imperativo legal, representa também a necessidade de, a partir da análise da realidade e das potencialidades da Autarquia, estabelecer propósitos e objectivos que, face aos recursos disponíveis e mobilizáveis, possibilitem a formulação de programas de acção de enquadramento para a actividade prevista durante certo período.

Este processo de planeamento deve portanto ser visto como um exercício essencialmente dinâmico, ajustável a uma realidade sempre em mutação, em função de alterações conjunturais e de outros factores. Daí que não possa ser encarado como um instrumento estático, porquanto está sujeito, ao longo do período da sua vida útil, a diversas alterações ou revisões, que não são mais do que meros mecanismos legais previstos no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, e através dos quais é possível ajustar o Orçamento Municipal às diversas realidades que forem surgindo durante o tempo em que estiver em vigor.

As Grandes Opções do Plano, de horizonte móvel de quatro anos, integram dois documentos:

- O Plano Plurianual de Investimentos, que inclui todos projectos e acções a realizar, no âmbito dos objectivos estabelecidos pela Autarquia, explicitando a respectiva previsão da despesa.
- O Plano Plurianual das Actividades Mais Relevantes, sendo estas, como o próprio nome indica, actividades que, pela sua relevância, o Município entende dever realçar nas Grandes Opções do Plano, independentemente da natureza das suas despesas, sejam elas correntes ou de capital.

As Grandes Opções do Plano estão na base da elaboração de toda a estrutura do Orçamento Municipal, na medida em que, ao definir as políticas macroeconómicas que a Autarquia pretende seguir no horizonte temporal de quatro anos, a sua efectiva realização, nos termos do planeado, apenas será possível através da clarificação, no orçamento, do modo como tais políticas serão exequíveis.

Aprovado pela Assembleia Municipal, na reunião ordinária de 27 de Dezembro de 2007, o Orçamento Municipal de 2008 ascendeu a 39.967.205,00 euros, traduzindo uma variação positiva relativamente ao ano anterior em cerca de 17,8%, ou seja, 6.033.570,00 euros em valor absoluto. Apesar de parecer ser um aumento com um impacto significativo na estrutura orçamental do Município, verifica-se que ele teve incidência sobretudo na componente de investimento, que sobe, face à estimativa inicial do ano anterior, 5.369.540,00 euros. Este acréscimo esteve na base da necessidade de se fazer reflectir no orçamento de 2008 os fortes investimentos estruturantes a realizar, num futuro

muito próximo, em diversas áreas de incidência da actividade camarária, estando quantificadas em termos de receita os montantes expectáveis a obter para esse efeito no âmbito novo Quadro de Referência Estratégica Nacional, apesar de, nesta matéria e à semelhança do que aconteceu nos quadros comunitários anteriores, a Autarquia ter de suportar num primeiro momento todos os encargos inerentes aos investimentos em causa.

QUADRO 4

Modificações Orçamentais da Receita do ano de 2008

Un: (Euros)

Orçamento Inicial		Receitas Correntes		Receitas Capital		Total	
		16.479.471,00		23.487.734,00		39.967.205,00	
N.º	Data	Reforços		Diminuições		Total	
		Receitas Correntes	Receitas Capital	Receitas Correntes	Receitas Capital	Reforços	Diminuições
Alt. 4	17-04-2008	0,00	1.340.000,00	0,00	0,00	1.340.000,00	0,00
Rev.1	30-04-2008	0,00	58.707,74	0,00	0,00	58.707,74	0,00
Alt. 8	15-07-2008	389.913,00	1.342.000,00	0,00	0,00	1.731.913,00	0,00
Alt. 9	19-08-2008	15.140,00	42.041,00	0,00	0,00	57.181,00	0,00
Alt. 11	15-10-2008	87.929,00	0,00	0,00	0,00	87.929,00	0,00
TOTAL		492.982,00	2.782.748,74	0,00	0,00	3.275.730,74	0,00
Orçamento Final		16.972.453,00		26.270.482,74		43.242.935,74	

QUADRO 5

Modificações Orçamentais da Despesa do ano de 2008

Un: (Euros)

Orçamento Inicial		Despesas Correntes		Despesas Capital		Total	
		12.999.625,00		26.967.580,00		39.967.205,00	
N.º	Data	Reforços		Diminuições		Total	
		Despesas Correntes	Despesas Capital	Despesas Correntes	Despesas Capital	Reforços	Diminuições
Alt. 1	23-01-2008	53.662,00	22.687,00	53.662,00	22.687,00	76.349,00	76.349,00
Alt. 2	21-02-2008	206.983,00	237.138,00	206.983,00	237.138,00	444.121,00	444.121,00
Alt. 3	18-03-2008	87.256,00	226.871,00	87.256,00	226.871,00	314.127,00	314.127,00
Alt. 4	17-04-2008	108.816,00	1.480.056,00	108.816,00	140.056,00	1.588.872,00	248.872,00
Rev. 1	30-04-2008	186.930,00	663.092,00	128.222,26	663.092,00	850.022,00	791.314,26
Alt. 5	21-05-2008	112.766,00	305.000,00	112.766,00	305.000,00	417.766,00	417.766,00
Alt. 6	13-06-2008	46.884,00	275.204,00	46.884,00	275.204,00	322.088,00	322.088,00
Alt. 7	23-06-2008	21.873,00	0,00	21.873,00	0,00	21.873,00	21.873,00
Alt. 8	15-07-2008	1.204.241,00	1.266.553,00	684.931,00	53.950,00	2.470.794,00	738.881,00
Alt. 9	19-08-2008	512.802,00	133.136,00	497.662,00	91.095,00	645.938,00	588.757,00
Alt. 10	19-09-2008	93.611,00	172.989,00	93.611,00	172.989,00	266.600,00	266.600,00
Alt. 11	15-10-2008	189.245,00	197.731,00	101.316,00	197.731,00	386.976,00	299.047,00
Alt. 12	14-11-2008	113.941,00	100.000,00	113.941,00	100.000,00	213.941,00	213.941,00
Alt. 13	27-11-2008	258.279,00	1.002.075,00	258.279,00	1.002.075,00	1.260.354,00	1.260.354,00
Alt. 14	19-12-2008	219.068,00	5.341,00	219.068,00	5.341,00	224.409,00	224.409,00
Alt. 15	30-12-2008	0,00	98.182,00	0,00	98.182,00	98.182,00	98.182,00
Alt. 16	31-12-2008	109.819,00	0,00	109.819,00	0,00	109.819,00	109.819,00
TOTAL		3.526.176,00	6.186.055,00	2.845.089,26	3.591.411,00	9.712.231,00	6.436.500,26
Orçamento Final		13.680.711,74		29.562.224,00		43.242.935,74	

QUADRO 6

Modificações Orçamentais das Grandes Opções do Plano 2008

Un: (Euros)

		PPI		AMR		GOP	
Orçamento Inicial		22.989.035,00		5.385.968,00		28.375.003,00	
N.º	DATA	REFORÇOS	DIMINUIÇÕES	REFORÇOS	DIMINUIÇÕES	REFORÇOS	DIMINUIÇÕES
Alt. 1	23-01-2008	14.065,00	22.687,00	9.044,00	0,00	23.109,00	22.687,00
Alt. 2	21-02-2008	237.138,00	237.138,00	196.399,00	194.999,00	433.537,00	432.137,00
Alt. 3	18-03-2008	221.871,00	226.871,00	6.968,00	13.017,00	228.839,00	239.888,00
Alt. 4	17-04-2008	101.905,00	140.056,00	58.151,00	50.315,00	160.056,00	190.371,00
Rev. 1	30-04-2008	29.040,00	263.092,00	34.052,00	528.222,26	63.092,00	791.314,26
Alt. 5	21-05-2008	290.831,00	305.000,00	28.860,00	19.210,00	319.691,00	324.210,00
Alt. 6	13-06-2008	270.349,00	275.204,00	12.785,00	5.500,00	283.134,00	280.704,00
Alt. 7	15-07-2008	1.254.180,00	53.950,00	594.384,00	69.033,00	1.848.564,00	122.983,00
Alt. 8	19-08-2008	133.136,00	91.095,00	332.782,00	306.840,00	465.918,00	397.935,00
Alt. 9	19-09-2008	158.260,00	172.989,00	44.978,00	25.482,00	203.238,00	198.471,00
Alt. 10	15-10-2008	191.045,00	197.731,00	4.067,00	13.587,00	195.112,00	211.318,00
Alt. 11	14-11-2008	100.000,00	100.000,00	1.500,00	15.000,00	101.500,00	115.000,00
Alt. 12	27-11-2008	1.002.075,00	1.002.075,00	136.914,00	22.606,00	1.138.989,00	1.024.681,00
Alt. 13	19-12-2008	4.154,00	5.341,00	1.093,00	44.788,00	5.247,00	50.129,00
Alt. 14	30-12-2008	98.182,00	98.182,00	0,00	0,00	98.182,00	98.182,00
Alt. 15	31-12-2008	0,00	0,00	98.356,00	2.796,00	98.356,00	2.796,00
TOTAL		4.106.231,00	3.191.411,00	1.560.333,00	1.311.395,26	5.666.564,00	4.502.806,26
Orçamento Final		23.903.855,00		5.634.905,74		29.538.760,74	

Durante o ano de 2008, conforme se visualiza nos quadros n.º 5 e n.º 6, o Orçamento do Município de Cantanhede e as Grandes Opções do Plano nele contempladas foram alvo de 16 alterações e uma revisão orçamental, sendo que apenas esta e quatro das alterações tiveram reflexo nas dotações iniciais. Fazendo o balanço dos ajustamentos operados, constata-se que houve uma variação positiva do valor inicialmente previsto em cerca de 8,2%, ou seja 3.275.730,74 euros em valor absoluto, o que representa menos 2.025.834,72 euros daquela que se verificou em 2007, o qual por sua vez tinha registado um aumento de 5.301.565,46 euros (mais 15,62%) face ao orçamento do ano anterior.

Por outro lado, se à verba correspondente à variação positiva do orçamento por efeito das alterações e da revisão orçamental, retirarmos o montante de 1.342.000,00 euros referente a um empréstimo de médio e longo prazo, no âmbito do “Programa pagar a Tempo e Horas”¹, constata-se que essa variação se situa em apenas mais 1.933.730,74 euros, ou seja, um aumento de escassos 5% face ao valor inicialmente aprovado. A este respeito é de sublinhar que a Autarquia aderiu ao programa pagar a Tempo e Horas em virtude de as condições financeiras (taxas de juro e prazos) se situarem abaixo das do mercado, permitindo assim tirar partido de uma importante vantagem competitiva.

Relativamente ao referido aumento de 5%, este decompõe-se da seguinte forma:

- Contratação de um empréstimo de curto prazo no valor global de 1.340.000 euros, do qual foi necessário utilizar 1.326.500,00 euros para fazer face às já habituais necessidades de tesouraria sentidas no início do exercício económico. Trata-se portanto de um desvio orçamental que na prática não o é, uma vez que, à data de elaboração dos documentos previsionais, o Município sabia da necessidade de concretizar aquela operação financeira. No entanto, por força do preceituado no POCAL, não é permitido fazer reflectir uma despesa sem a mesma estar formalmente contratada. As alterações e revisões frequentes visam justamente corrigir situações desta natureza. É de referir ainda que, à data da presente apresentação de conta, o referido empréstimo já se encontra totalmente amortizado, nos termos da nova Lei das Finanças Locais (Lei n.º 2/2007, de 15/1).
- 398.913,00 euros, dos quais 349.912,00 euros respeitam a contratos programa de generalização de inglês para os 3.º e 4.º anos do 1.º CEB, e 40.001,00 euros a acordos de colaboração para a realização de Estágios Profissionais promovidos na Administração Pública Local, habitualmente designados por PEPAL, financiados pelo Fundo Social Europeu.
- 57.181,22 euros de apoios auferidos no âmbito de várias candidaturas aprovadas ao abrigo do programa Leader + atribuído pela ADELO – Associação de Desenvolvimento Local da Bairrada e Mondego.
- 87.929,00 euros referentes a um apoio no âmbito do POPH – Programa Operacional Potencial Humano.

¹ Programa de redução de prazos de pagamento a fornecedores de bens e serviços aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros N.º 34/2008, de 14 de Fevereiro de 2008.

As restantes alterações ao orçamento, não tendo traduzido uma variação positiva aos valores inicialmente previstos, configuraram-se apenas em transferências entre rubricas efectuadas ao longo do ano com o intuito de fazer face aos normais ajustamentos decorrentes da efectiva execução da despesa.

QUADRO 7

DISTRIBUIÇÃO DAS ALTERAÇÕES E REVISÕES ORÇAMENTAIS SEGUNDO A NATUREZA ECONÓMICA

CAPÍTULOS	DOTAÇÃO INICIAL		ALTERAÇÕES E REVISÕES		DOTAÇÃO FINAL		VARIAÇÃO	
	VALOR	%	REFORÇOS	DEDUÇÕES	VALOR	%	VALOR	%
01 IMPOSTO DIRECTOS	4.645.900,00	11,62%	0,00	0,00	4.645.900,00	10,74%	0,00	0,00%
02 IMPOSTOS INDIRECTOS	1.029.517,00	2,58%	0,00	0,00	1.029.517,00	2,38%	0,00	0,00%
04 TAXAS, MULTAS EOUTRAS PENALIDADES	1.021.091,00	2,55%	0,00	0,00	1.021.091,00	2,36%	0,00	0,00%
05 RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	1.061.479,00	2,66%	0,00	0,00	1.061.479,00	2,45%	0,00	0,00%
06 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7.371.223,00	18,44%	492.982,00	0,00	7.864.205,00	18,19%	492.982,00	6,69%
07 VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	1.105.931,00	2,77%	0,00	0,00	1.105.931,00	2,56%	0,00	0,00%
08 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	244.330,00	0,61%	0,00	0,00	244.330,00	0,57%	0,00	0,00%
RECEITAS CORRENTES	16.479.471,00	41,23%	492.982,00	0,00	16.972.453,00	39,25%	492.982,00	2,99%
09 VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO	11.149.480,00	27,90%	0,00	0,00	11.149.480,00	25,78%	0,00	0,00%
10 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	7.494.374,00	18,75%	42.041,00	0,00	7.536.415,00	17,43%	42.041,00	0,56%
11 ACTIVOS FINANCEIROS	5,00	0,00%	0,00	0,00	5,00	0,00%	0,00	0,00%
12 PASSIVOS FINANCEIROS	4.842.030,00	12,12%	2.682.000,00	0,00	7.524.030,00	17,40%	2.682.000,00	55,39%
13 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	1.840,00	0,00%	0,00	0,00	1.840,00	0,00%	0,00	0,00%
15 REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	5,00	0,00%	0,00	0,00	5,00	0,00%	0,00	0,00%
16 SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	0,00	0,00%	58.707,74	0,00	58.707,74	0,14%	58.707,74	
RECEITAS CAPITAL	23.487.734,00	58,77%	2.782.748,74	0,00	26.270.482,74	60,75%	2.782.748,74	11,85%
TOTAL	39.967.205,00	100,00%	3.275.730,74	0,00	43.242.935,74	100,00%	3.275.730,74	8,20%

QUADRO 8

DISTRIBUIÇÃO DAS ALTERAÇÕES E REVISÕES ORÇAMENTAIS SEGUNDO A NATUREZA ECONÓMICA

Un: (Euros)

CAPÍTULOS	DOTAÇÃO INICIAL		ALTERAÇÕES E REVISÕES		DOTAÇÃO FINAL		VARIACÃO	
	VALOR	%	REFORÇOS	DEDUÇÕES	VALOR	%	VALOR	%
01 PESSOAL	6.064.609,00	15,17%	804.938,00	945.474,00	5.924.073,00	13,70%	-140.536,00	-2,32%
02 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTE	3.909.016,00	9,78%	2.105.909,00	1.151.665,26	4.863.259,74	11,25%	954.243,74	24,41%
03 ENCARGOS CORRENTES DA DÍVIDA	880.526,00	2,20%	94.614,00	86.664,00	888.476,00	2,06%	7.950,00	0,90%
04 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.284.077,00	3,21%	334.070,00	626.263,00	991.884,00	2,29%	-292.193,00	-22,76%
05 SUBSÍDIOS	305.599,00	0,76%	11.088,00	0,00	316.687,00	0,73%	11.088,00	3,63%
06 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	555.798,00	1,39%	175.578,00	35.044,00	696.332,00	1,61%	140.534,00	25,29%
DESPESAS CORRENTES	12.999.625,00	32,53%	3.526.197,00	2.845.110,26	13.680.711,74	31,64%	681.086,74	5,24%
07 AQUISIÇÃO DE BENS DE INVESTIMENTO	22.989.035,00	57,52%	4.106.231,00	3.191.411,00	23.903.855,00	55,28%	914.820,00	3,98%
08 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.872.069,00	7,19%	135.926,00	400.000,00	2.607.995,00	6,03%	-264.074,00	-9,19%
09 ACTIVOS FINANCEIROS	103,00	0,00%	600.000,00	0,00	600.103,00	1,39%	600.000,00	582524,27%
10 PASSIVOS FINANCEIROS	930.715,00	2,33%	1.340.000,00	0,00	2.270.715,00	5,25%	1.340.000,00	143,98%
11 OUTRAS DESPESAS CAPITAL	175.658,00	0,44%	3.898,00	0,00	179.556,00	0,41%	3.898,00	2,22%
DESPESAS CAPITAL	26.967.580,00	67,47%	6.186.055,00	3.591.411,00	29.562.224,00	68,36%	2.594.644,00	9,62%
TOTAL	39.967.205,00	100,00%	9.712.252,00	6.436.521,26	43.242.935,74	100,00%	3.275.730,74	8,20%

Analisando as alterações efectuadas ao orçamento, segundo a sua natureza económica — receita versus despesa —, observa-se, do lado da receita corrente, uma variação percentual positiva de 2,99%, um desvio materialmente pouco relevante e aliás semelhante à registada em 2007, que foi de 2,49%.

Conforme indica o quadro n.º 7, na vertente das receitas de capital houve um aumento mais acentuado, concretamente 11,85%, ou seja 2.782.784,74 euros em valor absoluto.

Este valor deve-se essencialmente à rubrica de passivos financeiros, onde estão reflectidos os empréstimos acima referidos. No entanto, é de relevar que essa subida ficou muito aquém da registada no ano anterior, cuja variação positiva foi de 27,09%, ou seja, praticamente o dobro.

Da análise do quadro n.º 8 conclui-se que, à semelhança do observado para a receita, a variação mais significativa se situou ao nível das despesas de capital, na rubrica dos passivos financeiros. Isto porque, à data da arrecadação do empréstimo de curto prazo, se acatou a possibilidade de o amortizar no mesmo exercício económico.

Importa também salientar a variação positiva de 600.000,00 euros na rubrica de activos financeiros, com destaque para o facto de, por uma opção meramente contabilística, se ter considerado que seria mais transparente evidenciar o aumento do património associativo da BIOCANT – Associação de Transferência de Tecnologia como se de um verdadeiro activo financeiro se tratasse, apesar de o seu enquadramento legal a confinar a uma associação sem fins lucrativos. Ou seja, deixou-se de contabilizar as transferências efectuadas ao abrigo de aumentos de património associativo como meras transferências para a associação para se passar a relevá-las globalmente no orçamento como um activo financeiro. Daí que tenha havido apenas um ajustamento de 9,62% a mais face à previsão inicial.

Por outro lado, e no que à despesa corrente diz respeito, as variações mais relevantes ocorreram na aquisição de bens e serviços, cuja subida foi de 24,41%, e na rubrica de outras despesas correntes, que apresentou um crescimento de 25,29%. No entanto, a variação global das despesas correntes situou-se num aumento de apenas 5,24%, o que em termos absolutos totalizou o montante de 681.086,74 euros, fruto das várias candidaturas aprovadas no âmbito de diversas modalidades e anteriormente referenciadas aquando da explanação dos reforços orçamentais operados do lado da receita.

4.1.2 - Execução Orçamental da Receita

QUADRO 9

RELAÇÃO DAS RECEITAS COBRADAS BRUTAS

(valores em euros)

DESIGNAÇÃO	2002		2003		2004		2005		2006		2007		2008	
	VALOR	%												
RECEITAS CORRENTES														
Impostos Directos	2.347.395,12	9,9	2.904.717,56	12,5	3.774.642,96	19,6	3.584.461,01	18,3	4.465.673,87	21,3	4.686.892,21	19,6	4.517.518,78	17,6
Impostos Indirectos	1.029.759,32	4,3	473.525,44	2,0	289.628,84	1,5	593.937,80	3,0	472.939,58	2,3	439.740,70	1,8	281.648,81	1,1
Taxas, multas e outras penalidades	287.063,54	1,2	310.354,92	1,3	298.222,46	1,5	530.703,23	2,7	333.455,65	1,6	310.923,30	1,3	190.954,72	0,7
Rendimentos de propriedade	41.902,25	0,2	34.801,50	0,1	30.402,30	0,2	27.826,47	0,1	936.451,41	4,5	942.345,98	3,9	1.077.650,06	4,2
Transferências Correntes	5.494.900,24	23,2	5.559.766,50	23,9	5.857.660,91	30,4	6.068.014,04	31,1	6.026.046,58	28,8	7.018.384,06	29,3	7.033.036,13	27,3
Venda de Bens e Serviços Correntes	2.062.133,50	8,7	947.137,88	4,1	1.356.652,90	7,0	1.369.669,82	7,0	441.767,48	2,1	562.392,31	2,3	667.630,78	2,6
Outras Receitas Correntes	4.827,14	0,0	13.271,94	0,1	13.954,83	0,1	5.485,75	0,0	3.324,31	0,0	89.891,18	0,4	28.031,57	0,1
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	11.267.981,11	47,5	10.243.575,74	44,0	11.621.165,20	60,3	12.180.098,12	62,3	12.679.658,88	60,6	14.050.569,74	58,6	13.796.470,85	53,6
RECEITAS DE CAPITAL														
Venda de Bens de Investimento	568.875,26	0,0	1.666.288,03	7,2	91.220,24	0,5	814.761,64	4,2	2.103.909,44	10,1	1.392.910,76	5,8	930.810,27	3,6
Transferências de Capital	8.051.149,26	33,9	8.247.054,35	35,4	6.332.506,43	32,8	4.556.995,40	23,3	4.387.834,61	21,0	3.607.382,28	15,0	4.175.423,58	16,2
Activos Financeiros	0,00	0,0	0,00	0,0	19,15	0,0	3.801,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Passivos Financeiros	3.837.948,45	16,2	2.649.839,14	11,4	1.059.318,20	5,5	1.971.121,33	10,1	1.726.801,00	8,2	4.885.835,00	20,4	6.760.530,00	26,3
Outras Receitas de Capital	0,00	0,0	3.080,92	0,0	5.569,74	0,0	7.918,11	0,0	1.055,02	0,0	0,00	0,0	1.673,08	0,0
Reposições não abatidas nos pagamentos	1.106,16	0,0	7.618,15	0,0	476,08	0,0	1.420,52	0,0	3.319,15	0,0	2.485,05	0,0	15.996,71	0,1
Saldo da Gerência Anterior			485.098,45	2,1	170.791,10	0,9	0,00	0,0	31.169,12	0,1	32.928,46	0,1	58.707,74	0,2
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	12.459.079,13	52,5	13.058.979,04	56,0	7.659.900,94	39,7	7.356.018,00	37,7	8.254.088,34	39,4	9.921.541,55	41,4	11.943.141,38	46,4
TOTAL GERAL DA RECEITA	23.727.060,24	100,0	23.302.554,78	100,0	19.281.066,14	100,0	19.536.116,12	100,0	20.933.747,22	100,0	23.972.111,29	100,0	25.739.612,23	100,0

O quadro n.º 9 demonstra a evolução da receita bruta cobrada pelo Município de Cantanhede ao longo dos últimos 7 anos. Comparando o exercício em análise com o do ano anterior, observa-se que, em valores absolutos, houve uma subida global de 1.767.500,94 euros, ou seja 7%.

Analisando as receitas de capital, é possível concluir que as rubricas responsáveis pela subida da receita dizem essencialmente respeito à rubrica de passivos financeiros, cujo valor, no montante de 6.760.530,00 euros, é composto pelos empréstimos já mencionados e pela utilização de 3.250.000,00 euros do *plafond* de um empréstimo contratado anteriormente. Estes empréstimos permitiram um aumento nas receitas globais do Município da ordem dos 7% em relação ao ano anterior, conforme se observa no quadro n.º 12.

Assim, o ano de 2008 encerrou com uma execução financeira na arrecadação de receita superior à verificada nos anos anteriores apenas porque o executivo camarário entendeu dever contrariar as fortes limitações e constrangimentos decorrentes da difícil conjuntura económica nacional e internacional, dos sucessivos adiamentos na abertura de candidaturas aos fundos comunitários do novo Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), bem como da falta de apoio da Administração Central, socorrendo-se para isso da única ferramenta financeira que tinha ao seu dispor, ou seja, o recurso à utilização de empréstimos de longo prazo, um dos quais contratado em 2007.

Acreditando que face às dificuldades da conjuntura, é preciso saber antecipar o futuro, adoptando uma atitude empreendedora, com capacidade de arriscar na concretização de obras e projectos estruturantes, o Município tem vindo a apostar na realização de investimentos de grande impacto e decisivos para a consolidação do processo de desenvolvimento em curso no Concelho de Cantanhede, fazendo fé que o retorno financeiro seja breve e que os actuais constrangimentos deixem de se fazer reflectir nas entidades que são os verdadeiros promotores do desenvolvimento nacional, ou seja, as Autarquias Locais.

Voltando à análise da execução orçamental do Município, agora focalizada nas receitas correntes, temos que, globalmente, estas diminuíram 254.098,89 euros em relação a 2007, o que reforça o que atrás foi dito, indicando um quadro pouco favorável para o Município, muito por força das já conhecidas transferências de competências da parte da Administração Central, sem que as respectivas compensações financeiras correspondam minimamente aos encargos que é necessário suportar para assegurar serviços que se enquadram na esfera dos direitos que a constituição confere aos cidadãos.

De facto, conforme aliás já havia acontecido em 2007, manteve-se a diminuição de transferências de verbas da Administração Central no âmbito de contratos-programa, o que acentuou as implicações negativas que tal situação tem levantado ao nível do investimento municipal.

No que concerne às expectativas da arrecadação de receita pela entrada em vigor do actual QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional, e apesar de este respeitar ao período 2007-2013, passados que estão os dois primeiros anos, ainda não houve qualquer libertação dos fundos a que o Município de Cantanhede legitimamente aspira. Houve apenas, na sequência de algumas operações relâmpago, a aprovação de duas candidaturas em regime de *overbooking* que estão fora da dotação do QREN, mas que permitirão à Autarquia arrecadar em 2009 mais algumas verbas ainda ao abrigo do QCA III.

É de salientar que as referidas operações exigiram um rigoroso exercício de gestão financeira dos seus recursos, pois para que não se perdesse um cêntimo que fosse de um Quadro Comunitário de Apoio em fase final de conclusão e para que as candidaturas tivessem sido aprovadas, como aconteceu por exemplo com a submetida ao eixo III – Acessibilidades do III Quadro Comunitário de Apoio para a construção da E.R.335/1 – Via Regional Cantanhede (IC1) / Tocha, a Autarquia teve de assegurar o pagamento antecipado de todos os montantes sujeitos a comparticipação financeira. Só neste processo, no final do ano foram efectuados pagamentos de investimentos na ordem dos 2,8 milhões de euros, sem que para suavizar este impacto financeiro se tivesse recebido a respectiva contrapartida dos fundos comunitários.

À semelhança de anos transactos, a evolução da execução do orçamento municipal da receita e da despesa em 2008 é apresentada, sob múltiplas perspectivas, nos quadros seguintes, os quais reflectem rigor e fiabilidade no cumprimento das normas legalmente impostas. No quadro n.º 11, os 81% da taxa de execução da receita corrente traduzem uma diminuição de cerca de 5% em relação a 2007, mas trata-se de uma descida que estará fortemente relacionada com a actual conjuntura económica e que deverá ser considerada como materialmente pouco relevante.

Situando agora a nossa análise na variação global da receita cobrada por contraposição com a liquidada, é de notar que a taxa de execução da receita liquidada foi de 57,98% e portanto inferior à da efectivamente cobrada, que foi de 59,52%. Esta diferença verifica-se apenas porque foram efectuadas cobranças, no montante global de 922.672,80 euros, por conta de receitas liquidadas em anos anteriores e que só puderam ser cobradas durante o exercício em análise, correspondendo portanto a dívidas de terceiros devidamente liquidadas em anos anteriores mas não cobradas.

O quadro n.º 14 evidencia essa realidade, ao fazer reflectir por classificação económica os montantes que o Município tinha direito a arrecadar no início do ano de 2008, ou seja, 2.263.668,01 euros, dos quais foram anulados apenas 80.105,09 euros, finalizando o ano com 1.881.654,90 euros por cobrar. Ressalva-se neste ponto que o mapa da prestação de contas sobre o controlo orçamental da receita reflecte apenas a quantia de 1.514.912,40 euros, uma vez que as classificações económicas “09010101” e “09011001”, pelas quais foram classificadas as receitas oriundas da venda de terrenos da Praia da Tocha, apresentam valores negativos. Esta situação decorre do facto de, nessa fase, as verbas arrecadadas terem sido contabilizadas como adiantamentos por conta de vendas, ou seja, apenas foi cobrado o seu valor não tendo sido movimentada a sua liquidação. Isto porque neste género de operações só serem efectuadas aquando da materialização dos respectivos contratos de compra e venda, documento jurídico que permite movimentar formalmente a alienação das parcelas de terreno, o que, no caso concreto dos terrenos da Praia da Tocha, veio a concretizar-se apenas em 2009.

Fazendo a leitura do quadro n.º 3, com uma análise mais pormenorizada dos principais desvios verificados entre as receitas previstas e as efectivamente realizadas, por tipologia, importa tecer as seguintes considerações:

Ao nível das receitas correntes, observa-se uma diminuição geral na rubrica dos impostos directos, com excepção do IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis, que compensa a variação negativa de 9,3% verificada no imposto único de circulação e no imposto sobre transmissões onerosas. No campo dos impostos indirectos, a descida foi ainda mais acentuada, situando-se o desvio em menos 72,6%, o que em valores reais se traduziu num decréscimo de 747.868,19 euros da receita inicialmente estimada. O mesmo cenário aparece claramente evidenciado no mapa relativamente às taxas, multas e outras penalidades, que encerram o ano com um desvio negativo da ordem dos 830 mil euros. O principal motivo da descida da arrecadação de receita por via dos impostos directos e indirectos, aliás sobejamente conhecido, prende-se com o facto de estarem directamente relacionadas com a dinâmica económica da base produtiva. É que, sempre que se observa uma inesperada retracção do mercado, a consequência imediata é precisamente a sua execução ficar aquém dos valores esperados, sobretudo no que diz respeito ao Imposto Municipal sobre Transacções Onerosas, aos impostos directos e diversas taxas relacionadas com a área do urbanismo.

A este propósito, faz sentido lembrar que as regras previsionais do POCAL, no seu ponto 3.3, impõem que as *importâncias relativas aos impostos, taxas e tarifas a inscrever no orçamento não podem ser superiores à média aritmética simples das cobranças efectuadas nos últimos 24 meses que precedem o mês da sua elaboração*, o que significa que mesmo que a Autarquia tivesse indicadores de uma cobrança superior ao estimado nunca poderia colocar valores superiores à média anteriormente referida.

Nas receitas esperadas com transferências correntes, essencialmente provenientes da Administração Central, houve um desvio negativo em relação ao previsto da ordem dos 44%. E o mesmo se passou com a estimativa calculada para a venda de bens e serviços correntes, que ficou cerca de 40% aquém do montante inscrito em orçamento.

Da leitura do quadro n.º 12 resulta que, no ano de 2008, se assistiu a uma subida de cerca de 20% na receita de capital relativamente ao ano anterior.

Já no que diz respeito ao nível de execução da receita cobrada, e conforme consta no quadro n.º 11, a taxa de execução foi semelhante à observada no ano anterior, ou seja, 43% em 2007 contra os 45,28% atingidos em 2008. Em todo o caso, o facto de estas percentagens serem idênticas não tem grande significado, porquanto elas variaram na razão directa do orçamento estimado corrigido de cada um dos anos em análise. Na verdade, esta circunstância retira sentido à comparação, tanto mais que, na situação vertente, o orçamento corrigido das receitas para investimento de 2008, quando comparado com o seu homólogo do ano anterior, encerrou com uma diferença positiva de 3.222.883,00 euros.

As rubricas que mais contribuíram para este aumento foram as receitas arrecadadas com a venda de bens de investimento e que se referem, concretamente, à alienação de terrenos onde foram incluídos os proveitos obtidos com a venda de 26 lotes de terreno na Praia da Tocha, no âmbito de uma Hasta Pública realizada no dia 24 de Novembro de 2008. Com esta operação o Município arrecadou 1.222.475,00 euros repartidos da seguinte forma: 30% (366.742,50 euros) no momento da arrematação em hasta pública e o restante no acto de celebração do contrato de compra e venda, sendo que este só terá reflexo financeiro na execução orçamental de 2009.

A rubrica de transferências de capital registou a modesta taxa de execução de 55,40%, o que tem muito a ver com o facto de, à data desta prestação de contas, estarem por arrecadar mais de 1 milhão de euros só por conta da candidatura aprovada para a execução da construção da ER 335/1: Via Regional Cantanhede (IC1) / Tocha, um montante significativo que, por diversas vicissitudes, não deu entrada nos cofres da Autarquia durante o exercício em apreço.

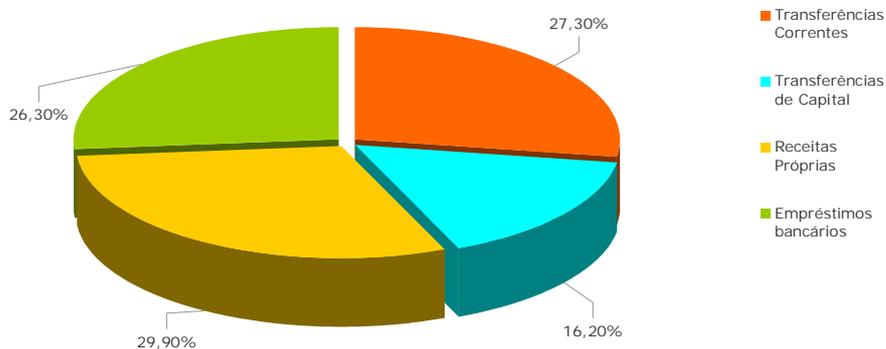
Por fim, resta realçar que a taxa de execução ao nível dos passivos financeiros foi apreciável, tanto mais que se situou nos 90%. Isso permitiu ao Município manter a curva do investimento numa tendência ascendente, com efeitos muito positivos na dinâmica de desenvolvimento do Concelho, ao mesmo tempo que favorece a antecipação da realização de verbas que prevê arrecadar no âmbito dos quadros comunitários.

QUADRO 10

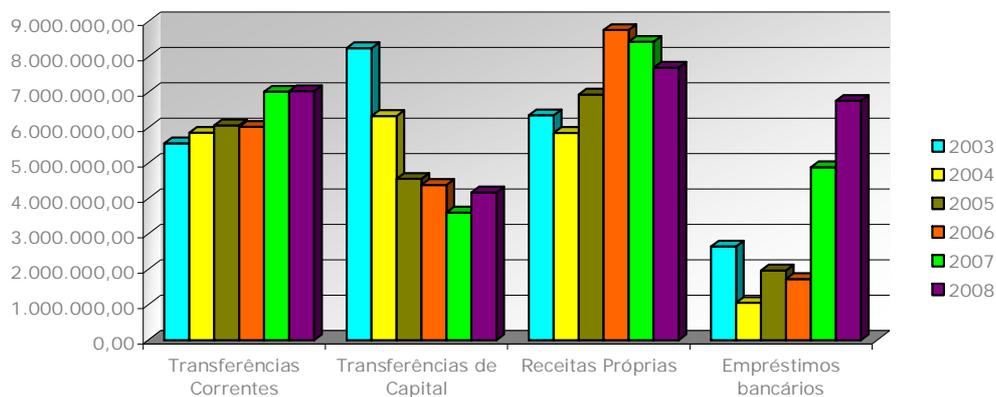
Principais Fontes de Financiamento do Município

DESCRIÇÃO	2003		2004		2005		2006		2007		2008	
	valor	%										
Transferências Correntes	5.559.766,50	23,9%	5.857.660,91	30,4%	6.068.014,04	31,1%	6.026.046,58	28,8%	7.018.384,06	29,3%	7.033.036,13	27,3%
FGM/FCM/FBM - FEF/FSM/IRS	4.909.764,00		5.144.621,00		5.247.514,00		5.247.514,00		5.695.816,00		5.985.972,00	
Fundos Comunitários	14.497,14		88.904,82		103.574,03		85.984,07		64.336,79		192.289,23	
Contratos Programa	354.455,52		275.337,46		328.954,18		484.588,66		870.236,18		771.722,08	
Outras	281.049,84		348.797,63		387.971,83		207.959,85		387.995,09		83.052,82	
Transferências de Capital	8.247.054,35	35,4%	6.332.506,43	32,8%	4.556.995,40	23,3%	4.387.834,61	21,0%	3.607.382,28	15,0%	4.175.423,58	16,2%
FGM/FCM/FBM - FEF	3.273.176,00		3.429.748,00		3.498.342,00		3.498.342,00		3.050.040,00		3.197.177,00	
Fundos Comunitários	3.903.832,42		2.178.457,57		887.769,90		782.778,92		465.348,67		928.288,07	
Contratos Programa	1.056.051,39		693.326,13		133.752,58		93.569,00		63.285,66		2.170,12	
Outras	13.994,54		30.974,73		37.130,92		13.144,69		28.707,95		47.788,39	
Receitas Próprias	6.350.097,27	27,3%	5.854.725,10	30,4%	6.938.564,83	35,3%	8.758.576,76	41,9%	8.425.096,44	35,1%	7.695.918,07	29,9%
Empréstimos bancários	2.649.839,14	11,4%	1.059.318,20	5,5%	1.971.121,33	10,1%	1.726.801,00	8,2%	4.885.835,00	20,4%	6.760.530,00	26,3%

FONTES FINANCIAMENTO ANO 2008



COMPARAÇÃO ANUAL FONTE FINANCIAMENTO



O quadro n.º 10, onde figura a evolução das principais fontes de financiamento da Autarquia ao longo dos últimos 6 anos, evidencia um decréscimo de 729.178,37 euros nas receitas próprias de 2008 face a 2007, sendo que a sua percentagem no bolo das receitas globais também diminuiu de 35,1% para 29,9%. Esta descida, de cerca de 5%, pode ser considerada como materialmente pouco relevante, na medida em que representa o conhecido abrandamento da economia nacional em 2008. Ainda assim, as receitas próprias do Município de Cantanhede continuam a ter um peso significativo no montante das receitas totais, constituídas pelo somatório das receitas que a Autarquia conseguiu alcançar através dos seus próprios meios, sem a influência de quaisquer organismos externos e no estrito cumprimento dos poderes de autonomia financeira que a Lei das Finanças Locais lhe confere.

Desde 2005 que as transferências de verbas oriundas do Orçamento de Estado não sofriam actualizações expectáveis face ao aumento dos impostos, nomeadamente do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), à subida generalizada dos preços e, por contraposição, ao significativo agravamento dos encargos decorrentes do alargamento do leque de competências que paulatinamente têm vindo a ser transferidas para a esfera dos Municípios.

Todavia, em 2008 há a registar o descongelamento dos montantes relativos ao Fundo de Equilíbrio Financeiro, ao Fundo Social Municipal e à participação do Município no IRS, todas oriundas dos impostos cobrados pelo Estado, verificando-se neste item um aumento médio de 5% em relação às receitas arrecadadas em anos anteriores. Assim, em 2008, foram transferidos para os cofres do Município nesse âmbito 9.183.149,00 euros, montante que representa 35,68% da receita total cobrada e que, apesar de reflectir em valores absolutos uma ligeira subida de 437.293,00 euros, traduz uma variação praticamente nula quando se considera o aumento da inflação verificado.

Situação análoga observa-se ao nível dos contratos-programa, que embora tenham registado em 2007 uma subida, escapando a um quadro geral pouco favorável, tiveram em 2008 um decréscimo significativo, contrariamente ao que aconteceu com os encargos suportados a este nível pela Autarquia, os quais têm aumentado de modo recorrente, situando-se em valores superiores aos recebidos da Administração Central. Estamos a referir-nos, concretamente, aos contratos-programa celebrados com a Direcção-Geral de Educação do Centro, um para a generalização do ensino de inglês e outras actividades de enriquecimento curricular, outro para o fornecimento de refeições aos alunos do 1.º ciclo de ensino básico.

Na transferência de verbas no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio há a registar uma subida apreciável em relação ao ano de 2007, embora em valor absoluto esse aumento se traduza num montante pouco significativo em comparação com as verbas que o Município ainda tem a receber, uma vez que, à semelhança do ano anterior, foram apenas arrecadadas verbas correspondentes ao encerramento de algumas obras.

Ao nível da arrecadação de receitas relacionadas com os passivos financeiros, ao abrigo de vários contratos de empréstimos celebrados, é de registar uma variação positiva em cerca de 6% face ao que aconteceu no ano anterior, uma subida que foi aliás já alvo de análise e justificação em capítulo anterior.

QUADRO 11
RESUMO DA RECEITA NOS ÚLTIMOS 2 ANOS

Un: (Euros)

COD.	DESIGNAÇÃO	2007					2008				
		ORÇAMENTO	LIQUIDADADA	COBRADA	TAXA DE EXECUÇÃO		ORÇAMENTO	LIQUIDADADA	COBRADA	TAXA DE EXECUÇÃO	
					LIQUIDADADA	COBRADA				LIQUIDADADA	COBRADA
		CORRIGIDO	A	B	C	B/A	C/A	CORRIGIDO	A	B	C
RECEITA CORRENTE											
01	Impostos Directos	4.780.023,00	4.686.892,21	4.686.892,21	98,05	98,05	4.645.900,00	4.517.518,78	4.517.518,78	97,24	97,24
02	Impostos Indirectos	893.216,00	439.740,70	439.740,70	49,23	49,23	1.029.517,00	281.648,81	281.648,81	27,36	27,36
04	Taxas, Multas e outras penalidades	948.619,00	310.923,30	310.923,30	32,78	32,78	1.021.091,00	190.954,72	190.954,72	18,70	18,70
05	Rendimentos de Propriedade	1.030.138,00	942.345,98	942.345,98	91,48	91,48	1.061.479,00	1.077.650,06	1.077.650,06	101,52	101,52
06	Transferências Correntes	7.740.081,00	7.020.222,22	7.018.384,06	90,70	90,68	7.864.205,00	7.033.036,13	7.033.036,13	89,43	89,43
07	Venda de Bens e Serviços Correntes	812.619,00	339.713,69	562.392,31	41,80	69,21	1.105.931,00	676.139,01	667.630,78	61,14	60,37
08	Outras Receitas Correntes	4.797,00	95.058,61	89.891,18	1.981,63	1.873,90	244.330,00	63.207,69	28.031,57	25,87	11,47
	TOTAL	16.209.493,00	13.834.896,71	14.050.569,74	85,35	86,68	16.972.453,00	13.840.155,20	13.796.470,85	81,54	81,29
RECEITAS DE CAPITAL											
09	Venda de Bens de Investimento	9.197.825,00	1.392.910,75	1.392.910,76	15,14	15,14	11.149.480,00	620.027,95	930.810,27	5,56	8,35
10	Transferências de Capital	7.731.125,00	3.088.930,59	3.607.382,28	39,95	46,66	7.536.415,00	3.773.871,00	4.175.423,58	50,08	55,40
11	Activos Financeiros	5,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12	Passivos Financeiros	6.058.265,00	4.885.835,00	4.885.835,00	80,65	80,65	7.524.030,00	6.760.530,00	6.760.530,00	89,85	89,85
13	Outras Receitas de Capital	1.667,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.840,00	1.673,08	1.673,08	90,93	90,93
	TOTAL	22.988.887,00	9.367.676,34	9.886.128,04	40,75	43,00	26.211.770,00	11.156.102,03	11.868.436,93	42,56	45,28
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	3.892,00	2.485,05	2.485,05	63,85	63,85	5,00	15.996,71	15.996,71	319.934,20	319.934,20
16	SALDO GERÊNCIA ANTERIOR	32.928,46	32.928,46	32.928,46	100,00	100,00	58.707,74	58.707,74	58.707,74	100,00	100,00
17	OPERAÇÕES EXTRA -ORÇAMENTAIS				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL GERAL	39.235.200,46	23.237.986,56	23.972.111,29	59,23	61,10	43.242.935,74	25.070.961,68	25.739.612,23	57,98	59,52

QUADRO 12

VARIÇÃO DAS RECEITAS COBRADAS BRUTAS AO LONGO DOS ANOS

Un: (Euros)

DESIGNAÇÃO	2002	2003		2004		2005		2006		2007		2008	
	VALOR	VALOR	%	VALOR	%								
RECEITAS CORRENTES													
Impostos Directos:													
Contribuição Autárquica/IMI	1.301.642,30	1.373.163,69	5,5	2.385.582,40	73,7	2.095.174,70	-12,2	2.680.364,73	27,9	2.614.926,55	-2,4	2.867.317,03	9,7
Impostos Sobre Veículos/ IUC	262.051,64	292.865,94	11,8	320.065,58	9,3	346.409,22	8,2	391.872,29	13,1	426.874,10	8,9	429.253,64	0,6
Sisa/IMT	783.701,18	1.238.687,93	58,1	1.068.994,98	-13,7	1.142.877,09	6,9	1.393.436,85	21,9	1.645.091,56	18,1	1.220.948,11	-25,8
Impostos de Mais-Valias													
Outros												0,00	
Impostos Indirectos	1.029.759,32	473.525,44	-54,0	289.628,84	-38,8	593.937,80	105,1	472.939,58	-20,4	439.740,70	-7,0	281.648,81	-36,0
Taxas, multas e outras penalidades	287.063,54	310.354,92	8,1	298.222,46	-3,9	530.703,23	78,0	333.455,65	-37,2	310.923,30	-6,8	190.954,72	-38,6
Rendimentos de propriedade	41.902,25	34.801,50	-16,9	30.402,30	-12,6	27.826,47	-8,5	936.451,41	3.265,3	942.345,98	0,6	1.077.650,06	14,4
Transferências Correntes:													
Transferências do Estado	4.772.321,00	4.909.764,00	2,9	5.674.380,52	15,6	5.870.527,54	3,5	5.837.203,92	-0,6	6.691.448,70	14,6	6.833.179,74	2,1
Outras	722.579,24	650.002,50	-10,0	183.280,39	-71,8	197.486,50	7,8	188.842,66	-4,4	326.935,36	73,1	199.856,39	-38,9
Venda de Bens e serviços correntes	2.062.133,50	947.137,88	-54,1	1.356.652,90	43,2	1.369.669,82	1,0	441.767,48	-67,7	562.392,31	27,3	667.630,78	18,7
Outras Receitas Correntes	4.827,14	13.271,94	174,9	13.954,83	5,1	5.485,75	-60,7	3.324,31	-39,4	89.891,18	2.604,1	28.031,57	-68,8
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	11.267.981,11	10.243.575,74	-9,1	11.621.165,20	13,4	12.180.098,12	4,8	12.679.658,88	4,1	14.050.569,74	10,8	13.796.470,85	-1,8
RECEITA DE CAPITAL													
Venda de Bens de Investimento	568.875,26	1.666.288,03	192,9	91.220,24	-94,5	814.761,64	793,2	2.103.909,44	158,2	1.392.910,76	-33,8	930.810,27	-33,2
Transferências de Capital:													
Transferências do Estado	3.181.548,00	3.273.176,00	2,9	4.139.407,06	26,5	3.645.516,58	-11,9	3.597.411,00	-1,3	3.050.040,00	-15,2	3.197.177,00	4,8
Outras	4.869.601,26	4.973.878,35	2,1	2.193.099,37	-55,9	911.478,82	-58,4	790.423,61	-13,3	557.342,28	-29,5	978.246,58	75,5
Activos Financeiros				19,15		3.801,00	19.748,6	0,00	-100,0	0,00	0,00	0,00	
Passivos Financeiros	3.837.948,45	2.649.839,14	-31,0	1.059.318,20	-60,0	1.971.121,33	86,1	1.726.801,00	-12,4	4.885.835,00	182,9	6.760.530,00	38,4
Outras Receitas de Capital		3.080,92		5.569,74	80,8	7.918,11	42,2	1.055,02	-86,7	0,00	-100,0	1.673,08	
Reposições não abatidas nos pagamentos	1.106,16	7.618,15	588,7	476,08	-93,8	1.420,52	198,4	3.319,15	133,7	2.485,05	-25,1	15.996,71	543,7
Saldo da Gerência Anterior		485.098,45		170.791,10	-64,8	0,00	-100,0	31.169,12		32.928,46	5,6	58.707,74	78,3
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	12.459.079,13	13.058.979,04	4,8	7.659.900,94	-41,3	7.356.018,00	-4,0	8.254.088,34	12,2	9.921.541,55	20,2	11.943.141,38	20,4
TOTAL GERAL DA RECEITA	23.727.060,24	23.302.554,78	-1,8	19.281.066,14	-17,3	19.536.116,12	1,3	20.933.747,22	7,2	23.972.111,29	14,5	25.739.612,23	7,4

- 8.422,73 euros em facturação emitida aos encarregados de educação de crianças que frequentem os jardins de infância e escolas básicas do 1.º ciclo públicos, para fornecimento de refeições escolares;

- 92.519,68 euros em dívida da empresa municipal Inova, EM, dos quais 55.900,10 euros correspondem à alienação de uma D.T.A.R – Drenagem e Tratamento de Águas Residuais que ainda se encontrava na posse do Município, e 36.619,58 euros respeitam aos encargos suportados com a A.D.S.E de colaboradores requisitados pela referida empresa;

- 3.060,95 euros de pequenas dívidas de pouca relevância.

Conforme se referiu no relatório de prestação de constas de 2007, havia sido transferido para uma classificação de clientes de cobrança duvidosa o montante de 900,38 euros respeitante a um pequeno volume de facturas de fornecimento de água e respectivo aluguer de contador, reportadas aos anos de 2000, 2001 e 2002. Esta situação foi prontamente regularizada em Reunião Camarária de 16 de Dezembro de 2008, tendo o executivo camarário deliberado extinguir essas dívidas reflectidas na contabilidade como receitas virtuais. A decisão foi tomada com base nos fundamentos constantes na Lei nº. 23/96, de 26 de Julho, com a redacção dada pela Lei 12/2008, de 26 de Fevereiro, que consagra as regras a que deve obedecer a prestação de serviços públicos essenciais, em ordem à protecção do utente, abrangendo o serviço de fornecimento de água. Nela se estabelece, no ponto 1 do seu art. 10.º, que o direito ao recebimento do serviço prestado prescreve no prazo de seis meses após a sua prestação. De salientar que a impossibilidade na cobrança destas dívidas se deveu a vários motivos, que vão desde o falecimento do devedor, ao desconhecimento do seu paradeiro.

Relativamente à dívida de clientes de cobrança duvidosa apurada a 31 de Dezembro de 2008, verifica-se que esta totalizou 2.527,24 euros, dos quais 1.838,16 dizem respeito à falta de pagamento no fornecimento de refeições escolares e o restante (689,08 euros) a montantes por cobrar referentes a horas extraordinárias pelos serviços prestados no âmbito da utilização dos autocarros municipais.

No que concerne às verbas provenientes de candidaturas apresentadas e homologadas no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio, é de referir que, à data desta prestação de contas, ainda estavam por cobrar 1.771.988,11 euros. Isto porque, à semelhança de anos transactos, as respectivas transferências são efectuadas à medida que vão sendo executadas as infra-estruturas e equipamentos candidatos a fundos comunitários, verificando-se também com alguma frequência um atraso significativo entre a execução física das obras e a respectiva cobrança dos fundos subjacentes. Assim, a 31 de Dezembro de 2008, encontravam-se ainda por arrecadar as seguintes verbas:

- 106.160,70 euros por conta da candidatura apresentada à Direcção Regional de Educação do Centro, no âmbito da Medida 3.1 – Educação do Eixo III, e homologada em 09 de Novembro de 2006, aprovando o financiamento da Construção/Beneficiação do Jardim de Infância da Tocha e do Bolho, incluindo o respectivo equipamento, sendo que este estabelecimento de ensino já se encontravam a funcionar em pleno em 2008;

- 111.136,42 euros relativa a uma candidatura aprovada e homologada em *overbooking*, ao abrigo da medida “AGRIS” – sub-acção 6.1 – Caminhos agrícolas e rurais –, e que contemplou o financiamento da construção do caminho Rural Bolho/ Espinheiro/ Ponte Carros;

- 398.015,20 euros para a construção do Grande Campo de Jogos do Parque Desportivo de Cantanhede, participado ao abrigo de um contrato-programa de desenvolvimento desportivo, no âmbito do Eixo III da medida III.10 – Desporto, também em regime de *overbooking*, estando portanto, à data de 31 de Dezembro, a totalidade dessa comparticipação por receber;

- O valor mais significativo é o de 1.149.852,18 euros e diz respeito às comparticipações devidas por duas candidaturas aprovadas no âmbito do Eixo I no âmbito da medida I.I. do Programa Operacional da Região Centro do Feder – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e que respeitam às seguintes obras: construção da estrada regional 335-1: Cantanhede (IC1) / Tocha, cujo valor por cobrar se situa em 1.130.477,18 euros, e construção da variante a Portunhos (Poente), faltando receber desta apenas 19.375,00 euros;

- e ainda 6.823,41 euros de duas candidaturas financiadas no âmbito do Eixo 4, medida 4.3 – Promover a ligação da internet de banda larga impulsionado pelo POS – Conhecimento, que tiveram tradução prática no apetrechamento informático das escolas do ensino pré-escolar do Concelho de Cantanhede e de um espaço público de Acesso à Internet localizado no Museu da Pedra. Apesar de homologadas em Outubro de 2006, por sua Excelência o Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, estas candidaturas ainda tinham verbas por transferir à data desta prestação de contas.

QUADRO 14

DÍVIDA DE TERCEIROS POR COBRAR A 31 DE DEZEMBRO DE 2008

Un: (Euros)

DESIGNAÇÃO	DÍVIDA DE TERCEIROS 2005	DÍVIDA DE TERCEIROS 2006	DÍVIDA DE TERCEIROS 2007	DÍVIDA DE TERCEIROS 2008
04 TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	16,28			
040201 Juros de mora	16,28			
06 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES				
06080102 Famílias-Comparticipação Forn Refeições Escolares			1.838,16	
07 VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	5.716,08	223.579,00	900,38	10.346,39
070107 Produtos alimentares e Bebidas				10.260,89
070108 Mercadorias	667,61	667,61	667,61	
0702080405 Pavilhão Clube de futebol "Os Marialvas"				85,50
07020904 Trabalhos por conta de particulares		222.673,81		
070399 Outras	5.048,47	237,58	232,77	
08 OUTRAS RECEITAS CORRENTES		3.060,95	8.228,38	43.360,22
08019906 Compensação encargos sup. Município c/ desp. Pessoal				40.299,17
08019999 Diversas		3.060,95	8.228,38	3.061,05
09 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	7.752,83	0,01	0,00	55.960,18
09040102 Maquinaria e equipamento	7.752,83	0,01		55.900,10
09011001 Para construção e alinhamento				60,08
100301 ESTADO	99.844,01	172.322,37	1.028,80	4.870,47
1003010404 Ac. Colaboração C/ IEP	540,01			
1003010405 Protocolo c/ DGOTDU/CCDRC - PRAUD	99.304,00	6.275,00		
1003010406 Participação O E - Medida Agris		6.105,37	1.028,80	
1003010407 Acordo Col.DGAL - Constr. Feira Quinzenal Cantanhede		159.942,00		
1003010408 Participip.O.E. Contr. Prog. Pós-Conhecimento				4.870,47
100307 Estado - Part. Comunitária Projectos Co - Financiados	3.059.605,83	2.767.554,13	2.251.672,29	1.767.117,64
10030701 Feder	3.025.059,24	2.714.691,42	2.235.774,42	1.765.164,70
10030704 Programa Leader "+"	2.628,83	2.628,83	12.811,47	0,00
10030706 FEOGA - Medida Agris	31.917,76	50.233,88	3.086,40	0,00
10030707 Participip.O.E. Contr. Prog. Pós-Conhecimento				1.952,94
SUB-TOTAL	3.172.935,03	3.166.516,46	2.263.668,01	1.881.654,90
09010101 Adiantamento por conta de vendas	-780.000,00	0,00	0,00	-22.320,00
09011001 Adiantamento por conta de vendas				-344.422,50
TOTAL	2.392.935,03	3.166.516,46	2.263.668,01	1.514.912,40

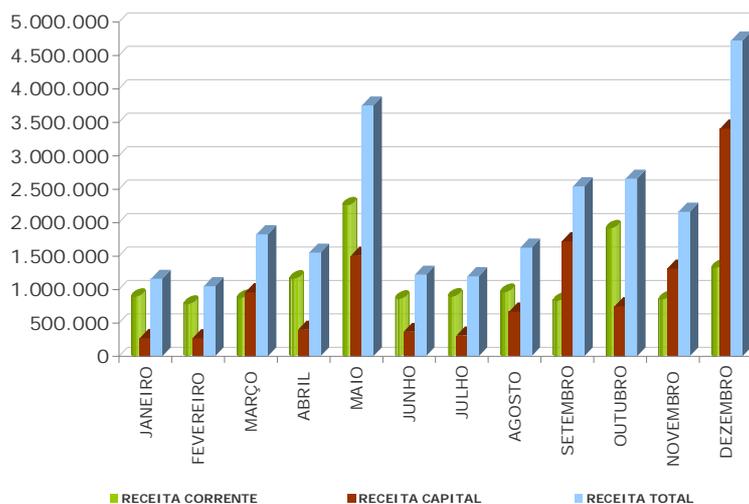
O quadro n.º 15 apresenta a execução orçamental da receita em cada mês do ano de 2008. Como se verifica, Dezembro destaca-se, o que fica a dever-se ao facto de nesse período terem sido libertadas grande parte das quantias provenientes dos empréstimos contratados, além de que foi nesse mês que deram entrada nos cofres da Autarquia diversas verbas respeitantes a candidaturas e contratos-programa. Os meses que a seguir apresentam maior fluxo financeiro na vertente da receita corrente são os de Abril, Maio e Outubro, o que está relacionado com as datas de cobrança dos Impostos Municipais, nomeadamente Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), vários serviços prestados, arrecadação de transferências diversas, bem como a cobrança da renda de concessão da distribuição de energia eléctrica em baixa tensão.

QUADRO 15

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL NUMA PERSPECTIVA MENSAL DA RECEITA COBRADA LÍQUIDA

ANO 2008	RECEITA CORRENTE	VALOR ACUMULADO	RECEITA CAPITAL	VALOR ACUMULADO	RECEITA TOTAL	VALOR ACUMULADO
JANEIRO	885.551,12	885.551,12	275.178,69	275.178,69	1.160.729,81	1.160.729,81
FEVEREIRO	779.028,19	1.664.579,31	270.194,18	545.372,87	1.049.222,37	2.209.952,18
MARÇO	866.648,74	2.531.228,05	958.642,23	1.504.015,10	1.825.290,97	4.035.243,15
ABRIL	1.154.694,49	3.685.922,54	397.723,71	1.901.738,81	1.552.418,20	5.587.661,35
MAIO	2.249.309,19	5.935.231,73	1.503.106,53	3.404.845,34	3.752.415,72	9.340.077,07
JUNHO	854.697,16	6.789.928,89	366.952,29	3.771.797,63	1.221.649,45	10.561.726,52
JULHO	887.637,67	7.677.566,56	310.820,07	4.082.617,70	1.198.457,74	11.760.184,26
AGOSTO	955.789,76	8.633.356,32	669.906,77	4.752.524,47	1.625.696,53	13.385.880,79
SETEMBRO	824.373,32	9.457.729,64	1.719.584,44	6.472.108,91	2.543.957,76	15.929.838,55
OUTUBRO	1.907.569,92	11.365.299,56	749.863,27	7.221.972,18	2.657.433,19	18.587.271,74
NOVEMBRO	848.561,27	12.213.860,83	1.313.147,31	8.535.119,49	2.161.708,58	20.748.980,32
DEZEMBRO	1.319.368,69	13.533.229,52	3.405.059,91	11.940.179,40	4.724.428,60	25.473.408,92
	13.533.229,52		11.940.179,40		25.473.408,92	

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL RECEITA



4.1.2 - Execução Orçamental da Despesa

QUADRO 16

EVOLUÇÃO DA DESPESA

Un. (Euros)

DESIGNAÇÃO	2002		2003		2004		2005		2006		2007		2008		
	Valor	%													
DESPESAS CORRENTES															
Pessoal	3.835.214,19	16,46	3.614.310,24	15,62	4.074.610,39	21,15	4.426.865,24	22,67	4.834.419,61	23,13	5.409.606,51	22,62	5.906.891,78	23,04	
Bens duradouros	14.531,19	0,06		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00	0,00	0,00	
Bens não duradouros	427.487,38	1,84	477.861,76	2,07	488.490,28	2,54	547.427,33	2,80	578.130,48	2,77	635.854,04	2,66	1.151.756,59	4,49	
Aquisição de serviços	3.220.994,67	13,83	2.015.005,30	8,71	2.302.456,56	11,95	1.894.367,62	9,70	2.040.371,18	9,76	2.768.802,31	11,58	2.879.934,51	11,23	
Encargos financeiros	182.554,49	0,78	280.401,59	1,21	232.302,10	1,21	234.392,08	1,20	273.549,08	1,31	415.199,98	1,74	806.295,95	3,14	
<i>Transferências correntes:</i>															
Para as Freguesias	112.654,54	0,48	69.716,34	0,30	84.348,67	0,44	112.971,11	0,58	99.424,48	0,48	156.631,18	0,65	116.935,91	0,46	
Outras	997.836,21	4,28	1.079.977,73	4,67	975.141,11	5,06	1.020.407,49	5,23	1.043.627,55	4,99	1.351.825,00	5,65	844.714,06	3,29	
Subsídios	60.379,04	0,26	121.586,35	0,53	189.750,00	0,99	241.450,00	1,24	261.852,00	1,25	292.511,40	1,22	316.686,00	1,24	
Outras despesas correntes	81.731,14	0,35	94.477,09	0,41	216.466,59	1,12	258.835,81	1,33	262.700,48	1,26	239.380,29	1,00	690.177,44	2,69	
Total da despesa Corrente	8.933.382,85	38,35	7.753.336,40	33,52	8.563.565,70	44,46	8.736.716,68	44,75	9.394.074,86	44,95	11.269.810,71	47,13	12.713.392,24	49,58	
DESPESAS DE CAPITAL															
<i>Investimentos:</i>															
Terrenos e recursos naturais	402.864,90	1,73	654.463,98	2,83	154.591,53	0,80	222.935,78	1,14	329.851,31	1,58	395.200,83	1,65	306.159,74	1,19	
Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	53.000,00	0,21	
Outros edifícios	1.654.596,45	7,10	2.542.340,76	10,99	1.436.276,61	7,46	1.214.283,69	6,22	1.699.990,87	8,13	2.080.826,77	8,70	1.522.304,58	5,94	
Construções diversas	9.508.869,00	40,82	7.789.709,51	33,68	5.941.280,09	30,85	4.209.490,13	21,56	4.673.159,93	22,36	5.003.604,08	20,92	6.010.360,61	23,44	
Material de transporte	6.852,90	0,03	31.188,92	0,13	14.514,47	0,08	2.363,46	0,01	37.350,16	0,18	1.147,88	0,00	14.570,77	0,06	
Maquinaria e equipamento	477.496,13	2,05	296.552,40	1,28	472.485,78	2,45	270.770,46	1,39	226.872,67	1,09	437.399,07	1,83	492.504,45	1,92	
Outros	96.226,91	0,41	59.891,95	0,26	208.236,92	1,08	429.457,43	2,20	33.414,15	0,16	7.992,35	0,03	132.587,33	0,52	
Locação Financeira			292.960,17	1,27	321.885,05	1,67	321.823,96	1,65	233.003,47	1,11	556.617,03	2,33	1.023.849,39	3,99	
<i>Transferências de capital:</i>															
Para as Freguesias	499.099,65	2,14	548.025,29	2,37	621.986,97	3,23	665.232,81	3,41	575.561,54	2,75	552.738,76	2,31	670.416,83	2,61	
Outras	524.510,57	2,25	2.396.813,06	10,36	688.169,38	3,57	1.180.806,45	6,05	1.244.533,76	5,95	1.557.451,72	6,51	1.265.143,33	4,93	
<i>Activos Financeiros:</i>															
Concessão de empréstimos		0,00		0,00		0,00		0,00		66.582,00	0,32	133.164,00	0,56	400.000,00	1,56
Outros	15.000,00	0,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	66.582,00	0,32	133.164,00	0,56	400.000,00	1,56	
<i>Passivos financeiros:</i>															
Amortização de empréstimos	1.164.536,06	5,00	766.481,24	3,31	838.045,07	4,35	2.271.094,72	11,38	2.377.535,82	11,38	1.837.440,35	7,68	925.826,51	3,61	
Outros		0,00		0,00		0,00		0,00						0,00	
Outras despesas de capital	12.406,86	0,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.888,22	0,04	80.010,00	0,33	109.978,50	0,43	
Total da despesa de Capital	14.362.459,43	61,65	15.378.427,28	66,48	10.697.471,87	55,54	10.788.258,89	55,25	11.506.743,90	55,05	12.643.592,84	52,87	12.926.702,04	50,42	
TOTAL DA DESPESA	23.295.842,28	100,00	23.131.763,68	100,00	19.261.037,57	100,00	19.524.975,57	100,00	20.900.818,76	100,00	23.913.403,55	100,00	25.640.094,28	100,00	

QUADRO 17

VARIÁCIÃO DESPESAS COM ODS/ANS

Uh (Euros)

DESCRIÇÃO	2002		2003		2004		2005		2006		2007		2008	
	Valor	Valor	Δ	Valor	Δ	Valor	Δ	Valor	Δ	Valor	Δ	Valor	Δ	
DESPESAS CORRENTES														
Pessoal	385214,9	364310,24	-58	407460,39	127	426885,24	86	488449,61	92	540966,51	119	590639,78	92	
Ens. estruturals	14531,9													
Ens. não estruturals	47487,38	47861,76	118	48490,28	22	54747,38	121	58100,48	56	65854,04	100	115176,59	811	
Aquitação de serviços	320994,67	205005,30	-374	230246,56	143	189435,62	-177	200371,18	77	278802,31	357	289931,51	40	
Energias financeiras	182554,9	20001,59	536	222021,0	-172	234320,8	09	270580,8	167	415199,38	518	806295,9	942	
Transferências correntes														
Para as freguesias	112654,54	69763,4	-381	84386,67	210	112971,11	389	99424,48	-120	15681,18	575	116925,91	-253	
Outras	99836,21	109977,73	82	95141,11	-97	100407,49	46	108627,55	23	135185,00	295	844740,6	-375	
Subsídios	60393,04	12156,35	10,4	189700,00	561	214800,00	272	261850,00	84	292511,40	117	316660,00	83	
Outras despesas correntes	81731,14	94477,09	15,6	216465,59	1291	2888581	19,6	262700,48	15	239300,29	-89	607177,44	1883	
Total das despesas Corrente	8998382,85	7758336,40	-132	8558557,0	105	8736716,68	20	9394034,86	75	112981071	200	12713392,24	128	
DESPESAS DE CAPITAL														
Investimentos														
Terras e outros naturais	42864,90	65463,98	625	154591,53	-764	229257,8	442	33861,31	480	35200,88	198	316157,74	-225	
Habituação	0,00	0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		53000,00		
Outros edifícios	165455,45	252230,76	537	148276,61	-485	1214238,69	-155	169990,87	400	200086,77	224	152201,88	-268	
Construções diversas	938869,00	778970,951	-181	5911200,09	-237	4209407,3	-291	463159,38	110	5008604,08	71	600300,61	201	
Móveis de transporte	6852,90	31188,92	351	145144,7	-535	23684,6	-837	37301,6	14803	114788	-969	145077	11694	
Maquinaria e equipamento	47485,13	29552,40	-37,9	42485,78	593	20770,46	-427	26822,67	-162	43739,07	928	42531,45	126	
Outros	9622,91	5891,95	-37,8	28226,92	217,7	49457,43	162,2	33441,15	-92,2	7992,35	-76,1	13287,38	188,9	
Locação financeira		29290,77		321885,05	99	321829,6	0,0	28002,47	-27,6	56617,03	138,9	102899,39	88,9	
Transferências de capital														
Para as freguesias	49099,65	58025,29	98	621986,97	135	665232,81	70	55561,54	-135	55288,76	-40	60446,88	213	
Outras	52450,57	236813,06	357,0	688169,38	-71,3	118080,45	71,6	124538,76	54	155761,72	251	125143,38	-188	
Ativos financeiros														
Créditos e empréstimos														
Outros	1500,00	0,00	-100,0	0,00		0,00		66820,00		13164,00	100,0	40000,00	204	
Passivos financeiros														
Anulação de empréstimos	1164536,6	76681,24	-342	88005,07	93	2271094,72	171,0	2377558,2	47	183740,35	-227	92582,51	-496	
Outros														
Outras despesas de capital	12416,86							8882,2		8000,00	800,2	13998,80	375	
Total das despesas de Capital	14362494,8	1538427,28	71	10691471,87	-304	10788238,99	08	11506743,90	67	126489284	99	12967004	22	
TOTAL DAS DESPESAS	23258822,8	23131763,68	-07	19261028,87	-167	19524975,67	14	20908187,6	70	23913403,5	144	25640094,28	72	

Como não poderia deixar de ser, a execução da despesa varia na razão directa do volume global da receita arrecadada durante o ano, transitando, de um exercício para o outro, apenas as disponibilidades de tesouraria e seus equivalentes, que em 2008 atingiram o montante de 99.517,95 euros. Assim, a execução orçamental da despesa ascendeu ao montante global de 25.640.094,28 euros, ou seja, mais 1.726.690,73 euros que em 2007, traduzindo uma variação positiva de 7,2%. Esta subida decorre, por um lado, do crescimento natural da actividade do município, por outro, dos níveis de inflação observados ao longo dos primeiros 10 meses de 2008, que chegaram a ser de 4,3% num único mês.

Com um valor global foi de 12.713.392,24 euros, a despesa corrente correspondeu a 49,58 % do total da despesa, significando que, à semelhança do que aconteceu em 2007, cerca de 50% da receita municipal arrecada foi canalizada para fazer face às despesas de funcionamento, encargos financeiros e transferências correntes, tendo a percentagem restante sido canalizadas para investimento.

Esta realidade reflecte claramente as consequências da actuação do Governo para com os Municípios, nomeadamente a crescente transferência de competências sem as correspondentes compensações financeiras, retraindo assim a verba disponível para bens de investimento. O exemplo mais recente deste processo que está a levantar cada vez mais constrangimentos às autarquias é a já anunciada transferência de competências na área da gestão do pessoal e parque escolar do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico que o Governo se propõe concretizar. Para além dos custos directos daí decorrentes, é preciso ter em conta os referentes aos custos administrativos, nomeadamente o pagamento de salários dos recursos humanos, bem como à requalificação e manutenção do parque escolar, que nesses graus de ensino se encontra em acentuado estado de degradação. Isto sem que a Administração Central dê garantias de que as autarquias terão as contrapartidas financeiras que permitam assegurar as novas atribuições.

Se a transferência de competências continuar este ritmo, é de antecipar um cenário muito desfavorável para as autarquias, um cenário em que a totalidade da receita terá que ser canalizada para as despesas correntes, ficando os Municípios completamente limitados em matéria de investimentos estruturantes e geradores de riqueza.

Passemos agora a uma leitura mais detalhada das despesas realizadas durante o ano sujeito a apreciação devidamente discriminadas por tipologia. Ressalva-se aqui que há um capítulo específico para uma análise mais pormenorizada do serviço da dívida, aliás à semelhança do que tem vindo a ser feito em anteriores relatórios de gestão.

DESPEAS DE FUNCIONAMENTO

As despesas de funcionamento, frequentemente designadas por despesas fixas, evidenciam o nível de actividade desenvolvida pelo município no âmbito das suas atribuições e competências, uma área que compreende todos os encargos suportados com pessoal, com a aquisição de bens e serviços e outras despesas de carácter residual. Por esse motivo, justificam uma análise mais detalhada e pormenorizada no respeitante a algumas rubricas que as compõem. O quadro n.º 16 mostra que o montante total das despesas de funcionamento em 2008 foi de 10.628.760,32 euros, valor que reflecte uma subida de cerca de 17% relativamente ao apurado em 2007.

PESSOAL

Se observarmos mais pormenorizadamente o quadro n.º 16, constatamos que as despesas com o pessoal têm um peso no total das despesas correntes da ordem dos 46% (menos 2% que em 2007), sendo que, no total das despesas do Município, elas correspondem a 23,04%. Se compararmos os encargos com a massa salarial na estrutura global das despesas de funcionamento, verifica-se que estes representam de 55,57%. Ou seja, num universo de 10,6 milhões de euros, 55,57% são gastos com pessoal e o restante é despendido com a aquisição de bens e serviços e outras despesas de carácter residual.

Quadro 18

Quadro com a Discriminação das Despesas com Pessoal

Discriminação de Tipo da Despesa	2007	2008	Peso	Variação	
	Valores Pagos	Valores Pagos	%	Valor Absoluto	△
0101 Remunerações certas e permanentes :					
Titulares órgãos de soberania e memb. órgãos autárquicos	132.934,68	136.149,60	2,31	3.214,92	2,42
Pessoal dos Quadros - Regime de função Pública	2.374.001,40	2.662.854,28	45,08	288.852,88	12,17
Pessoal contratado a termo	150.855,09	311.968,17	5,28	161.113,08	106,80
Pessoal em regime de tarefa ou avença	659.603,86	429.040,99	7,26	-230.562,87	-34,95
Pessoal em qualquer outra situação	263.724,26	245.134,09	4,15	-18.590,17	-7,05
Representação	63.720,60	70.737,60	1,20	7.017,00	11,01
Subsídio de refeição	231.440,09	260.156,53	4,40	28.716,44	12,41
Subsídio Férias e de Natal	490.943,73	559.404,47	9,47	68.460,74	13,94
Remunerações por doença e maternidade/paternidade	57.129,81	49.706,37	0,84	-7.423,44	-12,99
SUB-TOTAL:	4.424.353,52	4.725.152,10	79,99	300.798,58	6,80
0102 Abonos variáveis ou eventuais:					
Gratificações variáveis ou eventuais	0,00	0,00			
Horas extraordinárias	46.303,62	63.058,38	1,07	16.754,76	36,18
Ajudas de custo	59.487,97	68.621,65	1,16	9.133,68	15,35
Abono para falhas	2.697,60	2.723,68	0,05	26,08	0,97
Outros suplementos e prémios	34.754,41	20.980,30	0,35	-13.774,11	-39,63
SUB-TOTAL:	143.243,60	155.384,01	2,63	12.140,41	8,48
0103 Segurança Social :					
Encargos com a saúde	246.041,77	336.567,31	5,70	90.525,54	36,79
Outros encargos com a saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	
Subsídio familiar a criança e jovens	36.890,07	41.091,50	0,70	4.201,43	11,39
Outras prestações familiares	2.264,36	1.441,36	0,02	-823,00	-36,35
Contribuições para a Segurança Social	510.532,35	596.122,98	10,09	85.590,63	16,76
Outras pensões	5.374,38	4.657,52	0,08	-716,86	-13,34
Seguros	40.906,46	46.475,00	0,79	5.568,54	13,61
SUB-TOTAL:	842.009,39	1.026.355,67	17,38	184.346,28	21,89
TOTAL DAS DESPESAS C/ PESSOAL	5.409.606,51	5.906.891,78	100,00	497.285,27	9,19
TOTAL DAS DESPESAS DE FUNCIONAMENTO	9.053.643,15	10.628.760,32		1.575.117,17	17,40
PESO DAS DESP. C/ PESSOAL NAS D. FUNCIONAMENTO	59,75	55,57			

Estas despesas são objecto de apresentação mais detalhada no quadro n.º 18, onde se observa uma variação positiva de 9,19% em relação ao ano de 2007, ou seja mais 497.285,27 euros. Contudo, e apesar do Orçamento de Estado poder fixar limites anuais para as despesas com o pessoal, e não descurando as limitações impostas pelo Decreto-Lei n.º 116/84, de 6 de Abril, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 44/85, de 13 de Setembro, podemos adiantar que esse aumento se encontra devidamente fundamentado conforme decomposição que a seguir se apresenta:

- ✓ A actualização de vencimentos dos funcionários do quadro, que totalizou 61.353,36 euros;
- ✓ A necessidade de se criar, na área da protecção civil, um gabinete técnico florestal municipal, por força da delegação de competências, onde os encargos com pessoal totalizaram 21.480,30 euros;
- ✓ Pela delegação de competências, ao abrigo do programa das actividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico, o Município suportou encargos acrescidos de 170.130,66 euros;
- ✓ O aumento dos encargos inerentes a vários normativos legais, como seja:
 - os constantes da Portaria n.º 30-A/2008, que fixou para o ano de 2008 os valores de referência para o subsídio de refeição, ajudas de custo, subsídio de transporte e outros;
 - o Decreto-lei n.º 87/2008, de 28 de Maio, que instituiu medidas de reforço da protecção social na monoparentalidade no âmbito da protecção nos encargos familiares Portaria 421/2007, de 16 de Abril, que fixou o montante das prestações por encargos familiares bem como das prestações que visam a protecção das crianças e jovens com deficiências e/ou em situação de dependência;
 - o Despacho n.º 8738/2004, de 3 de Maio, relativo às despesas relacionadas com os encargos de saúde dos funcionários a pagar à ADSE;
 - o Decreto-lei n.º 94/2006, de 29 Maio, referente a programa PEPAL e respectiva Portaria n.º 1211/2006, de 13 de Novembro;
 - por fim, a Lei n.º 2/2004 com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, que define o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da Administração Central, Regional e Local, e ainda os encargos decorrentes das habituais promoções, progressões e reclassificações profissionais. Todas estas disposições legais correspondem a um aumento das despesas com pessoal no total de 356.948,11 euros.

QUADRO 19
DESPESAS COM PESSOAL

Un: (Euros)

Designação	Valor das Despesas
Pessoal do Quadro	3.454.010,58
Total Pessoal do Quadro	3.454.010,58
Total Receitas Correntes Ano anterior - 2007	14.050.569,74
60% das Receitas Correntes	8.430.341,84
% Utilizada do Limite Imposto	40,97%
% Utilizada das Receitas Correntes	24,58%
Pessoal Contratado a Termo	392.971,32
Pessoal em Regime Tarefa ou Avença	429.040,99
Pessoal em Qualquer outra situação	232.409,40
Estágios Profissionais IEFP	0,00
Estágios Profissionais PEPAL	54.071,18
Total Pessoal em qualquer Situação	1.108.492,89
Total Receitas Correntes Ano anterior - 2007	14.050.569,74
25% dos 60% das Receitas Correntes	2.107.585,46
% Utilizada do Limite Imposto	52,60%
% Utilizada das Receitas Correntes	7,89%

O quadro n.º 19 demonstra, de uma forma muito sumária, o montante das percentagens atingidas pelo Município nas limitações impostas pelos decretos oportunamente referenciados, ou seja, os limites para a realização de despesas com pessoal em cada ano referidas no Decreto-lei n.º 116/84, de 6 de Abril, considerando também a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 44/85, de 13 de Setembro, que impõem resumidamente o seguinte:

1 - As despesas efectuadas com pessoal do quadro não podem ser superiores a 60% das receitas correntes do ano económico anterior ao respectivo exercício; e

2 - As despesas com pessoal em qualquer outra situação não podem ser superiores a 25% do limite dos encargos referidos no ponto anterior.

Importa aqui salientar que os cálculos do referido quadro foram efectuados em conformidade com o entendimento do SATAPOCAL – Subgrupo de Apoio Técnico na Aplicação do POCAL, no que diz respeito às despesas a ter em conta para o seu apuramento, considerando apenas as pagas pelo sub-agrupamento 01.01. denominado “remunerações certas e permanentes”, não entrando em linha de conta, portanto, com os sub-agrupamentos 01.02 e

01.03, designados por “abonos varáveis ou eventuais” e “segurança social”, respectivamente. De realçar que a referida interpretação também exclui as remunerações pagas aos titulares dos órgãos autárquicos.

Da leitura do quadro n.º 19 conclui-se que, ao nível dos encargos com recursos humanos, o Município está longe de atingir os limites impostos por lei. Nas despesas com pessoal do quadro, o limite utilizado atingiu apenas 40,97% do permitido por lei, muito perto dos 40,86% observados no ano passado.

No que diz respeito ao pessoal em qualquer outra situação, foram utilizados 52,60%, menos 8,19% do que no ano anterior. Continua ainda a aparecer reflectido o peso dos encargos com os contratos de avença celebrados com os professores contratados no âmbito do Programa de Generalização do Inglês e Outras Actividades de Enriquecimento curricular para alunos do 1.º CEB, apesar de se notar, em 2008, uma diminuição de cerca de 35% face ao ano anterior. Esta situação tem muito a ver com o facto de, à luz dos novos preceitos legais, no início do ano lectivo de 2008/2009, estes professores terem passado a ser contratados como prestadores de serviços. Ou seja, à data da próxima prestação de contas, os encargos inerentes deixarão de aparecer com sendo uma despesa com pessoal, para passarem a ser considerados como uma despesa incluída na rubrica de aquisição de bens e serviços.

AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

Quadro 20

Quadro com a Discriminação da Aquisição de Bens e Serviços

Discriminação de Tipo da Despesa	2007		2008		Peso	Variação	
	Valores Pagos	Valores Pagos	Valores Pagos	%		Valor Absoluto	△
0201 Aquisição de Bens:							
Matérias-primas e subsidiárias	4.187,43	6.604,99	0,16	2.417,56	57,73		
Combustíveis e lubrificantes	317.708,25	432.112,02	10,72	114.403,77	36,01		
Munições, explosivos e artificios	0,00	0,00	0,00	0,00			
Limpeza e higiene	11.345,00	12.766,87	0,32	1.421,87	12,53		
Alimentação- Refeições Confeccionadas	0,00	414.491,11	10,28	414.491,11			
Alimentação- Géneros para confeccionar	0,00	0,00	0,00	0,00			
Vestuário e artigos pessoais	5.122,30	2.085,35	0,05	-3.036,95	-59,29		
Material de escritório	66.272,54	72.111,90	1,79	5.839,36	8,81		
Produtos químicos e farmacêuticos	0,00	58,50	0,00	58,50			
Produtos vendidos nas farmácias	0,00	0,00	0,00	0,00			
Material de consumo clínico	0,00	0,00	0,00	0,00			
Material de transporte - peças	25.671,52	24.367,30	0,60	-1.304,22	-5,08		
Outro material - peças	44.707,18	43.599,10	1,08	-1.108,08	-2,48		
Prémios, condecorações e ofertas	88.223,69	69.552,13	1,73	-18.671,56	-21,16		
Mercadorias para venda	4.133,41	4.767,47	0,12	634,06	15,34		
Ferramentas e utensílios	2.278,14	4.013,74	0,10	1.735,60	76,18		
Livros e documentação técnica	2.283,65	1.921,00	0,05	-362,65	-15,88		
Artigos honoríficos e de decoração	886,18	359,91	0,01	-526,87	-59,45		
Material de educação, cultura e recreio	29.804,97	28.534,93	0,71	-1.270,04	-4,26		
Outros bens	33.229,78	34.410,87	0,85	1.181,09	3,55		
SUB-TOTAL:	635.854,04	1.151.756,59	28,57	515.902,55	81,14		
0202 Aquisição de Serviços:							
Encargos das instalações	328.800,03	464.469,29	11,52	135.669,26	41,26		
Limpeza e higiene	15.325,68	31.690,61	0,79	16.364,93	106,78		
Conservação de bens	82.322,52	77.943,29	1,93	-4.379,23	-5,32		
Locação de edifícios	34.993,69	39.792,07	0,99	4.798,38	13,71		
Locação de material de informática	0,00	0,00	0,00	0,00			
Locação de outros bens	21.849,04	47.192,83	1,17	25.343,79	115,99		
Comunicações	149.996,01	169.042,30	4,19	19.046,29	12,70		
Transportes	505.280,71	532.174,34	13,20	26.893,63	5,32		
Representação dos serviços	3.818,65	1.829,32	0,05	-1.989,33	-52,10		
Seguros	69.611,86	75.076,72	1,86	5.464,86	7,85		
Deslocações e estadas	3.042,11	471,02	0,01	-2.571,09	-84,52		
Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	25.194,07	38.882,86	0,96	13.688,79	54,33		
Formação	80.352,25	54.864,04	1,36	-25.488,21	-31,72		
Seminários, exposições e similares	19.315,00	932,00	0,02	-18.383,00	-95,17		
Publicidade	110.693,94	97.989,79	2,43	-12.704,15	-11,48		
Vigilância e segurança	115.200,20	99.809,83	2,48	-15.390,37	-13,36		
Assistência técnica	55.450,03	50.585,75	1,25	-4.864,28	-8,77		
Outros trabalhos especializados	342.971,00	306.576,65	7,60	-36.394,35	-10,61		
Encargos de cobrança de receitas	114.430,57	106.584,01	2,65	-7.846,56	-6,86		
Outros serviços	690.154,95	684.027,79	16,97	-6.127,16	-0,89		
SUB-TOTAL:	2.768.802,31	2.879.934,51	71,43	111.132,20	4,01		
TOTAL DAS DESPESAS C/AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	3.404.656,35	4.031.691,10	100,00	627.034,75	18,42		
TOTAL DAS DESPESAS DE FUNCIONAMENTO	9.053.643,15	10.628.760,32		1.575.117,17	17,40		
PESO DAS DESP. C/ AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS NAS							
D. FUNCIONAMENTO	37,61	37,93					

O quadro n.º 20 mostra que o montante pago em aquisição de bens e serviços foi de 4.031.691,10 euros, mais 627.034,75 euros que em 2007. Trata-se de uma variação positiva de 18,42%, percentagem que representa cerca de metade do aumento de 30% verificado de 2006 para 2007.

Analisando estas despesas à luz dos montantes realizados e reflectidos no quadro n.º 21, constata-se que o aumento acima referido atinge apenas 471.554,77 euros. Ou seja, a variação positiva registada a este nível situou-se em 12,65 pontos percentuais, o que demonstra uma redução em 6% face à variação obtida pela comparação das despesas pagas em 2008 relativamente às do ano anterior.

Aqui chegados, faz sentido abrir um parêntesis para realçar alguns reajustamentos verificados entre rubricas com outro tipo de natureza, reajustamentos esses que justificam, em larga medida, os significativos aumentos registados com a rubrica de aquisição de bens e serviços. A título meramente exemplificativo, é de referir que o valor inscrito na rubrica “alimentação – refeições confeccionadas” teve uma subida exponencial relativamente a 2007, que havia sido de zero. Esta comparação não permite concluir que se trata de um novo tipo de despesa, pois efectivamente não o é. Trata-se apenas de uma mera alteração de classificação, porquanto, no ano de 2007, as despesas correspondentes eram classificadas como aquisição de serviços na rubrica designada por “outros trabalhos especializados” e só em 2008 passaram a ser classificadas na rubrica “alimentação – refeições confeccionadas”. Por outro lado, entraram também aqui encargos que, em anos anteriores, eram considerados como transferências para Instituições Particulares de Solidariedade Social e a algumas Juntas de Freguesia que, em parceria com o Município, têm vindo a assegurar o fornecimento de refeições escolares a um número considerável de crianças do Concelho.

Assim, temos que, resumidamente, os encargos que mais contribuíram para o aumento da despesa em aquisição de bens e serviços foram os seguintes:

- ✓ Um maior número de escolas abrangidas pelo concurso público de fornecimento de refeições directamente adjudicado pelo Município, incluindo os pagamentos efectuados a Instituições Particulares de Solidariedade Social e algumas Juntas de Freguesia que passaram no ano de 2008 a ser consideradas como prestadoras de serviços, fazendo aumentar em cerca de 163 mil euros a rubrica directamente relacionada com a aquisição de bens identificados na rubrica “alimentação – refeições confeccionadas”;
- ✓ Os já mencionados efeitos do aumento da inflação verificada nos primeiros 10 meses de 2008, acompanhada de uma subida galopante dos combustíveis, que representam por si só um aumento superior a 100 mil euros;
- ✓ Os encargos com instalações, que subiram em relação a 2007 aproximadamente 135 mil euros. Este reflexo deverá contudo ser exclusivamente associado ao pagamento de um montante significativo de facturação de água da Inova - Empresa Municipal, montante esse que foi liquidado em 2008 mas que dizia respeito a dívidas reportadas a exercícios anteriores ao período de análise;

- ✓ A mudança do regime de classificação das despesas com os professores das diversas actividades de enriquecimento curricular, que no início do ano lectivo de 2008/2009 e por força da alteração de diversa legislação na área dos recursos humanos, passaram a ser considerados como prestadores de serviços, o que empolou este tipo de despesas em cerca de 125 mil euros;
- ✓ Várias despesas de carácter residual e difíceis de quantificar, nomeadamente as que têm a ver com eventos de carácter educativo, cultural, social e desportivo de algum modo imprevisos, na medida em que a sua realização estava condicionada às verbas que foram disponibilizadas para o efeito.

DESPESAS DE CAPITAL

No que concerne às rubricas que fazem parte integrante das despesas de capital, verifica-se que o Município destinou para esta vertente 50,42% das suas receitas (quadro n.º 16), concretizando-as no total da despesa efectuada, esta com uma variação negativa de 2,45% face ao período homólogo. De realçar, no entanto, que estas rubricas exclusivamente destinadas a investimentos reflectem um aumento percentual de 2,2%, quando comparadas com os montantes pagos em 2007, além de que, se se olhar para os valores globais da despesa de capital constata-se uma subida de 283.109,20 euros.

O ano de 2008 encerra assim com pagamentos exclusivamente relacionados com a formação de activos imobilizados superiores em 1.072.548,46 euros_ou seja, mais 13% do que os pagamentos efectuados em 2007 para a realização de investimentos em infra-estruturas Municipais.

Sobre as transferências de capital há a destacar apenas a subida de 21% registada nas verbas destinadas às Juntas de Freguesia, um aumento muito significativo nas dotações financeiras inerentes aos protocolos de transferências de competências com incidência na realização de obras e operações de valorização, conservação e manutenção em vários domínios.

Na componente da despesa respeitante aos passivos financeiros, os encargos suportados com a amortização de capital mutuado totalizou a quantia de 925.826,51 euros. Observa-se aqui uma descida de cerca de 50% em relação ao ano de 2007, o que encontra justificação no facto de a Autarquia estar a beneficiar de um período de carência na amortização dos seus empréstimos de longo prazo.

QUADRO 21
RESUMO DA DESPESA NOS ÚLTIMOS 2 ANOS

Un: (Euros)

DESIGNAÇÃO	2007					2008				
	ORÇAMENTO CORRIGIDO	DESPESAS REALIZADAS	DESPESAS PAGAS	TAXA DE EXECUÇÃO		ORÇAMENTO CORRIGIDO	DESPESAS REALIZADAS	DESPESAS PAGAS	TAXA DE EXECUÇÃO	
				REALIZADAS	PAGAS				REALIZADAS	PAGAS
	A	B	C	B/A	C/A	A	B	C	B/A	C/A
DESPESAS CORRENTES										
DESPESAS COM PESSOAL	5.564.966,00	5.540.169,71	5.409.606,51	99,55	97,21	5.924.073,00	5.906.891,78	5.906.891,78	99,71	99,71
AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	4.129.252,00	3.727.137,69	3.404.656,35	90,26	82,45	4.863.259,74	4.198.692,46	4.031.691,10	86,33	82,90
ENCARGOS CORRENTES DA DÍVIDA	592.167,00	580.736,92	415.199,98	98,07	70,12	888.476,00	888.052,53	806.295,95	99,95	90,75
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.540.477,00	1.523.890,16	1.508.456,18	98,92	97,92	991.884,00	962.718,95	961.649,97	97,06	96,95
SUBSÍDIOS	311.389,00	311.387,40	292.511,40	100,00	93,94	316.687,00	316.686,00	316.686,00	100,00	100,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	241.251,00	240.221,48	239.380,29	99,57	99,22	696.332,00	694.785,60	690.177,44	99,78	99,12
TOTAL DESPESAS CORRENTES	12.379.502,00	11.923.543,36	11.269.810,71	96,32	91,04	13.680.711,74	12.967.827,32	12.713.392,24	94,79	92,93
DESPESAS DE CAPITAL										
AQUISIÇÃO DE BENS DE INVESTIMENTO	21.687.128,00	9.829.896,39	8.482.788,01	45,33	39,11	23.903.855,00	12.634.808,66	9.555.336,87	52,86	39,97
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.861.303,46	2.120.590,48	2.110.190,48	74,11	73,75	2.607.995,00	1.948.025,62	1.935.560,16	74,69	74,22
ACTIVOS FINANCEIROS	133.265,00	133.164,00	133.164,00	99,92	99,92	600.103,00	400.000,00	400.000,00	66,66	66,66
PASSIVOS FINANCEIROS	1.885.050,00	1.837.440,35	1.837.440,35	97,47	97,47	2.270.715,00	925.826,51	925.826,51	40,77	40,77
OUTRAS DESPESAS CAPITAL	288.952,00	80.010,00	80.010,00	27,69	27,69	179.556,00	109.978,50	109.978,50	61,25	61,25
TOTAL DESPESAS CAPITAL	26.855.698,46	14.001.101,22	12.643.592,84	52,13	47,08	29.562.224,00	16.018.639,29	12.926.702,04	54,19	43,73
TOTAL GERAL	39.235.200,46	25.924.644,58	23.913.403,55	66,07	60,95	43.242.935,74	28.986.466,61	25.640.094,28	67,03	59,29

O quadro n.º 21 expõe os níveis de execução da despesa realizada e paga face ao orçamento corrigido. No que à despesa total realizada em 2008 diz respeito, verifica-se uma taxa de execução de 67,03%, à qual corresponde uma execução da despesa paga de 59,29%, taxas muito próximas das de 2007, que registaram 66,07% e 60,95%, respectivamente. Convém recordar que estas taxas variam na razão directa do orçamento corrigido, pelo que o aumento de 4.007.735,28 euros aferido, quando se compara o orçamento corrigido de 2008 com o de 2007, tem uma influência directa no montante das taxas apuradas. Isto é, se se tivesse mantido o montante orçamental de 2007 as taxas de 2008 teriam sido mais elevadas.

Infelizmente, foram completamente defraudadas as expectativas criadas pelo novo Quadro de Referência Estratégica Nacional 2007-2013, cuja implementação prática o Governo atrasou uma vez mais e que, à data desta prestação de contas, ainda não passava de meras normas e regulamentos aprovados em unidades de gestão e sem tradução em qualquer tipo de fluxo financeiro para a Autarquia, o que veio contribuir fortemente para que o nível de execução da despesa de capital ficasse pelos 54,18%.

Analisando separadamente o comportamento das despesas correntes face às despesas de capital, observa-se que, no caso das primeiras, a taxa de execução da despesa realizada foi de 94,79%, descendo para 92,93% relativamente à despesa paga. Estes números por si só demonstram a enorme fiabilidade com que os documentos previsionais foram elaborados, pois os 5% que ficaram por executar em 2008 podem ser considerados como uma taxa residual. Por outro lado, e no caso das despesas de capital, a execução revelou-se inferior às anteriormente referidas, situando-se a da despesa realizada em 54,18% e a da despesa paga em 43,73%.

O enquadramento da execução orçamental pode ser avaliado mais detalhadamente no quadro n.º 22, que incide na demonstração das várias fases da realização da despesa municipal. Antes de se proceder à análise do mapa em questão, importa conhecer um pouco melhor o conceito de cada uma dessas fases intimamente relacionadas com a realização da despesa, designadamente as seguintes:

- ✓ **Cabimento:** traduz a cativação de determinada verba estimada, afectando-a a uma determinada classificação orçamental prevista. A lei não permite a realização de qualquer tipo de despesa que não tenha cabimento prévio, ou seja, dotação orçamental suficiente para a sua realização, o que constitui uma regra de ouro no processo de execução da despesa.
- ✓ **Compromisso:** fase em que o Município concretiza e assume, perante um agente externo, o pedido de realização ou execução de qualquer tipo de fornecimento ou serviço, consubstanciado, na maior parte das vezes, na emissão de uma requisição ou da formalização de um contrato escrito celebrado entre as partes.
- ✓ **Realização:** diz respeito à recepção e respectivo movimento do documento de despesa, ou seja, normalmente uma factura ou documento equivalente. É nesta fase que o Município assume a dívida para com uma entidade terceira.
- ✓ **Pagamento:** corresponde ao que o próprio nome indica, variando a sua efectivação na relação directa das disponibilidades de tesouraria.

Partindo destes conceitos, facilmente se compreende a importância do quadro n.º 22, onde estão patentes os diferentes níveis de realização da despesa, reflectindo outra perspectiva de análise da saúde financeira dos Municípios.

Além desta, a análise pode ainda ser feita segundo uma **perspectiva económica**, separando aqui a natureza da despesa conforme o seu destino seja para despesas correntes ou de capital, sob uma **perspectiva orgânica**, tendo como base a estrutura orgânica da organização, ou ainda numa **perspectiva funcional**, associando as despesas por tipo de necessidades, tais como necessidades gerais, económicas ou sociais.

QUADRO 22

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS DIFERENTES FASES DA DESPESA

Un: (Euros)

CÓD.	DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTO	COMPROMETIDO	FACTURADO	PAGO	REALIZADO E	COMPROMETIDO
		CORRIGIDO				NÃO PAGO	POR REALIZAR
		1	2	3	4	5=3-4	6=2-3
DESPESAS CORENTES							
01	DESPESAS COM PESSOAL	5.924.073,00	5.912.574,51	5.906.891,78	5.906.891,78	0,00	5.682,73
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	4.863.259,74	4.856.109,02	4.198.692,46	4.031.691,10	167.001,36	657.416,56
03	ENCARGOS CORRENTES DA DÍVIDA	888.476,00	888.052,53	888.052,53	806.295,95	81.756,58	0,00
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	991.884,00	991.549,26	962.718,95	961.649,97	1.068,98	28.830,31
05	SUBSÍDIOS	316.687,00	316.686,00	316.686,00	316.686,00	0,00	0,00
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	696.332,00	696.191,73	694.785,60	690.177,44	4.608,16	1.406,13
TOTAL DESPESAS CORRENTES		13.680.711,74	13.661.163,05	12.967.827,32	12.713.392,24	254.435,08	693.335,73
DESPESAS DE CAPITAL							
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE INVESTIMENTO	23.903.855,00	17.103.010,64	12.634.808,66	9.555.336,87	3.079.471,79	4.468.201,98
08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.607.995,00	2.228.592,02	1.948.025,62	1.935.560,16	12.465,46	280.566,40
09	ACTIVOS FINANCEIROS	600.103,00	600.000,00	400.000,00	400.000,00	0,00	200.000,00
10	PASSIVOS FINANCEIROS	2.270.715,00	925.826,51	925.826,51	925.826,51	0,00	0,00
11	OUTRAS DESPESAS CAPITAL	179.556,00	109.978,50	109.978,50	109.978,50	0,00	0,00
TOTAL DESPESAS DE CAPITAL		29.562.224,00	20.967.407,67	16.018.639,29	12.926.702,04	3.091.937,25	4.948.768,38
TOTAL GERAL 2008		43.242.935,74	34.628.570,72	28.986.466,61	25.640.094,28	3.346.372,33	5.642.104,11
TOTAL GERAL 2007		39.235.200,46	31.046.885,98	25.924.644,58	23.913.403,55	2.011.241,03	5.122.241,40
TOTAL GERAL 2006		32.919.281,12	29.821.735,66	26.057.869,93	20.900.818,76	5.157.051,17	3.763.865,73
TOTAL GERAL 2005		33.846.992,00	30.304.433,76	24.729.449,82	19.524.975,57	5.204.474,25	5.574.983,94

Pelo cálculo da diferença entre os valores da despesa realizada com os da despesa paga, e à luz dos diversos normativos de execução orçamental, consegue-se ter a noção exacta da situação da dívida de curto prazo, indicador de gestão com reconhecida importância. No caso do Município de Cantanhede, essa dívida, conforme indica o quadro n.º 22, situou-se em 3.346.372,23 euros, valor um pouco superior ao registado em 2007, mas que, ainda assim, pode ser considerado um bom resultado quando comparado com os obtidos nos exercícios de 2005 e 2006.

No que respeita à diferença entre o valor comprometido e não realizado, isto é, o montante relativo a compromissos já assumidos com a entidade fornecedora do bem ou serviço mas que à data desta prestação de contas ainda não era devido, ele ascendeu a 5.642.104,11 euros, ficando assim muito próximo do atingido em 2007.

A soma desta diferença com a anteriormente referida, ou melhor, o somatório dos compromissos assumidos por realizar e o valor dos encargos realizados e não pagos, no montante global de 8.988.476,44 euros, corresponde à verba comprometida no orçamento aprovado para vigorar durante o ano de 2009.

QUADRO 23

Estrutura das Transferências Concedidas

TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	DESPEZA REALIZADA		DESPEZA PAGA		DÍVIDA TRANSITADA	
		%		%		%
Un. (Euros)						
Transferências Correntes						
Sociedades e Quase Sociedades não Financeiras	76.516,53	2,63%	76.516,53	2,64%	0,00	0,00%
Administração Central	74.053,94	2,54%	74.053,94	2,56%	0,00	0,00%
Administração Local	117.435,91	4,03%	116.935,91	4,04%	500,00	3,69%
Instituições sem Fins Lucrativos	658.819,53	22,63%	658.319,53	22,72%	500,00	3,69%
Famílias	35.893,04	1,23%	35.824,06	1,24%	68,98	0,51%
Resto do Mundo	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
SUB-TOTAL	962.718,95	33,07%	961.649,97	33,19%	1.068,98	7,90%
Transferências Capital						
Sociedades e Quase Sociedades não Financeiras	501.855,53	17,24%	501.855,53	17,32%	0,00	0,00%
Administração Central	1.150,00	0,04%	1.150,00	0,04%	0,00	0,00%
Administração Local	672.666,83	23,11%	670.416,83	23,14%	2.250,00	16,62%
Instituições sem Fins Lucrativos	772.353,26	26,53%	762.137,80	26,31%	10.215,46	75,48%
Famílias	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
SUB-TOTAL	1.948.025,62	66,93%	1.935.560,16	66,81%	12.465,46	92,10%
TOTAL	2.910.744,57	100,00%	2.897.210,13	100,00%	13.534,44	100,00%

O quadro n.º 23 decompõe o valor global das transferências correntes e de capital efectuada pelo Município ao longo do ano de 2008, evidenciando o tipo de entidades receptoras e os montantes transferidos.

QUADRO 24

Transferências Efectuadas para a Empresa Municipal

		Un: (Euros)
Classificação	Designação	Valor
0103 04070109	Expofacic 2008 - Festas do Concelho	80.229,70
0103 0501010101	Contrato Programa p/despesas de conservação e manutenção	157.500,00
0103 0501010101	Cont-Prog. P/ Higiene, Desinfecção e Limpeza das Instalações e Equipamentos das Piscinas Municipias e dos Espaços Envolventes	129.222,00
0503 0401010190	Trsf. Emp. Mun. Para Festival de Dixileand	75.385,30
0103 0801010101	Contrato-Programa para realização de Investimentos	472.500,00
0103 0801010101	Contrato-Programa para a execução de infra-estruturas de água e saneamento lo loteamento n. º11/2000, na Varziela	17.733,53
0103 0801010101	Contrato-Programa para execução de caixa de visita, caixa de ramal de saneamento no concelho	8.622,00
0103 0801010101	Contrato-Programa para Trabalhos de Limpeza e Confinação de Terrenos	3.000,00
TOTAL		944.192,53

Constituída como empresa municipal, nos termos da Lei n.º 58/98, de 18 de Agosto, a INOVA – EM tem a totalidade do seu capital social na posse do Município. Trata-se de uma entidade criada para assegurar a exploração de actividades que prossigam fins de reconhecido interesse público e cujo objecto se enquadre no âmbito das atribuições do Município. Actua portanto segundo um modelo de gestão pública frequentemente utilizado pelas autarquias para gerir, de forma eficaz e eficiente, alguns sectores em que incide a intervenção municipal, no caso a vertente transportes e comunicações, ambiente e saneamento, promoção e desenvolvimento cultural, entre outras.

Tendo em conta o estatuto e a missão da INOVA-EM, justifica-se a identificação das transferências efectuadas para auxiliar a sua actividade em diferentes áreas de intervenção, as quais são apresentadas no quadro que se segue.

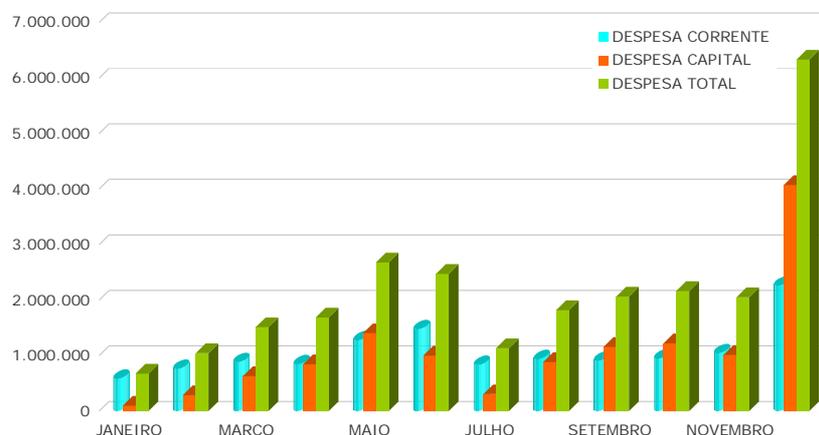
QUADRO 25

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL NUMA PERSPECTIVA MENSAL DA DESPESA

Un: (Euros)

ANO 2008	DESPESA CORRENTE	VALOR ACUMULADO	DESPESA CAPITAL	VALOR ACUMULADO	DESPESA TOTAL	VALOR ACUMULADO
JANEIRO	579.462,91	579.462,91	98.094,16	98.094,16	677.557,07	677.557,07
FEVEREIRO	758.915,04	1.338.377,95	287.484,92	385.579,08	1.046.399,96	1.723.957,03
MARÇO	878.839,57	2.217.217,52	633.784,49	1.019.363,57	1.512.624,06	3.236.581,09
ABRIL	841.116,23	3.058.333,75	846.185,82	1.865.549,39	1.687.302,05	4.923.883,14
MAIO	1.272.761,47	4.331.095,22	1.404.321,38	3.269.870,77	2.677.082,85	7.600.965,99
JUNHO	1.472.099,12	5.803.194,34	1.001.326,78	4.271.197,55	2.473.425,90	10.074.391,89
JULHO	827.789,62	6.630.983,96	305.390,48	4.576.588,03	1.133.180,10	11.207.571,99
AGOSTO	934.450,36	7.565.434,32	885.136,04	5.461.724,07	1.819.586,40	13.027.158,39
SETEMBRO	905.755,23	8.471.189,55	1.157.189,19	6.618.913,26	2.062.944,42	15.090.102,81
OUTUBRO	943.905,49	9.415.095,04	1.220.346,87	7.839.260,13	2.164.252,36	17.254.355,17
NOVEMBRO	1.039.629,17	10.454.724,21	1.013.400,81	8.852.660,94	2.053.029,98	19.307.385,15
DEZEMBRO	2.258.668,03	12.713.392,24	4.074.041,10	12.926.702,04	6.332.709,13	25.640.094,28
	12.713.392,24		12.926.702,04		25.640.094,28	

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DESPESA



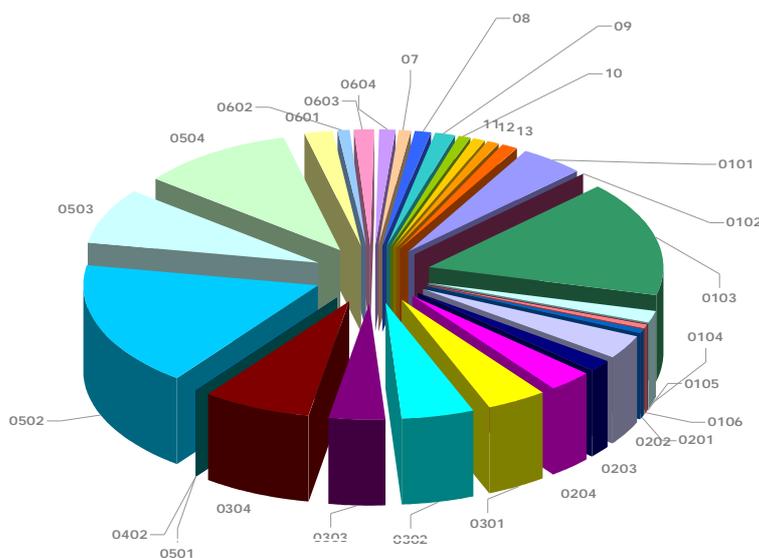
O quadro n.º 25 e demais figuras ilustrativas apresentam a execução mensal do orçamento da despesa, verificando-se que os meses que apresentam maior fluxo financeiro são, à semelhança do observado para a receita, os de Maio, Outubro e Dezembro. É absolutamente natural que assim tivesse sido, uma vez que a despesa varia em função da receita existente: a maior disponibilidade de tesouraria nos meses em que há mais entrada de recursos financeiros favorece a execução/liquidação da despesa.

QUADRO 26

DESPESA CORRENTE POR ORGÂNICA

ORGÂNICA	DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTO INICIAL	ORÇAMENTO ACTUAL	COMPROMETIDO	REALIZADO	PAGO	Un. (Euros)	
							TAXA EXECUÇÃO	
0101	Operações Financeiras	580.452,00	569.102,00	568.718,15	568.718,15	568.718,15	4,47	
0102	Classes Inactivas	1.253,00	1.191,00	1.187,07	1.187,07	1.187,07	0,01	
0103	Órgãos da Autarquia	1.921.733,00	2.125.221,00	2.124.780,09	2.071.017,63	2.046.418,75	16,10	
0104	Serviços Apoio à Presidência	202.996,00	200.855,00	200.821,74	199.710,65	197.747,29	1,56	
0105	Assembleia Municipal	16.551,00	16.705,00	16.697,64	16.697,64	16.697,64	0,13	
0106	Gab. de Sanidade e Pecuária	51.413,00	50.895,00	50.844,89	50.033,10	50.011,54	0,39	
0201	Departamento Administrativo e Financeiro	91.082,00	89.230,00	89.200,98	89.200,98	89.200,98	0,70	
0202	Divisão Financeira	475.230,00	437.234,00	437.085,24	434.653,19	434.187,42	3,42	
0203	Div. Aprov. Gestão de Stocks	207.399,00	194.598,00	194.569,08	194.288,03	194.248,45	1,53	
0204	Div. Adm. e de Rec. Humanos	412.553,00	406.663,00	405.991,94	404.584,62	399.485,89	3,14	
0301	Departamento de Obras Municipais	482.686,00	546.633,00	546.446,67	533.311,98	528.133,45	4,15	
0302	Divisão de Vias	659.328,00	657.278,00	657.162,91	653.434,83	634.747,04	4,99	
0303	Div. Equipamentos Colectivos	523.205,00	516.310,00	516.036,91	502.503,57	484.210,94	3,81	
0304	Div. de Apoio e Manutenção	851.021,00	1.017.232,74	1.016.362,43	974.311,07	968.661,64	7,62	
0402	Águas e Saneamento	1,00	2.669,00	2.668,12	2.668,12	0,00	0,00	
0501	Departamento Desenv. Económico e Social	5.720,00	2.215,00	2.179,20	2.179,20	2.179,20	0,02	
0502	Div. Educaç. e Acção Social	2.187.773,00	2.696.235,00	2.689.176,16	2.268.301,78	2.227.347,46	17,52	
0503	Divisão de Cultura	1.160.474,00	1.054.964,00	1.051.078,13	986.248,09	962.411,50	7,57	
0504	Div. Desporto e Tempos Liv.	1.432.439,00	1.463.255,00	1.459.477,88	1.404.116,09	1.352.199,75	10,64	
0601	Departamento de Urbanismo	257.413,00	248.678,00	248.625,69	245.168,24	242.270,43	1,91	
0602	Div. de Gestão Urbanística	126.670,00	123.699,00	123.662,20	123.592,20	123.592,20	0,97	
0603	Div. Ordenamento Território	177.223,00	196.378,00	196.340,74	195.160,63	165.458,43	1,30	
0604	Div. Informação Geográfica	161.156,00	148.691,00	148.656,47	148.127,78	148.127,78	1,17	
07	Divisão Jurídica	113.018,00	112.717,00	112.547,19	111.195,71	110.755,61	0,87	
08	Div. Planeamento e Coorde.	153.281,00	143.792,00	143.755,69	143.714,29	143.714,29	1,13	
09	Div. Estudos e Projectos	211.169,00	184.054,00	184.018,33	182.771,53	177.807,15	1,40	
10	Divisão de Informática	143.626,00	112.668,00	112.634,06	110.728,28	108.297,13	0,85	
11	Div. Fiscalização Municipal	101.716,00	101.978,00	100.966,79	100.597,93	100.567,93	0,79	
12	Div. Comunic. e Relaç. Públic.	138.858,00	129.148,00	129.104,82	120.795,81	106.198,00	0,84	
13	Div. Prot. Civil e Rec. Nat.	152.186,00	130.423,00	130.365,84	128.809,13	128.809,13	1,01	
TOTAL		12.999.625,00	13.680.711,74	13.661.163,05	12.967.827,32	12.713.392,24	100,00	

DESPESA PAGA POR ORGÂNICA



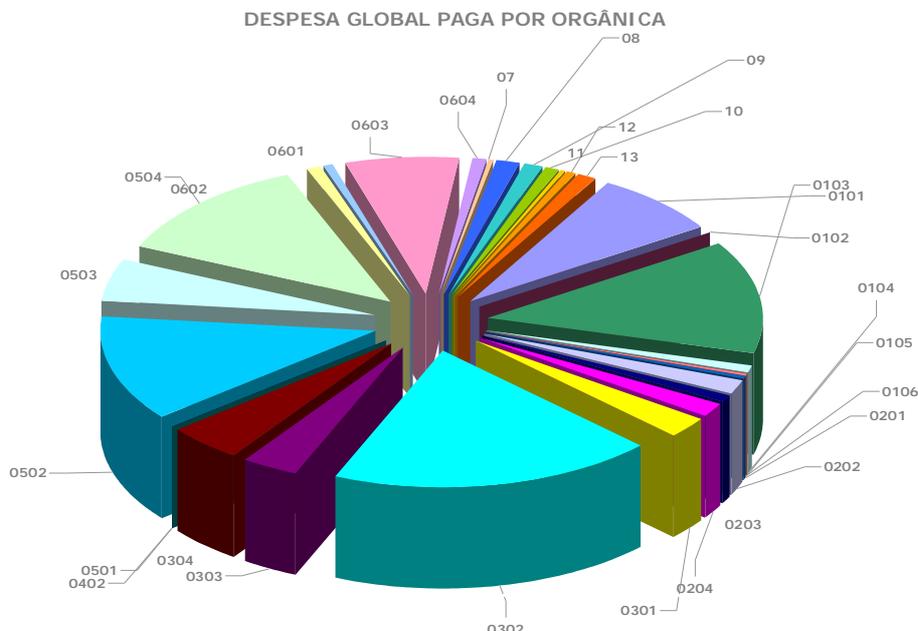
O quadro n.º 26 é elucidativo quanto ao modo como a execução da despesa, ao longo das várias fases, se repartiu pelos departamentos municipais. Da sua análise resulta a percepção da forma como se distribuiu a despesa corrente pela estrutura orgânica do Município, designadamente as despesas de funcionamento (pessoal, aquisição de bens e serviços e as outras correntes de carácter residual) e transferências e subsídios correntes concedidos, bem como o serviço da dívida, este exclusivamente relacionado com os encargos financeiros (juros).

Reportando ainda ao quadro n.º 26, este demonstra claramente que as estruturas orgânicas que mais contribuíram para a realização/pagamento de despesas correntes foram a *Divisão de Educação e Acção Social*, os *Órgãos da Autarquia* e a *Divisão de Desporto e Tempos Livres*, o que aliás também aconteceu no ano anterior. Seguiu-se a *Divisão de Apoio e Manutenção* e a *Divisão de Cultura*, que relativamente a 2007, registaram apenas uma inversão da sua posição.

As despesas correntes atribuídas às referidas divisões deve-se ao facto de estas constituírem centros de custos que, em grande medida, realizam todo o tipo de serviços à comunidade, e que, em termos orçamentais, apenas se reflectem ao nível da despesa corrente. Por exemplo, quando é organizado um evento, todos os pagamentos inerentes têm a sua contrapartida no orçamento da despesa corrente, mas o mesmo já não se verifica nas divisões de apoio administrativo, cujo peso da despesa é muito menor, respeitando essencialmente os encargos com pessoal.

QUADRO 27
DESPEZA GLOBAL POR ORGÂNICA

ORGÂNICA	DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTO INICIAL	ORÇAMENTO ACTUAL	COMPROMETIDO	REALIZADO	PAGO	TAXA EXECUÇÃO
0101	Operações Financeiras	1.511.270,00	3.439.920,00	2.094.544,66	1.894.544,66	1.894.544,66	7,39
0102	Classes Inactivas	1.253,00	1.191,00	1.187,07	1.187,07	1.187,07	0,00
0103	Órgãos da Autarquia	3.771.941,00	3.650.522,00	3.595.953,50	3.465.003,46	3.438.154,58	13,41
0104	Serviços Apoio à Presidência	206.593,00	220.029,00	217.475,14	215.721,30	213.757,94	0,83
0105	Assembleia Municipal	16.551,00	16.705,00	16.697,64	16.697,64	16.697,64	0,07
0106	Gab. de Sanidade e Pecuária	52.117,00	51.599,00	51.024,14	50.212,35	50.190,79	0,20
0201	Departamento Administrativo e Financeiro	91.370,00	89.518,00	89.336,11	89.336,11	89.336,11	0,35
0202	Divisão Financeira	487.864,00	444.868,00	441.854,17	439.422,12	438.956,35	1,71
0203	Div. Aprov. Gestão de Stocks	226.051,00	210.956,00	203.475,17	203.194,12	203.154,54	0,79
0204	Div. Adm. e de Rec. Humanos	418.584,00	412.694,00	408.477,18	407.069,86	401.971,13	1,57
0301	Departamento de Obras Municipais	590.725,00	663.734,00	653.150,19	637.759,50	632.378,77	2,47
0302	Divisão de Vias	8.975.730,00	9.275.231,00	8.047.384,57	6.531.677,27	4.941.845,64	19,27
0303	Div. Equipamentos Colectivos	2.052.439,00	1.954.205,00	1.519.361,26	955.605,83	826.953,98	3,23
0304	Div. de Apoio e Manutenção	1.501.135,00	1.727.786,74	1.557.223,67	1.280.689,49	1.138.780,33	4,44
0402	Águas e Saneamento	153.483,00	156.151,00	62.521,00	46.064,58	33.389,04	0,13
0501	Departamento Desenv. Económico e Social	5.720,00	2.215,00	2.179,20	2.179,20	2.179,20	0,01
0502	Div. Educaç. e Acção Social	4.540.728,00	5.082.944,00	4.160.699,10	3.345.384,42	3.207.527,63	12,51
0503	Divisão de Cultura	2.394.003,00	2.300.810,00	1.637.233,41	1.390.488,60	1.287.457,96	5,02
0504	Div. Desporto e Tempos Liv.	4.200.141,00	5.850.480,00	4.436.471,59	3.841.595,83	3.094.864,44	12,07
0601	Departamento de Urbanismo	267.250,00	258.515,00	250.881,09	247.423,64	243.937,13	0,95
0602	Div. de Gestão Urbanística	128.792,00	125.821,00	124.226,01	124.156,01	124.156,01	0,48
0603	Div. Ordenamento Território	4.451.221,00	4.394.209,00	3.169.643,66	2.160.656,41	1.752.467,06	6,83
0604	Div. Informação Geográfica	198.945,00	186.480,00	150.368,83	149.840,14	149.840,14	0,58
07	Divisão Jurídica	129.978,00	129.677,00	129.369,76	128.018,28	127.578,18	0,50
08	Div. Planeamento e Coorde.	1.765.118,00	1.028.574,00	454.378,02	352.216,41	352.216,41	1,37
09	Div. Estudos e Projectos	305.572,00	307.025,00	262.640,32	261.321,52	256.357,14	1,00
10	Divisão de Informática	313.995,00	338.071,00	283.212,31	205.612,88	191.926,27	0,75
11	Div. Fiscalização Municipal	105.545,00	111.276,00	106.602,53	106.233,67	106.203,67	0,41
12	Div. Comunic. e Relaç. Públic.	146.039,00	136.329,00	130.109,91	121.800,90	107.203,09	0,42
13	Div. Prot. Civil e Rec. Nat.	957.052,00	675.400,00	370.889,51	315.353,34	314.881,38	1,23
TOTAL		39.967.205,00	43.242.935,74	34.628.570,72	28.986.466,61	25.640.094,28	100,00



O quadro n.º 27 permite o mesmo tipo de análise, mas desta vez sobre o valor global da despesa, traduzido no somatório das despesas de capital com as despesas correntes constantes no quadro anterior. Neste caso, as estruturas orgânicas da Autarquia que mais contribuíram para a concretização de despesa foram a *Divisão de Vias*, os *Órgãos de Autarquia*, a *Divisão de Educação e Acção Social* e a *Divisão de Desporto e Tempos Livres*, também aqui um cenário semelhante ao do ano anterior, com excepção da *Divisão de Vias*, que passou da quarta posição, em 2007, para a primeira, em 2008.

É de referir que o centro de custos designado por “Órgãos de Autarquia” assume uma posição de destaque ao nível da despesa global, em virtude de aglutinar todas as despesas não enquadráveis nas demais estruturas existentes, onde se verificam alguns movimentos avultados, nomeadamente as transferências de verbas para colectividades e associações bem como os montantes inerentes aos protocolos anuais celebrados com as Juntas de Freguesia. É ainda nesta rubrica que são classificados e movimentados todos os encargos com a saúde dos colaboradores da Autarquia, por não ser possível a sua repartição pelas suas várias estruturas orgânicas.

4.2 – Poupança

QUADRO 28

**Evolução da Poupança da Câmara Municipal de Cantanhede de
2005 a 2008**

Un: (Euros)

ANO	RECEITA CORRENTE	△	DESPESA CORRENTE	△	POUPANÇA
2005	12.180.098,12		8.736.716,68		3.443.381,44
2006	12.679.658,88	4,10	9.394.074,86	7,52	3.285.584,02
2007	14.050.569,74	10,81	11.269.810,71	19,97	2.780.759,03
2008	13.796.470,85	-1,81	12.713.392,24	12,81	1.083.078,61

Em 2008, a poupança do Município situou-se em 1.083.196,32 euros, mantendo a tendência de descida iniciada em 2006, registando-se desde aí uma diminuição média de cerca de 27% ao ano. Esta situação decorre, em larga medida, de uma evolução económica do País nada favorável e cujos efeitos acentuaram ainda mais a dificuldade em gerar poupança num período em que se assistiu a um significativo crescimento dos encargos inerentes às competências que a administração central tem vindo a transferir para as autarquias de modo crescente.

Efectivamente, tudo o que ficou dito no respeitante à execução orçamental do ano em análise não poderia ter tido outro desfecho, sobretudo o enquadramento macroeconómico pouco favorável em 2008, os desvios observados na receita e o aumento considerável dos custos associados a competências que antes eram da responsabilidade da administração central e que por decisão do Governo têm passado para a esfera do Município, com inevitável reflexo negativo na execução orçamental da despesa.

Não obstante a conjuntura de crise que se tem vivido, com o ambiente económico e social a atravessar dificuldades financeiras sem precedentes, ainda assim o Município conseguiu apresentar um valor de poupança significativo, na ordem de 1 milhão de euros, aumentando também por esta via o nível de investimento. Tal só foi possível graças a um controlo rigoroso da despesa e a uma gestão financeira assente nas melhores práticas, procurando cada vez maiores níveis de eficiência e eficácia, através da valorização e qualificação dos recursos humanos e com recurso a ferramentas e metodologias de referência.

Ainda sobre o nível de poupança registado, justifica-se uma nota para referir que outro factor que teve influência no resultado desse indicador foi a decisão do executivo camarário de, pouco antes de se encerrar o ano, efectuar pagamentos muito significativos e que tinham enquadramento na esfera das despesas correntes.

QUADRO 29

EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DO MUNICÍPIO DE CANTANHEDE AO LONGO DOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS

Un.: (Euros)

ANO	DESPESAS CORRENTES	△	DESPESAS DE CAPITAL	△	DESPESA TOTAL	△
2005	8.736.716,68		10.788.258,89		19.524.975,57	
2006	9.394.074,86	7,52	11.506.743,90	6,66	20.900.818,76	7,05
2007	11.269.810,71	19,97	12.643.592,84	9,88	23.913.403,55	14,41
2008	12.713.392,24	12,81	12.926.702,04	2,24	25.640.094,28	7,22

4.3 – Evolução do Endividamento

QUADRO 30

un.: (Euros) FL. I

EVOLUÇÃO DO ENDEVIDAMENTO						
ANO FINANCEIRO DE 2008						
Dividas a terceiros						
DESIGNAÇÃO DAS DÍVIDAS (Por súmulas)	Dívida apurada em 31/12/2006	Dívida apurada em 31/12/2007	Diminuição da dívida anterior	Novos encargos	Dívida apurada em 31/12/2008	Observações
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
I - DÍVIDAS A MÉDIO E LONGO PRAZO:						
1. <i>Empréstimos:</i>						
1. Para investimentos diversos, nomeadamente obras de abastecimento de água, saneamento e melhoramento da rede viária - Renegociação da dívida relativamente aos três empréstimos anteriores	192.539,99	0,00	0,00		0,00	
2. Para a recuperação de danos causados pelas intempéries 2000/2001 em infra-estruturas municipais, ao abrigo do DL n.º 378-C/2001, de 8 de Fevereiro	255.487,64	206.417,92	49.610,99		156.806,93	
3. P/ Investimentos diversos de obras financiadas pelo III QCA	3.352.630,80	3.047.846,20	304.784,62		2.743.061,58	
4. Empréstimo bonificado para financiamento de projectos aprovados no âmbito do FEDER/III QCA - Medida 1.8 do PORCentro	1.607.117,88	1.340.132,02	266.985,86		1.073.146,16	O empréstimo contratado foi de 2.178.962,48,00, tendo sido apenas utilizada a quantia de 2.110.716,20
5. Tendo por base o resultado do ratelo que coube ao Município nos termos da LOE de 2003 tendo em vista investimentos relacionados com construções diversas e aquisição de terrenos para Z. Ind./Z. Com./P. Tecnológico/P. Desport.	880.464,38	763.069,14	117.395,24		645.673,90	
6. Tendo por base o resultado do ratelo que coube ao Município nos termos da LOE de 2004 tendo em vista investimentos relacionados com a rede viária e requalificações urbanas	1.026.558,00	994.478,06	128.319,76		866.158,30	
7. P/ o financiamento da obra: Manutenção e Ampliação da Rede de Saneamento- Drenagem de Águas Domésticas da Freguesia de Febres (Sanguinheira, Serradade e pequenos troços distribuídos pela freguesia) - III QCA	270.566,00	270.566,00	25.365,57		245.200,43	O empréstimo contratado foi de 271.870,00 tendo sido apenas utilizada a quantia de 270.566,00
8. P/ o financiamento das seguintes obras: Variante de Portunhos, - ER 335 - 1: Via Regional Cantanhede/Tocha e Arranjo Urbanístico e Paisagístico da Área envolvente à Lagoa do Montinho - III QCA	581.650,00	892.900,00	33.364,47	842.030,00	1.701.565,53	O empréstimo contratado foi de 1.734.930,00.
9. P/ Investimentos diversos de obras	0,00	3.700.000,00		3.250.000,00	6.950.000,00	O empréstimo contratado foi de 7.500.000,00.
10. Empréstimo com o Estado no âmbito da Resolução n.º 34/2008 para adesão ao Programa pagar a Tempo e Horas	0,00	0,00		536.800,00	536.800,00	
11. Empréstimo no âmbito da Resolução n.º 34/2008 para adesão ao Programa pagar a Tempo e Horas	0,00	0,00		805.200,00	805.200,00	
SOMA DE I	8.167.014,69	11.215.409,34	925.826,51	5.434.030,00	15.723.612,83	

QUADRO 31

Un.:(Euros) FL. II

DESIGNAÇÃO DAS DÍVIDAS (Por súmulas)	Dívida apurada em 31/12/2006	Dívida apurada em 31/12/2007	EVOLUÇÃO DURANTE O ANO DE 2008			Observações
			Diminuição da dívida anterior	Novos encargos	Dívida apurada em 31/12/2008	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
II - DÍVIDAS A CURTO PRAZO:						
1. <i>Empréstimos:</i>						
a) Para fazer face a dificuldades momentâneas de tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00	1.326.500,00	
SOMA I - 1	0,00	0,00	0,00	0,00	1.326.500,00	
2. <i>Dividas a empreiteiros:</i>						
1. Empreiteiros c/c:	3.316.041,82	969.299,68			1.108.045,68	
2. Factoring - Fornecedores de Imobilizado e Empreiteiros c/c	0,00	0,00			1.302.114,68	
3. Factoring- Form./Empreiteiros subsidio concedidos					249.431,60	
SOMA II - 2	3.316.041,82	969.299,68	0,00	0,00	2.659.591,96	
3. <i>Dividas a fornecedores e credores:</i>						
1. Fornecedores c/c	856.396,20	507.085,51			269.331,70	
2. Factoring - Fornecedores c/c	0,00	0,00			203.990,46	
3. Fornecedores por vendas a dinheiro	819,77	1.512,11			0,00	
4. Fornecedores de facturas em recepção e conferência	265.287,26	229.418,26			539.605,73	
5. Fornecedores de imobilizado	248.095,14	140.618,15			667.841,46	
6. Fornecedores de imobilizado por locação financeira	387.992,43	1.825.194,19			3.469.750,50	
8. Fornecedores Imob. facturas em recepção e conferência	127.890,57	305.660,58			197.478,45	
9. Pessoal	9.466,44	2.419,07			0,00	
10. Administração Autárquica	23.283,22	2.250,00			2.750,00	
11. Consultores, assessores e intermediários	900,00	0,00			0,00	
12. Outros credores						
12.1. Membros das mesas de voto	68,98	68,98			68,98	
12.2. Organismos públicos	214.326,85	125.411,46			0,00	
12.3. Proprietários de imóveis	1.220,40	1.220,40			1.220,40	
12.4. Fornecedores/empreiteiros de subsídios concedidos	288.284,94	284.488,99			49.066,23	
12.5. Credores diversos por subscrição de capital social	0,00	0,00			2.200.000,00	
12.6. Credores de quotizações					4.500,00	
12.8. Outros credores diversos	532,12	135,68			135,68	
12.9. Credores de transferências das autarquias locais	197.615,39	42.391,00			10.715,46	
SOMA II - 3	2.622.179,61	3.467.874,38	0,00	0,00	7.616.455,05	
4. <i>Dividas a terceiros (Operações de Tesouraria):</i>						
1. Clientes, Contribuintes e utentes com cações	156.664,47	12.946,98			22.661,58	
2. Estado e outros entes publico	106.323,79	112.655,33			120.139,61	
3. Sindicatos	562,81	550,94			525,38	
4. Credores por depósitos de garantia	641.626,38	668.401,61			792.917,91	
5. Outros credores de operações de tesouraria	7.483,27	6.880,88			7.216,09	
SOMA II - 4	912.660,72	801.435,74	0,00	0,00	943.460,57	
5. <i>Adiantamentos por conta de vendas</i>						
1. Adiantamentos por conta de venda de bens de investim.	0,00	0,00			366.742,50	
SOMA II - 5	0,00	0,00	0,00	0,00	366.742,50	
SOMA DE II	6.850.882,15	5.238.609,80	0,00	0,00	11.586.250,08	
TOTAL GERAL	15.017.896,84	16.454.019,14	0,00	0,00	28.636.362,91	

Terminada a apreciação da execução orçamental faz sentido dedicar um capítulo à análise do endividamento, quer pela sua importância na estrutura de capitais da Autarquia, quer pelos limites impostos centralmente quanto ao montante de empréstimos a contrair e quanto ao nível do endividamento líquido municipal.

O Endividamento Líquido Municipal consiste na diferença entre a soma dos passivos, qualquer que seja a sua natureza, incluindo os empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira e as dívidas de fornecedores e a soma dos activos, nomeadamente o saldo de caixa, os depósitos em instituições financeiras, as aplicações de tesouraria e os créditos sobre terceiros.

Isto sem prejuízo dos princípios orçamentais, que estabelecem o regime financeiro dos Municípios e que a seguir se passam a discriminar:

- ✓ **Princípio da Estabilidade Orçamental**, entendido como a manutenção de uma situação de equilíbrio ou excedente orçamental calculada de acordo com a definição constante do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais, nas condições estabelecidas para cada um dos subsectores;
- ✓ **Princípio da Solidariedade Recíproca**, entendido como a obrigação de todos os subsectores do sector público administrativo, através dos seus organismos, contribuírem proporcionalmente para a observância deste princípio, em ordem a evitar situações de desigualdade.
- ✓ **Princípio da Equidade Inter-geracional**, entendido como a necessidade de se protegerem as gerações vindouras, de forma a evitar que as decisões actuais se reflectam de forma negativa nas condições sociais e económicas dos cidadãos do futuro, o que passa naturalmente pela análise da distribuição de benefícios e custos entre gerações.

Com base neste enquadramento, o endividamento autárquico deve pautar-se sempre por princípios de rigor e eficiência, prosseguindo os seguintes objectivos:

- ✓ Minorar os custos directos e indirectos numa perspectiva de longo prazo;
- ✓ Distribuir equilibradamente os custos pelos vários orçamentos anuais;
- ✓ Prevenir a excessiva concentração temporal de amortização financeira em sede de reembolso parcelar de empréstimos obtidos;
- ✓ Minimizar a exposição a riscos elevados.

Assim, o nível de endividamento do Município de Cantanhede pode ser analisado segundo duas perspectivas:

- ✓ A **Perspectiva Patrimonial**, abrangendo o total da dívida de curto, médio e longo prazo;
- ✓ A **Perspectiva Orçamental**, abrangendo apenas a componente da dívida de curto prazo, referente aos compromissos assumidos e não pagos no exercício em causa.

Os quadros que a seguir se apresentam permitem uma análise patrimonial da evolução do endividamento do Município ao longo dos últimos 3 anos, evidenciando os totais da dívida de longo e curto prazo.

Segundo a perspectiva patrimonial, ou de balanço, para além das dívidas reflectidas na execução orçamental, também surgem inscritas outras dívidas, nomeadamente:

- ✓ Os montantes arrecadados de e para terceiros, frequentemente designados como receitas de operações de tesouraria entregues pelo Município dentro dos limites legalmente determinados;
- ✓ O somatório de toda a facturação movimentada em recepção e conferência, valores que só passam a ter reflexo orçamental quando deixam de estar em conferência, ou seja, quando passam da classificação patrimonial 228 (fornecedores – facturas em recepção e conferência) para a 221 (fornecedores c/c). Estes lançamentos são efectuados para se dar cumprimento ao princípio contabilístico da especialização do exercício;
- ✓ Os valores resultantes de contratos de locação financeira devidos a médio e longo prazo;
- ✓ O montante dos empréstimos bancários contratados com instituições financeiras de curto, médio e longo prazo;
- ✓ Os adiantamentos recebidos por conta da venda de bens de investimento.

QUADRO 32

Distribuição dos Encargos Assumidos e não Pagos por Classificação Orgânica

Un: (Euros)

ORGÂNICAS	VALOR 2007	%	VALOR 2008	%	△
0101 - Operações Financeiras	0,00	0,0%	0,00	0,0%	
0102 - Classes Inactivas	0,00	0,0%	0,00	0,0%	
0103 - Câmara Municipal - Órgãos da Autarquia	145.509,54	7,0%	26.848,88	0,8%	-81,55
0104 - Serviços de Apoio à Presidência	637,80	0,0%	1.963,36	0,1%	207,83
0105 - Assembleia Municipal	2.419,07	0,1%	0,00	0,0%	-100,00
0106 - Gabinete de Sanidade e Pecuária	943,55	0,0%	21,56	0,0%	-97,72
0201 - Direcção do Depart. Administrativo e Financeiro	43,77	0,0%	0,00	0,0%	-100,00
0202 - Divisão Financeira	2.458,13	0,1%	465,77	0,0%	-81,05
0203 - Divisão de Aprovisionamento e G. Stocks	1.357,13	0,1%	39,58	0,0%	-97,08
0204 - Divisão Administrativa e de Recursos Humanos	2.202,87	0,1%	5.098,73	0,2%	131,46
0301 - Direcção do Departamento de obras	5.643,23	0,3%	5.380,73	0,2%	-4,65
0302 - Divisão de Vias	387.113,16	18,6%	1.589.831,63	47,5%	310,69
0303 - Divisão de Equipamentos Colectivos	148.221,78	7,1%	128.651,85	3,8%	-13,20
0304 - Divisão de Apoio e Manutenção	10.181,84	0,5%	141.909,16	4,2%	1.293,75
0402 - Águas e Saneamento	46.064,58	2,2%	12.675,54	0,4%	-72,48
0501 - Direcção do Dep. De Desenv. Económico e Social	0,00	0,0%	0,00	0,0%	
0502 - Divisão de Educação e Acção Social	352.505,31	17,0%	137.856,79	4,1%	-60,89
0503 - Divisão de Cultura	59.447,87	2,9%	103.030,64	3,1%	73,31
0504 - Divisão de Desporto e Tempos Livres	314.137,45	15,1%	746.731,39	22,3%	137,71
0601 - Direcção do Departamento de Urbanismo	2.674,20	0,1%	3.486,51	0,1%	30,38
0602 - Divisão de Gestão Urbanística	74,65	0,0%	0,00	0,0%	-100,00
0603 - Divisão de Ordenamento do Território	384.845,79	18,5%	408.189,35	12,2%	6,07
0604 - Divisão de Informação Geográfica	91,83	0,0%	0,00	0,0%	-100,00
07 - Divisão Jurídica	884,02	0,0%	440,10	0,0%	-50,22
08 - Divisão de Planeamento e Coordenação	102.622,87	4,9%	0,00	0,0%	-100,00
09 - Divisão de Estudos e Projectos	41.919,27	2,0%	4.964,38	0,1%	-88,16
10 - Divisão Informática	3.778,21	0,2%	13.686,61	0,4%	262,25
11 - Divisão de Fiscalização Municipal	331,65	0,0%	30,00	0,0%	-90,95
12 - Divisão de Comunicação e Relações Públicas	1.235,64	0,1%	14.597,81	0,4%	1.081,40
13 - Divisão de Protecção Civil e Recursos Naturais	59.555,82	2,9%	471,96	0,0%	-99,21
SUB- TOTAL	2.076.901,03	100,0%	3.346.372,33	100,0%	61,12
0603 - Divisão de Ordenamento do Território	-105.000,00		0,00		
0302 - Divisão de Vias	-660,00		-21.660,00		
0503- Divisão de Cultura			-1.500,00		
0504- Divisão de Desporto e Tempos Livres			-30.000,00		
SUB- TOTAL	1.971.241,03		3.293.212,33		
Saldo da Gerência *	32.928,46		99.517,95		
Receita Liquidada e não Cobrada III QCA	278.038,03		1.492.448,56		
DÍVIDA DE CURTO PRAZO	1.660.274,54		1.701.245,82		2,47

* O valor correcto referente ao ano de 2007, que deveria ter sido mencionado era de 58.707,74 Euros.

Conforme já mencionado, os valores referentes ao endividamento antes apresentados diferem quando analisados na óptica da execução orçamental.

De facto, à luz dos preceitos orçamentais, a dívida que se pode extrair dos mapas respeita apenas aos encargos assumidos e não pagos, ou seja, os montantes de facturação emitida e não paga num determinado ano, reflectindo unicamente as dívidas a fornecedores, fornecedores de imobilizado, empreiteiros, subsídios atribuídos e não pagos a diversas associações, colectividades, organismos públicos, particulares e outras entidades diversas. Sintetizando, o documento espelha apenas a dívida de curto prazo.

Consequentemente, a informação presente nos documentos de prestação de contas referentes aos níveis de execução orçamental, difere dos valores apurados quando efectuada a análise com recurso aos documentos elaborados segundo a perspectiva patrimonial, conforme se viu nos dois quadros anteriores.

Tendo em conta o exposto, os quadros seguintes incidem sobre o endividamento na óptica da execução orçamental, apresentando os diferentes valores de acordo com a estrutura orgânica do Município.

O quadro n.º 33 indica que a dívida ascendeu a 3.346.372,33 euros, sendo que a diferença de 53.160,00 euros relativamente ao valor constante no quadro n.º 32 respeita a adiantamentos efectuados a fornecedores de imobilizado, que apesar de se traduzir num pagamento, deverá ser interpretado como um activo ou um direito.

Por comparação com o exercício anterior, o montante da dívida de 2008 traduz um aumento de cerca de 61%, percentagem que diminui drasticamente se se subtraírem aos seguintes montantes:

- ✓ O valor global de adiantamentos no montante de 53.160,00 euros que numa perspectiva de execução orçamental se traduzem num pagamento com sinal negativo;
- ✓ O saldo de 99.517,95 euros, existente em tesouraria, à data de 31 de Dezembro de 2008;
- ✓ O montante global de 1.492.448,56 euros, referente aos pedidos de pagamento, solicitados às respectivas entidades habilitadas, tendo como base as candidaturas no âmbito do Terceiro Quadro Comunitário de Apoio.

Com a subtracção destes valores, a dívida diminui de facto drasticamente para um nível muito próximo do obtido em 2007, ficando acima em apenas 4,08 pontos percentuais, que em valor absoluto correspondem a uma pequena diferença de 66.750,59 euros.

Um dado muito significativo a reter é que a dívida de curto prazo, face ao período homólogo, efectivamente não subiu, apenas não foi possível efectuar o seu pagamento devido ao facto de se ter estado à espera das verbas de fundos comunitários devidas ao Município no âmbito de candidaturas aprovadas pelo III QCA.

Uma análise mais detalhada à rubrica da receita liquidada e não cobrada no âmbito do III QCA, com pedidos de pagamentos pendentes, permite observar uma subida de 1.214.410,53 euros, por comparação com o ano anterior. O montante global desta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

- ✓ 882.455,08 €, Construção da ER 335-1 Via Regional Cantanhede (IC1) / Tocha;
- ✓ 68.567,34 €, Construção/ Beneficiação Reparação Edifícios Escolares, Jardim-de-infância do Bolho;
- ✓ 15.691,51 €, Construção/ Beneficiação Reparação Edifícios Escolares, Jardim-de-infância da Tocha;
- ✓ 111.136,42 €, Caminho Rural Bolho/ Espinheiro/ Ponte Carros;
- ✓ 19.375,00 €, Variante de Portunhos;
- ✓ 395.223,21€, Grande Campo de Jogos do Parque Desportivo de Cantanhede.

QUADRO 33

Endividamento - Outras Dívidas a Terceiros

Un: (Euros)

Classificação	Caracterização da Dívida	ANO 2006			ANO 2007			ANO 2008		
		Dívida em 31 Dezembro	Deduções	Encargos Assumidos e não Pagos a 31 de Dezembro	Dívida em 31 Dezembro	Deduções	Encargos Assumidos e não Pagos a 31 de Dezembro	Dívida em 31 Dezembro	Deduções	Encargos Assumidos e não Pagos a 31 de Dezembro
217	Clientes e Utentes c/ Cauções	156.664,47	156.664,47	0,00	12.946,98	12.946,98	0,00	22.661,58	22.661,58	0,00
221	Fornecedores C/C	856.396,20		856.396,20	507.085,51		507.085,51	269.331,70		269.331,70
222	Factoring - Fornecedores c/c				0,00		0,00	203.990,46		203.990,46
223	Fornecedores C/C VND	819,77		819,77	1.512,11		1.512,11	0,00		0,00
228	Forn Fact Recepção e Conferência	265.287,26	265.287,26	0,00	229.418,26	229.418,26	0,00	539.605,73	539.605,73	0,00
24	Impostos	106.323,79	106.323,79	0,00	112.655,33	112.655,33	0,00	120.139,61	120.139,61	0,00
2611	Fornecedores Imobilizado	248.095,14		248.095,14	140.618,15		140.618,15	667.841,46	576.000,00	91.841,46
2612	Empreiteiros c/c	3.316.041,82		3.316.041,82	969.299,68		969.299,68	1.108.045,68		1.108.045,68
2613	Fornecedores Imobilizado por Locação Financeira	387.992,43	387.992,43	0,00	1.825.194,19	1.825.194,19	0,00	3.469.750,50	3.469.750,50	0,00
2614	Factoring-Forn. De Imobilizado e Empreiteiros c/c				0,00		0,00	1.302.114,68		1.302.114,68
2618	Forneced. Im. Fact. Recepção e Conferência	127.890,57	127.890,57	0,00	305.660,58	305.660,58	0,00	197.478,45	197.478,45	0,00
262	Pessoal	9.466,44		9.466,44	2.419,07		2.419,07	0,00		0,00
263	Sindicatos	562,81	562,81	0,00	550,94	550,94	0,00	525,38	525,38	0,00
264	Administração Autárquica	23.283,22		23.283,22	2.250,00		2.250,00	2.750,00		2.750,00
267	Consultores, Assesores e Intermediários	900,00		900,00	0,00		0,00	0,00		0,00
268	Devedores e Credores Diversos	1.351.158,23	649.109,65	702.048,58	1.128.999,00	675.282,49	453.716,51	3.315.272,35	3.000.134,00	315.138,35
SUB - TOTAL		6.850.882,15	1.693.830,98	5.157.051,17	5.238.609,80	3.161.708,77	2.076.901,03	11.219.507,58	7.926.295,25	3.293.212,33
269	Adiantamento por conta de venda bens invest.						0,00	366.742,50	366.742,50	0,00
2619	Adiantamento a fornecedores de imobilizado					65.660,00	-65.660,00	0,00	53.160,00	53.160,00
TOTAL		6.850.882,15	1.693.830,98	5.157.051,17	5.238.609,80	3.227.368,77	2.011.241,03	11.586.250,08	8.346.197,75	3.346.372,33

O quadro n.º 33 destina-se a demonstrar, de forma clara e inequívoca, a diferença entre a dívida de curto prazo reflectida na execução orçamental da despesa e as dívidas a terceiros que constam nos documentos patrimoniais. Essa diferença totaliza a quantia de 7.346.197,75 euros e resulta basicamente das seguintes situações:

- ✓ Encargos relacionados com contratos de locação financeira, no montante de 3.469.750,50 euros;
- ✓ Reconhecimento da totalidade da subscrição do património associativo da Associação de Transferência e Tecnologia – BIOCANT, no valor de 2.200.000,00 euros;
- ✓ Reconhecimento do montante em dívida à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Cantanhede, por força do contrato de compra e venda do antigo quartel, cuja valor em dívida ascende a 576.000,00;
- ✓ Disponibilidades cobradas de e para terceiros ao abrigo de operação de tesouraria, incluindo o IVA – Imposto sobre o valor acrescentado, no total de 943.460,57 euros;
- ✓ Encargos assumidos com facturação em recepção e conferência, na quantia de 737.084,18 euros;
- ✓ Adiantamentos auferidos por conta da venda de bens de investimento, no total de 366.742,50 euros; e
- ✓ Adiantamentos pagos por conta de compras de imobilizado, na quantia global de 53.160,00 euros.

Importa aqui salientar que os três primeiros valores, num total de 6.245.750,50 euros, só terão efeitos em orçamentos futuros, ou seja, correspondem a pagamentos faseados que serão diluídos ao longo de várias execuções orçamentais, tratando-se portanto de uma dívida de médio e longo prazo.

Em bom rigor, estes valores deveriam estar isolados no quadro n.º 31 ou, melhor ainda, deveriam até estar reflectidos no quadro n.º 30, que diz respeito às dívidas a médio e longo prazo. Contudo, face a algumas vicissitudes da aplicação informática da Autarquia tal não é possível pelo que e por traduzirem valores não vencidos à data de 31 de Dezembro de 2008, deverá este facto estar sempre presente na análise ao endividamento municipal.

Passando agora para uma análise exclusivamente patrimonial, verifica-se que, em relação a 2007, houve uma subida de 6.347.640,72 no montante do endividamento a terceiros que, numa primeira análise, poderá parecer significativo. No entanto, tal como referido no ponto anterior, esta dívida representa encargos que só terão efeitos a médio e longo prazo e, mais importante do que isso, traduz a forte aposta do executivo na concretização de investimentos estruturantes para a consolidação do processo de desenvolvimento do Concelho.

Como oportunamente referido, aquando da análise ao quadro n.º 32, a subida na dívida de curto prazo está largamente assegurada pelo montante de 1.701.245,85 euros por arrecadar no âmbito de fundos comunitários. Senão vejamos:

- A dívida de fornecedores c/c, incluindo os que recorreram ao *factoring*, totalizaram a 473.322,16 euros, verificando-se que este montante desceu 35.275,46 euros em relação a 2007;

- A dívida a fornecedores de imobilizado também desce face ao ano anterior, neste caso em 48.776,69 euros, isto se lhe retirar o encargo de longo prazo reflectido nesta rubrica com a aquisição do antigo quartel dos bombeiros (576.000,00 euros);

- De igual modo, as pequenas dívidas a diversos credores diminuiu em 389.928,83 euros.

Verifica-se assim que os encargos que cresceram e que se encontram salvaguardados por receitas a arrecadar num futuro muito próximo, foram apenas os seguintes:

- A dívida a empreiteiros c/c, incluindo aqui também os empreiteiros que celebraram contratos de *factoring*, subiu 1.690.292,28 euros;

- A facturação em recepção e conferência, não vencida à data de 31 de Dezembro de 2007, aumenta 202.005,34 euros.

Não menos importante é o facto de que, à data a que se reporta esta prestação de contas, a dívida do Município não vencida totalizava 2.442.876,96 euros, o que reforça tudo o que atrás tem sido referido.

Debruçando agora a análise sobre a tradicional dívida de médio e longo prazo, ou seja, o montante em dívida contraída por força de empréstimos de médio e longo prazo, o quadro n.º 30 indica que o valor global dos encargos do Município, reportado à data de 31 de Dezembro de 2008, era de 15.723.612,83 euros, (valor que reflecte uma subida de cerca de 40% em relação ao ano anterior) e que é de todo justificada nas seguintes operações:

- Utilização de 3.250.000,00 euros de um mútuo de longo prazo, adjudicado em 18 de Setembro de 2007, no montante global de 7.500.000,00 euros;
- 1.342.000,00 euros, respeitantes ao empréstimo contratado no âmbito do “Programa Pagar a Tempo e Horas”; este empréstimo já foi mencionado anteriormente no ponto 4.1.1 e será alvo de maior detalhe no capítulo que se segue, respeitante ao Prazo Médio de Pagamentos do Município, em virtude de aquele programa estar relacionado com este indicador;

- Utilização de 842.030,00 euros do empréstimo contratado em 2006 para dar continuidade à prossecução de duas obras financiadas pelo Terceiro Quadro Comunitário de Apoio, concretamente as empreitadas da Variante de Portunhos e da Construção da E.R.335/1 – Via Regional Cantanhede (IC1) / Tocha.

Reportando-nos agora à dívida global do Município observa-se que esta ascendeu a 28.636.362,91 euros, montante que tem também reflectido o empréstimo de curto prazo de 1.326.500,00 euros, uma vez que este só vence em Março de 2009.

Sobre o valor da dívida, é bom não esquecer que, decorrente da evolução da situação económica, o auto-financiamento se tem revelado cada vez mais insuficiente para fazer face aos encargos do ambicioso programa de investimentos em curso na construção de infra-estruturas essenciais ao reforço da coesão territorial, à elevação dos padrões de qualidade de vida da população e à dinamização da actividade económica no Concelho. Daí que o recurso ao endividamento municipal tenha sido, na actual conjuntura, absolutamente determinante para assegurar a projectos necessários à consolidação do processo de desenvolvimento do Município de Cantanhede tem vindo a promover.

Acresce que esta opção ganha ainda mais sentido quando sabemos que a Autarquia teve condições de utilizar esse indispensável instrumento de gestão, o que não acontece com inúmeros municípios do País, e sobretudo porque não pode desperdiçar nenhuma oportunidade para tirar partido dos fundos comunitários no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional, o que, como se sabe, exige da parte do Município de Cantanhede recursos financeiros para assegurar a participação municipal nas obras candidatas e aprovadas.

Quanto à “dívida activa” do Município, ela é de 26.754.708,01 euros, valor que traduz a diferença entre o montante global e o total das dívidas a receber de terceiros, o qual, em 31 de Dezembro de 2008 ascendia a 1.881.654,90 euros.

QUADRO 34
Dívida a Terceiros por Escalões

Un: (Euros)

N.º	ESCALÕES	ANO 2006		ANO 2007		ANO 2008	
		N.º de Entidades	Valor	N.º de Entidades	Valor	N.º de Entidades	Valor
1.º	0 < 100	52	2.792,57	63	3.599,88	18	821,86
2.º	101 < 500	96	23.901,93	45	12.005,27	43	12.525,97
3.º	501 < 1.000	43	30.536,28	31	22.204,89	29	21.164,45
4.º	1.001 < 5.000	99	226.659,95	52	114.854,92	59	130.227,46
5.º	5.001 < 10.000	33	231.960,20	12	90.028,03	13	92.559,69
6.º	10.001 < 20.000	16	205.771,14	12	157.958,99	13	184.778,71
7.º	20.001 < 50.000	8	241.293,85	8	254.999,41	5	194.832,06
8.º	50.001 < 100.000	14	1.044.255,20	5	334.146,57	7	490.244,45
9.º	100.001 < 500.000	12	2.596.233,02	7	1.087.103,07	5	1.598.954,04
10.º	500.001 <.....	1	553.646,93	0	0,00	1	567.103,64
TOTAL		374	5.157.051,07	235	2.076.901,03	193	3.293.212,33

Finalmente, se analisarmos o quadro n.º 34, sobre a dívida a terceiros reportado à data de 31 de Dezembro de 2008, esta surge devidamente separada por escalões de valor, permitindo concluir que se distribui por 193 entidades, menos 42 que no ano anterior. Dessas entidades, 149 respeitam a valores inferiores a 5.000,00 euros, correspondendo a um valor global de 164.739,74 euros, que não foi pago simplesmente pelo facto de os respectivos fornecedores não terem optado por efectuar descontos de pronto pagamento, o que lhes teria dado a possibilidade de receber no prazo médio de uma semana.

Já os restantes escalões representam um universo de apenas 44 entidades, empreiteiros e fornecedores com valores a receber que se situam entre 5.001,00 euros e 500.000,00 euros, sendo que um deles se situa no último patamar, ou seja, com créditos superiores a 500 mil euros, mais precisamente 567.103,64 euros.

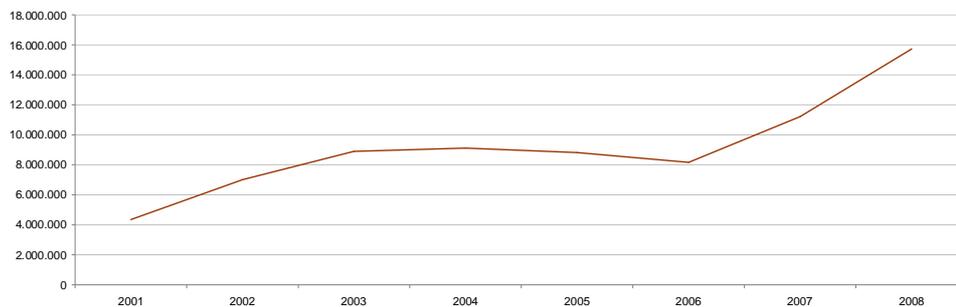
Seguem-se alguns quadros justificativos que tipificam e clarificam a evolução dos empréstimos da Autarquia. Estes, apresentados sob múltiplas formas, pretendem também ilustrar quais os empréstimos contratados que relevam para a capacidade de endividamento imposta pela Lei das Finanças Locais, pelo que, em situações muito concretas, aparecerão também reflectidos alguns empréstimos da INOVA - Empresa Municipal pois também contam para a capacidade de endividamento do Município, nos termos do artigo n.º 31.º da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro, que aprovou o regime jurídico da sector empresarial local.

QUADRO 35

MAPA DE EMPRÉSTIMOS DO MUNICÍPIO

Un.: (Euros)

DESIGNAÇÃO	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Empréstimos curto prazo:								
<i>Que conta para endividamento</i>								1.326.500,00
Empréstimos a m/l prazo:								
<i>Que contam para endividamento:</i>								
<i>Câmara Municipal</i>	4.109.280,68	3.379.367,62	2.612.886,38	2.761.873,89	2.981.790,76	2.099.562,37	5.457.547,20	9.803.832,20
<i>Que não contam para endividamento</i>								
<i>Câmara Municipal</i>	239.040,99	3.633.724,26	6.283.563,40	6.355.849,02	5.835.958,76	6.067.452,32	5.757.862,14	5.919.780,63
Apuramento da dívida de médio e longo prazo em 31 de Dezembro da CMC	4.348.321,67	7.013.091,88	8.896.449,78	9.117.722,91	8.817.749,52	8.167.014,69	11.215.409,34	15.723.612,83
Apuramento da dívida em 31 de Dezembro da CMC	4.348.321,67	7.013.091,88	8.896.449,78	9.117.722,91	8.817.749,52	8.167.014,69	11.215.409,34	17.050.112,83

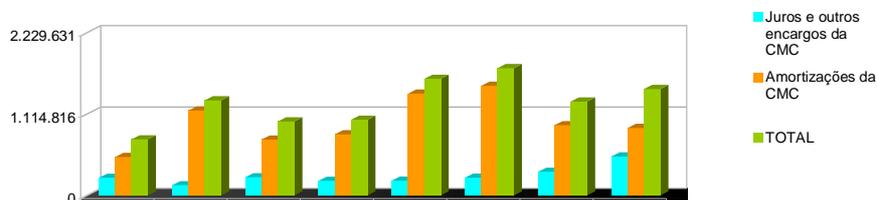


Apuramento da dívida de médio e longo prazo em 31 de Dezembro da CMC

ENCARGOS COM A DÍVIDA MUNICIPAL DE MÉDIO E LONGO PRAZO

DESIGNAÇÃO	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Execução Orçamental	241.350,84	139.279,70	249.378,17	200.617,13	202.761,19	242.831,18	324.057,79	534.440,13
Bonificações	0,00	0,00	0,00	37.071,64	39.263,70	44.157,91	46.855,97	38.910,31
Acréscimos de custos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	81.489,76
Juros e outros encargos da CMC	241.350,84	139.279,70	249.378,17	200.617,13	202.761,19	242.831,18	324.057,79	534.440,13
Amortizações da CMC	527.349,31	1.164.536,06	766.481,24	838.045,07	1.396.509,72	1.502.950,83	962.855,35	925.826,51
TOTAL	768.700,15	1.303.815,76	1.015.859,41	1.038.662,20	1.599.270,91	1.745.782,01	1.286.913,14	1.460.266,64

Encargos com a Dívida Municipal



QUADRO 36

Empréstimos Bancários que não contam para o Cálculo do Endividamento

Entidade Credora	Empr. n.º	Finalidade do Empréstimo	Valor do empréstimo contratado	Valor do empréstimo efectivamente utilizado	Amortizações acumuladas até 31.12.2008	Capital Dívida 31.12.08
CGD	0201/000019/887/0019	P/ investimentos das obras financiadas pelo III OCA	3.962.200,00	3.962.200,00	1.219.138,42	2.743.061,58
BES	353006702104	Beneficiação da Estrada EM 588 Balsas/Monte Arcado	72.018,21	72.018,21	33.608,47	38.409,74
BES	353006702406	Beneficiação da EM 583 T- Corgo Encheiro	78.591,51	65.458,87	32.729,44	32.729,43
BES	353032862903	Drenagem e Tratamento de Água de Sepins	73.323,96	73.323,96	36.662,00	36.661,96
BES	353006702201	Alargamento e Rectificação do CM Marvão/Barroco das Latas	42.819,84	42.819,84	21.409,92	21.409,92
BES	353006702805	Drenagem e Tratamento de Águas Residuais do Bolho	49.655,23	49.655,23	24.827,60	24.827,63
BES	353032862105	Ampliação da Rede de Saneamento de Ançã	82.960,69	82.960,69	41.480,32	41.480,37
BES	353006702503	Alargamento e Rectificação da E 612 entre Febres e Vilamar	146.881,88	98.645,87	49.322,96	49.322,91
BES	353006702007	Alargamento e Rectificação do C1017 entre Febres e Barracão	70.358,82	70.358,82	32.834,13	37.524,69
BES	353006702309	Construção da Praia Fluvial do Olhos da Ferveça - Piscina Natural	110.432,13	110.432,13	55.216,08	55.216,05
BES	353006702600	Ampliação e Beneficiação da Piscina Municipal de Cantanhede	463.706,14	463.706,14	231.853,04	231.853,10
BES	353032862806	Arranjos Urbanísticos na P Tocha 2ª Fase	55.029,09	55.029,09	27.514,56	27.514,53
BES	353032872003	Arranjos Urbanísticos na P Tocha 1ª Fase	83.905,00	83.242,15	36.418,41	46.823,74
BES	353032862709	Revitalização Urbana da zona PPU de Cantanhede	44.988,61	44.021,35	22.010,64	22.010,71
BES	353032862407	Circular Urbana de Cantanhede	41.469,59	41.469,59	20.734,80	20.734,79
BES	353032862202	Drenagem de Águas Residuais d Zambujal e Fornos	100.408,02	100.408,02	50.204,00	50.204,02
BES	353032862318	EM Olhos da Ferveça / Escoural CM Criação/Olhos da Ferveça	155.821,64	155.821,64	77.910,80	77.910,84
BES	353006702708	Abastecimento de Água Drenagem de Águas Residuais Franciscas, Tareiros e Lirios	76.412,06	76.412,06	38.206,00	38.206,06
BES	353032862008	Drenagem de Águas Residuais de Cordinhã	90.087,95	90.087,95	45.044,00	45.043,95
BES	353006702802	Drenagem de Águas Residuais de Ourentã	108.288,52	107.454,70	50.145,55	57.309,15
BES	353032872100	Drenagem de Águas Residuais de Outil	99.660,12	99.660,12	49.830,08	49.830,04
BES	353032862504	Beneficiação da Estrada Corticeiro de Cima / EN 234	132.143,46	127.729,77	59.607,24	68.122,53
CGD	0204/000017/187/0019	Prejuizo resultantes das intempéries 2000/2001 em infra-estruturas municipais, ao abrigo do DL n.º 38 C/2001, de 8/2	835.404,73	835.404,73	678.597,80	156.806,93
BTA	0003.01613784096	P/ investimentos das obras financiadas pelo III OCA	271.870,00	270.566,00	25.365,57	245.200,43
BPI	1608603830001	P/ investimentos das obras financiadas pelo III OCA	1.734.930,00	1.734.930,00	33.364,47	1.701.565,53
Total Empréstimos que não contam para endividamento			8.983.367,20	8.913.816,93	2.994.036,30	5.919.780,63

Empréstimos Bancários que contam para o Cálculo do Endividamento

Entidade Credora	Empr. n.º	Finalidade do Empréstimo	Valor do empréstimo contratado	Valor do empréstimo efectivamente utilizado	Amortizações acumuladas até 31.12.2008	Capital Dívida 31.12.08
Empréstimo de Curto Prazo						
BTA	314.904.443.097	P/ocorrer a dificuldades de tesouraria	1.340.000,00	1.326.500,00	0,00	1.326.500,00
Empréstimo de Médio e Longo Prazo						
CGD	9140/000125/887/0019	P/ Obras diversas	939.162,00	939.162,00	293.488,10	645.673,90
BTA	0003.01058196096	P/ Investimentos em diversas obras	1.026.558,00	1.026.558,00	160.399,70	866.158,30
BTA	0003.03325874096	P/ investimentos diversos	7.500.000,00	6.950.000,00	0,00	6.950.000,00
BTA	0003.04253618096	Programa Pagar a Tempo e Horas	805.200,00	805.200,00	0,00	805.200,00
Estado		Programa Pagar a Tempo e Horas	536.800,00	536.800,00	0,00	536.800,00
Total Empréstimos da CMC que contam p/ Cálculo Endividamento			12.147.720,00	11.584.220,00	453.887,80	11.130.332,20
Total dos Empréstimos da CMC			21.131.087,20	20.498.036,93	3.447.924,10	17.050.112,83

Empréstimos da Empresa Municipal

CGD	INOVA E.M.	859.270,00	859.270,00	161.113,14	698.156,86
CGD	INOVA E.M.	96.245,00	96.245,00	9.392,32	86.852,68
CGD	INOVA E.M.	1.339.101,00	1.339.101,00	0,00	1.339.101,00
Total de Empréstimos da INOVA que contam para Cálculo Endividamento		2.294.616,00	2.294.616,00	170.505,46	2.124.110,54
Total de Empréstimos que contam para Cálculo Endividamento		14.442.336,00	13.878.836,00	624.393,26	13.254.442,74

Para efeitos de cálculo de endividamento bancário de médio e longo prazo, consideram-se também os empréstimos de curto prazo não amortizados até 31 de Dezembro de 2008, de acordo com o estabelecido no artigo 39º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro

QUADRO 37

CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CANTANHEDE

Un: (euros)

ANOS	FGM/FCM/FBM Anual	1 Duodécimo do FCM/FGM/FBM	1/8 do FCM/FGM/FBM	Investimento Total do ano anterior	10% das despesas de Investimento Realizadas no ano anterior	Passivo Financeiro/Empr.qu e contam p/ Endividamento	Encargos Financeiros	% da Capacidade de endividamento Utilizada
2003	8.182.940,00	681.911,67	1.022.867,50	12.146.906,29	1.214.690,63	2.612.886,38	846.098,21	69,66%
2004	8.574.369,00	714.530,75	1.071.796,13	11.667.107,69	1.166.710,77	3.111.873,89	858.023,83	73,54%
2005	8.745.856,00	728.821,33	1.093.232,00	8.549.270,45	854.927,05	3.937.305,76	881.416,82	80,62%
2006	8.745.856,00	728.821,33	1.093.232,00	6.671.124,91	667.112,49	3.037.175,91	1.011.632,81	92,54%

ANOS	Receitas provenientes impostos municipais	Fundos Municipais	Total das Receitas	Limite Geral dos empréstimos de Médio e Longo Prazo	Limite do Endividamento Líquido	Passivo Financeiro/Empr.qu e contam p/ Endividamento	Encargos Financeiros	% da Capacidade de endividamento Utilizada
2007	4.553.548,63	8.712.194,00	13.265.742,63	13.265.742,63	16.582.178,29	5.457.547,20	423.410,68	41,14
2008	4.255.137,69	9.100.418,00	13.355.555,69	13.355.555,69	16.694.444,61	11.130.332,20	547.682,93	83,34

CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CANTANHEDE INCLUINDO INOVA- EM

ANOS	Receitas provenientes impostos municipais	Fundos Municipais	Total das Receitas	Limite Geral dos empréstimos de Médio e Longo Prazo	Limite do Endividamento Líquido	Passivo Financeiro/Empr.qu e contam p/ Endividamento	Encargos Financeiros	% da Capacidade de endividamento Utilizada
2007	4.553.548,63	8.712.194,00	13.265.742,63	13.265.742,63	16.582.178,29	6.806.714,27	556.773,88	51,31
2008	4.255.137,69	9.100.418,00	13.355.555,69	13.355.555,69	16.694.444,61	13.254.442,74	706.112,05	99,24

Com a entrada em vigor da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, a designada “Nova Lei das Finanças Locais”, que veio dar enquadramento às Autarquias Locais no quadro do Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC), foram estabelecidos novos limites ao endividamento e ao crédito dos Municípios, bem como sanções punitivas e efectivação de responsabilidade financeira.

Aquele documento procura conduzir a uma maior equidade, na tarefa preponderante e desafiadora da gestão e controlo dos dinheiros públicos e da responsabilidade financeira a ela inerente. Por isso, não deverá ser encarado como um obstáculo à prossecução das políticas municipais mas sim como um aliado, uma ponte para patamares renovados de modernidade e bem-estar social que os municípios merecem e o executivo eleito tem o dever de lhes proporcionar.

Neste contexto, os quadros anteriormente apresentados reflectem a realidade do Município no que diz respeito aos limites impostos pela nova Lei das Finanças Locais, nomeadamente quanto aos empréstimos municipais, identificando claramente, no quadro n.º. 36, quais os que contam para o cálculo desses limites.

Já o quadro n.º 37 demonstra as sucessivas alterações que se têm vindo a fazer sentir ao longo dos últimos anos no cálculo dos limites gerais da capacidade de endividamento imposta aos Municípios. A propósito da dívida de empréstimos de médio e longo prazo, efectuado com base no n.º 2 do artigo 39.º da Lei das Finanças Locais, lembramos que este diploma dispõe o seguinte: “o montante da dívida de cada Município referente a empréstimos a médio e longo prazos, não pode exceder, em 31 de Dezembro de cada ano, a soma do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da participação no IRS, da derrama e da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local, relativas ao ano anterior”.

De acordo com esta metodologia, à data a que reporta esta prestação de contas, a Autarquia tinha utilizado 83,34% do limite de endividamento bancário, percentagem que aumenta para 99,24% quando se considera a INOVA-EM.

Em todo o caso, é de sublinhar que o Município encerrou o ano de 2008 atingindo apenas 32,63% do limite da capacidade de endividamento líquido imposto por lei, que é de 16.694.444,61 euros. É isso o que se depreende da análise do quadro n.º 38, onde surgem em detalhe todas as classificações que relevam para o cálculo do Endividamento Líquido Municipal, o qual resulta da diferença entre a soma dos passivos financeiros, qualquer que seja a sua forma, e a soma dos activos financeiros.

Facto sintomático de que a instituição dispõe de boa margem de manobra em termos financeiros, a taxa de 32,63% do Endividamento Líquido Municipal, à data de 31 de Dezembro de 2008, resulta do cálculo efectuado com base no n.º 1 do artigo n.º 37 da nova Lei das Finanças Locais”, que estabelece que “o montante do endividamento líquido total de cada município, em 31 de Dezembro de cada ano, não pode exceder 125% do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da participação no IRS, da derrama e da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local, relativas ao ano anterior”.

QUADRO 38
 ENDEVIDAMENTO LÍQUIDO

DESCRICÃO		ACTIVO		PASSIVO		Un. Euros	
CONTA	DESIGNAÇÃO	31-Dez-07	31-Dez-07	31-Dez-08	31-Dez-08	VARIACÃO ACTIVO	VARIACÃO PASSIVO
11000	Caixa	1.288,69		663,98		-624,71	
12000	Depósitos em Instituições Financeiras	818.881,21		1.008.131,55		189.250,34	
15900	Títulos Negociáveis					0,00	
21100	Clientes c/c	10.066,54		107.139,55		97.073,01	
21200	Contribuintes c/c						
21300	Utentes c/c	0,00					0,00
21700	Clientes e utentes c/c		12.946,98		22.661,58		9.714,60
21800	Clientes, contribuintes utentes cobrança duvidosa	900,38		2.527,24			
22100	Fornecedores c/c		508.597,62		473.322,16		-35.275,46
22800	Fornecedores-Facturas em recepc. e conferência		229.418,26		539.605,73		310.187,47
23111	Empréstimo bancários curto prazo				1.326.500,00		
23121	Empréstimo bancários médio e longo prazo		11.215.409,34		15.723.612,83		4.508.203,49
24000	Estado e outros entes públicos		112.655,33		120.139,61		7.484,28
26110	Fornecedores de imobilizado c/c		3.240.772,60		6.745.230,77		3.504.458,17
26190	Adiantamento a fornecedores de imobilizado	105.660,00				-105.660,00	
26200	Pessoal		2.419,07				-2.419,07
26300	Sindicatos		550,94		525,38		-25,56
26460	Freguesias		2.250,00		2.750,00		500,00
26700	Consultores, assessores e intermed.		0,00				0,00
26800	Devedores e credores diversos	1.123.702,09			1.528.991,24	-1.123.702,09	
26900	Adiantamentos por conta de vendas				366.742,50		0,00
27110	Juros a receber	14.158,33		2.187,67			-11.970,66
27190	Outros acréscimos de proveitos	314.896,78		339.278,27			
27290	Outros custos diferidos	65.233,56		109.694,83			44.461,27
27310	Seguros a liquidar		763,82		3.090,92		2.327,10
27320	Remunerações a liquidar		466.665,76		514.913,72		48.247,96
27330	Juros a liquidar		2.543,97		81.489,76		78.945,79
27390	Outros acréscimos de custos		486.238,32		412.991,79		-73.246,53
41100	Partes de capital	13.510.087,79		14.924.998,46		1.414.910,67	
TOTAL		15.964.875,37	16.281.232,01	16.494.621,55	27.862.567,99	529.746,18	11.581.335,98
EXCEPÇÕES AO ENDEVIDAMENTO		5.757.862,14		5.919.780,63		161.918,49	
ENDEVIDAMENTO LÍQUIDO		-5.441.505,50		5.448.165,81		10.889.671,31	
Limite do Endividamento Líquido				16.694.444,61			
% da Capacidade de Endividamento Líquido Utilizada				32,63%			

4.4 – Prazo Médio de Pagamentos (PMP) para 2008

Na economia nacional tem-se constatado que os prazos de pagamento são bastante alargados nas transacções comerciais, colocando o indicador de Prazo Médio de Pagamentos (PMP) em Portugal acima do verificado nos restantes países europeus.

Esta prática tornou-se igualmente comum ao nível de alguns serviços da Administrações Pública e de algumas empresas do Sector Empresarial do Estado.

Tendo presente que a redução dos prazos médios de pagamento para níveis próximos dos internacionais melhorará o ambiente de negócios, reduzindo custos de financiamento e de transacção, introduzindo maior transparência na fixação de preços e criando condições para uma concorrência mais sã, o Estado resolveu intervir, através do “Programa Pagar a tempo e Horas”, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 34, de 22 de Fevereiro.

O referido programa consistiu na possibilidade de contratualizar um empréstimo de médio e longo prazo financiado maioritariamente por uma instituição financeira (60%) e minoritariamente pelo Estado (40%), através da Direcção Geral do Tesouro e Finanças, com o objectivo de diminuir a dívida comercial, com recurso à afectação de fundos ao pagamento de dívidas a fornecedores, oferecendo condições especiais de financiamento abaixo das do mercado, permitindo desse modo aos Municípios considerados elegíveis incorrer numa vantagem competitiva e numa oportunidade financeiramente muito favorável.

Porque dispunha de todas condições para aceder ao programa nos termos do regulamento, nomeadamente capacidade de endividamento, o Município de Cantanhede acolheu desde a primeira hora a iniciativa, tendo a sua candidatura merecido aprovação com um financiamento elegível de 1.342.000,00 euros.

Destinado a reduzir significativamente os prazos de pagamento a fornecedores de bens e serviços praticados por entidades públicas, o “Programa Pagar a Tempo e Horas” tem enquadramento nos princípios básicos do modelo de gestão por objectivos, estabelecendo metas de prazos médios de pagamento anuais, monitorizando e publicitando os resultados obtidos e criando incentivos premiais ou sancionatórios associados ao seu cumprimento ou incumprimento.

Essas metas foram definidas em função da realidade de cada organismo aderente, para que pudesse haver uma adaptação gradual das práticas utilizadas, de forma a possibilitar uma redução continuada e sustentável dos prazos de pagamento.

O Prazo Médio de Pagamento contratualizado para o Município de Cantanhede foi de 109 dias, sendo que, na prática, esse objectivo foi claramente superado com o cumprimento das obrigações da Autarquia muito antes de expirar o período estabelecido. Efectivamente, feitos os cálculos, à data de 31/12/2008, o Prazo Médio de Pagamento registado no final do quarto trimestre do ano, foi de 63 dias, quase metade do que consta no contrato.

A fórmula utilizada no cálculo deste indicador é a seguinte:

$$PMP = \sum_{t-3}^t (DF/A \times 91,25) / 4$$

PMP 2008 = 63 dias

em que (DF) corresponde ao valor da dívida de curto prazo a fornecedores no final do quarto trimestre e (A) às aquisições de bens e serviços efectuadas até esse trimestre, independentemente de já terem sido liquidadas.

Esta fórmula é a utilizada pela D.G.T.F. (Direcção Geral de Tesouro e Finanças) e encontra-se definida na Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008 que aprova o “Programa Pagar a Tempo e Horas”.

4.5. – Execução Orçamental das Grandes Opções do Plano de 2008

QUADRO 39

Estrutura e Execução do Investimento do Município

(un: euros)

DOMÍNIOS	Orçamento Corrigido		Compromisso		Taxa de	Realizado		Taxa de	Pago		Desvio	Taxa de
	VALOR	%	VALOR	%	Execução	VALOR	%	Execução	VALOR	%	VALOR	Execução
	A		B		Compromisso B/A	C		Realizado C/A	D		Orçamento C-A	Pago D/A
Terrenos e recursos naturais	1.118.338,00	4,68%	467.083,30	2,73%	41,77%	256.515,82	2,030%	22,94%	306.159,74	3,20%	-812.178,26	27,38%
Edifícios e outras construções												
Habitação	53.050,00	0,22%	53.000,00	0,31%	99,91%	53.000,00	0,419%	99,91%	53.000,00	0,55%	-50,00	99,91%
Edifícios	5.006.087,00	20,94%	2.949.003,71	17,24%	58,91%	2.012.936,30	15,933%	40,21%	1.522.304,58	15,93%	-3.483.782,42	30,41%
Construções Diversas	14.749.518,00	61,70%	11.721.138,56	68,53%	79,47%	8.624.293,22	68,262%	58,47%	6.010.360,61	62,90%	-8.739.157,39	40,75%
Material de Transporte	17.117,00	0,07%	14.570,77	0,09%	85,12%	14.570,77	0,115%	85,12%	14.570,77	0,15%	-2.546,23	85,12%
Equipamento de Informática	197.754,00	0,83%	74.029,56	0,43%	37,44%	73.969,57	0,585%	37,40%	73.969,57	0,77%	-123.784,43	37,40%
Software informático	151.409,00	0,63%	120.267,98	0,70%	79,43%	68.410,39	0,541%	45,18%	67.370,39	0,71%	-84.038,61	44,50%
Equipamento Administrativo	173.575,00	0,73%	43.946,07	0,26%	25,32%	28.183,18	0,223%	16,24%	24.632,28	0,27%	-148.942,72	14,19%
Equipamento Básico	701.994,00	2,94%	409.712,55	2,40%	58,36%	337.813,11	2,68%	48,12%	323.512,63	3,39%	-378.481,37	46,08%
Ferramentas e utensílios	9.093,00	0,04%	3.169,06	0,02%	34,85%	3.019,58	0,024%	33,21%	3.019,58	0,03%	-6.073,42	33,21%
Artigos e objectos de valor	20.000,00	0,08%	10.564,00	0,06%	52,82%	5.000,00	0,040%	25,00%	0,00	0,00%	-20.000,00	0,00%
Outros investimentos	411.612,00	1,72%	212.675,69	1,24%	51,67%	132.587,33	2,049%	32,21%	132.587,33	1,39%	-279.024,67	32,21%
Locação Financeira	1.294.308,00	5,42%	1.023.849,39	5,99%	79,10%	1.023.849,39	8,104%	79,10%	1.023.849,39	10,715%	-270.458,61	79,10%
TOTAL GERAL	23.903.855,00	100,00%	17.103.010,64	100,00%	71,55%	12.634.148,66	100,00%	52,85%	9.555.336,87	100,00%	-14.348.518,13	39,97%

QUADRO 40
RELAÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO AO LONGO DOS QUATRO ÚLTIMOS ANOS

		ANO 2005		ANO 2006		ANO 2007		ANO 2008									
OBJECTIVOS		Investimentos realizados em 2005	%	Investimentos pagos em 2005	%	Investimentos realizados em 2006	%	Investimentos pagos em 2006	%	Investimentos realizados em 2007	%	Investimentos pagos em 2007	%	Investimentos realizados em 2008	%	Investimentos pagos em 2008	%
Funções Gerais	Administração Geral	646.132,56	4,9	594.982,91	7,0	522.646,90	3,9	476.394,30	5,3	939.756,69	7,8	937.091,21	8,8	1.662.987,34	9,7	1.520.620,28	10,9
	Proteção civil e luta contra incêndios	23.000,00	0,2	23.000,00	0,3	40.000,00	0,3	40.000,00	0,4	49.019,16	0,4	49.019,16	0,5	89.100,00	0,5	89.100,00	0,6
	Ensino não superior	382.285,00	2,9	195.195,70	2,3	830.336,30	6,3	343.321,80	3,8	1.208.522,91	10,0	1.068.320,83	10,0	2.035.876,41	11,9	1.956.568,81	14,0
	Serviços Individuais de Saúde*									750,00	0,0	750,00	0,0	30.112,90	0,2	30.112,90	0,2
Funções Sociais	Ação Social	106.265,00	0,8	81.265,00	1,0	87.266,90	0,7	53.970,00	0,6	209.898,75	1,7	170.368,61	1,6	391.706,32	2,3	375.255,48	2,7
	Habituação	366.760,74	2,8	351.305,35	4,1	66.631,01	0,5	23.102,57	0,3	189.870,36	1,6	154.612,16	1,4	587.635,00	3,4	537.718,37	3,8
	Ordenamento do Território	1.934.883,85	14,5	1.309.093,68	15,4	1.302.602,62	9,8	775.246,63	8,6	1.555.414,24	12,9	1.166.246,87	10,9	1.479.511,42	8,7	1.255.590,55	9,0
	Saneamento	995.010,09	7,5	589.546,83	6,9	901.373,31	6,8	810.810,57	9,0	175.825,78	1,5	132.429,32	1,2	43.396,46	0,3	33.389,04	0,2
	Abastecimento de Água	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	8.449,62	0,1	8.449,62	0,1	0,00	0,0	0,00	0,0
	Prot. Meio Ambiente e Conservação da natureza	33.285,17	0,3	29.209,62	0,3	134.255,71	1,0	5.745,26	0,1	287.136,71	2,4	226.277,73	2,1	219.828,86	1,3	158.685,88	1,1
	Cultura	180.886,79	1,4	80.727,84	0,9	164.296,15	1,2	138.092,38	1,5	176.308,00	1,5	153.630,12	1,4	546.430,11	3,2	463.622,60	3,3
	Desporto Recreio e Lazer	1.455.205,13	10,9	470.302,38	5,5	2.724.869,22	20,6	1.385.096,73	15,3	1.979.659,72	16,4	1.751.754,43	16,4	1.661.061,52	9,7	938.182,07	6,7
Funções económicas	Agricultura, Pecuária, Sív., Caça e Pesca					0,00		0,00		19.187,36	0,2	0,00	0,0	93.941,11	0,6	93.941,11	0,7
	Indústria e Energia	2.648.692,82	19,9	1.787.601,54	21,0	2.439.716,97	18,4	2.137.498,83	23,6	1.562.414,38	12,9	1.560.743,31	14,6	1.432.379,62	8,4	1.405.999,26	10,0
	Transportes Rodoviários	3.320.619,61	25,0	2.177.853,48	25,6	2.434.972,52	18,4	1.797.313,66	19,9	2.384.925,72	19,7	1.993.447,57	18,7	5.882.167,70	34,4	4.303.068,92	30,7
	Mercados e Feiras	470.877,64	3,5	154.486,01	1,8	963.284,51	7,3	464.413,53	5,1	766.215,26	6,3	720.295,34	6,7	200.519,24	1,2	146.646,15	1,0
	Turismo	10.952,84	0,1	7.361,02	0,1	5.645,06	0,0	5.645,06	0,1	213,45	0,0	213,45	0,0	5.014,11	0,0	2.939,82	0,0
Outras Funções	Outras Funções Económicas												29.040,00	0,2	29.040,00	0,2	
	Transferências entre administrações	731.286,12	5,5	665.232,81	7,8	626.286,54	4,7	597.086,54	6,6	582.588,76	4,8	579.338,76	5,4	687.527,39	4,0	685.277,39	4,9
TOTAL		13.306.143,36	100,0	8.517.164,17	100,0	13.244.183,72	100,0	9.053.737,86	100,0	12.096.156,87	100,0	10.672.988,49	100,0	17.078.235,51	100,0	14.025.758,63	100,0

Os quadros anteriores dão conta do investimento realizado pelo Município ao longo do ano de 2008 e a sua evolução ao nível das Grandes Opções do Plano (GOP'S), apresentando as despesas efectuadas e pagas segundo a sua tipologia, separando-as por natureza e por função.

Pela análise ao quadro n.º 39, constata-se que o investimento efectivamente comprometido aumentou 20% relativamente a 2007, 2.822.384,12 euros em valor absoluto, tendo atingido 17.103.010,64 euros. Este montante corresponde concretamente aos encargos já assumidos pelo Município sob a forma de compromisso para com diversas entidades prestadoras de serviços.

Trata-se de um aumento que reflecte bem a clara aposta do executivo camarário na realização de investimentos estruturantes e na criação valor para o concelho de Cantanhede, não obstante a conjuntura pouco favorável e, principalmente, o facto de o novo quadro comunitário de apoio 2007-2013 – QREN – mal ter ensaiado os primeiros passos no final de 2008. Os efeitos destas duas circunstâncias justificam aliás que, face ao valor do orçamento corrigido, tenha havido um pequeno desvio de 28,45% na taxa de execução, que se situou nos 71,55%.

Quanto ao montante realizado, entendido como o total de trabalhos já facturados ao Município, a sua execução atingiu uma taxa de 74% do montante comprometido, taxa essa traduzida em 12.634.148,66 euros, dos quais foram pagos 9.555.336,87 euros, ou seja 76% do montante anteriormente referido.

Pela leitura do quadro n.º 40, que pode ser complementada nos quadros seguintes, onde aparece a separação entre os montantes gastos no “PPI – Plano Plurianual de Investimentos e nas AMR – Actividades Mais Relevantes”, conclui-se que as áreas de maior incidência dos montantes canalizados para investimento foram as seguintes:

- Nas **Funções Económicas**, a rubrica de maior relevo corresponde aos transportes rodoviários, onde se destaca o montante de 2.678.238,07 euros aplicado na Construção da ER 335-1: Via Regional Cantanhede (IC1) / Tocha, seguindo-se os 572.278,13 euros para pagamento da Construção da Variante a Portunhos.
- Nas **Funções Gerais**, a administração geral enquadra todos os investimentos efectuados para valorização das condições pedagógicas nos estabelecimentos de ensino, nomeadamente a aquisição de equipamento administrativo e informático, sendo de sublinhar a forte aposta na informatização das escolas do 1º CEB, de acordo com o que preconiza a Carta Escolar do Concelho. Por outro lado, houve um grande esforço de investimento na modernização e apetrechamento dos diferentes serviços municipais. O crescente peso financeiro que se tem verificado a este nível nas grandes opções do plano reflecte particularmente os encargos relacionados com todos os contratos de locação financeira, com destaque para a amortização extraordinária do formalizado com a Caixa Leasing e Factoring, S.A. para a Construção do Parque Desportivo de Cantanhede. Essa amortização, que ascendeu a 857.806,70 euros, foi efectuada no final do ano, para permitir a candidatura de parte do complexo a financiamento ao abrigo do QCA III, concretamente a área do campo em relva sintética. Sobre as Funções Gerais, deixa-se uma última nota para sublinhar o facto de ter sido iniciada a remodelação do edifício dos Paços do Concelho, intervenção muito importante, quer do ponto de vista da qualificação das condições de trabalho dos funcionários e de atendimento dos munícipes, quer no que diz respeito à salvaguarda do indiscutível valor histórico, patrimonial e arquitectónico do imóvel.
- Nas **Funções Sociais** destaca-se, como habitualmente, a rubrica de Ordenamento do Território, cuja despesa paga atingiu 1.165.343,55 euros, valor bem representativo dos significativos investimentos na requalificação e valorização urbana e paisagística dos espaços públicos de todo o território municipal, de acordo com uma lógica de equidade relativamente a todas as freguesias. Foram pagos neste âmbito e a título meramente exemplificativo, 321.565,48 euros, em várias Requalificações Urbanas nas Freguesias.

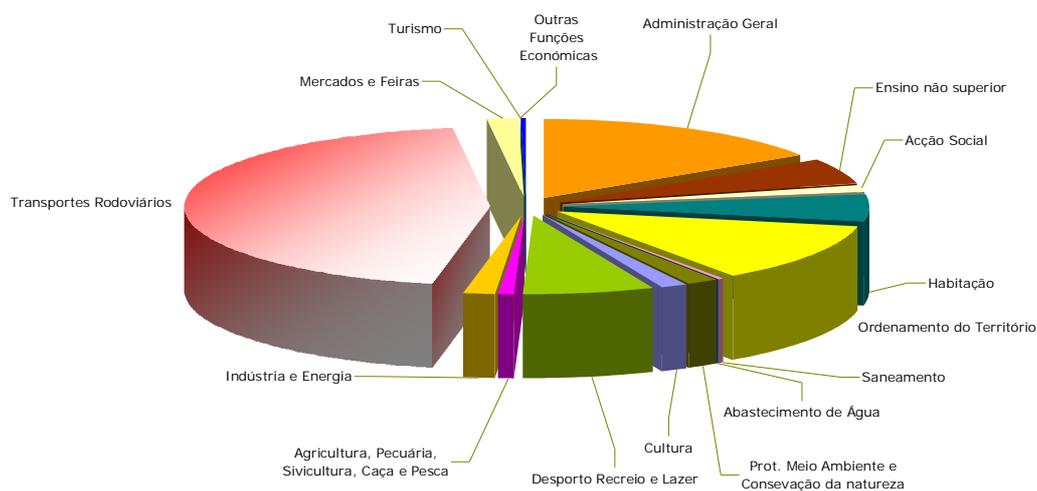
Nesta mesma função, a rubrica **Desporto, Recreio e Lazer** também reflecte algum relevo, sendo de salientar aqui os 329.215,09 euros aplicados na construção de infra-estruturas Desportivas e de Lazer nas Freguesias e os 286.518,33 euros transferidos para os grupos e associações desportivas do Concelho.

QUADRO 41
RELAÇÃO DAS VERBAS DE INVESTIMENTO
 DESPENDIDAS NO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

Un. (Euros)

	OBJECTIVOS	VALOR	%
Funções Gerais	Administração Geral	1.520.620,28	15,9
	Ensino não superior	489.965,87	5,1
	Acção Social	146.460,48	1,5
Funções Sociais	Habitação	521.058,37	5,5
	Ordenamento do Território	1.165.343,55	12,2
	Saneamento	33.389,04	0,4
	Abastecimento de Água	0,00	0,0
	Prot. Meio Ambiente e Conservação da natureza	158.685,88	1,7
	Cultura	133.831,26	1,4
	Desporto Recreio e Lazer	651.663,74	6,8
Funções económicas	Agricultura, Pecuária, Sivicultura, Caça e Pesca	93.941,11	1,0
	Indústria e Energia	158.682,40	1,7
	Transportes Rodoviários	4.303.068,92	45,0
	Mercados e Feiras	146.646,15	1,5
	Turismo	2.939,82	0,0
	Outras Funções Económicas	29.040,00	0,3
TOTAL		9.555.336,87	100,0

Distribuição das Verbas de Investimento Despendidas por Plano Plurianual de Investimentos

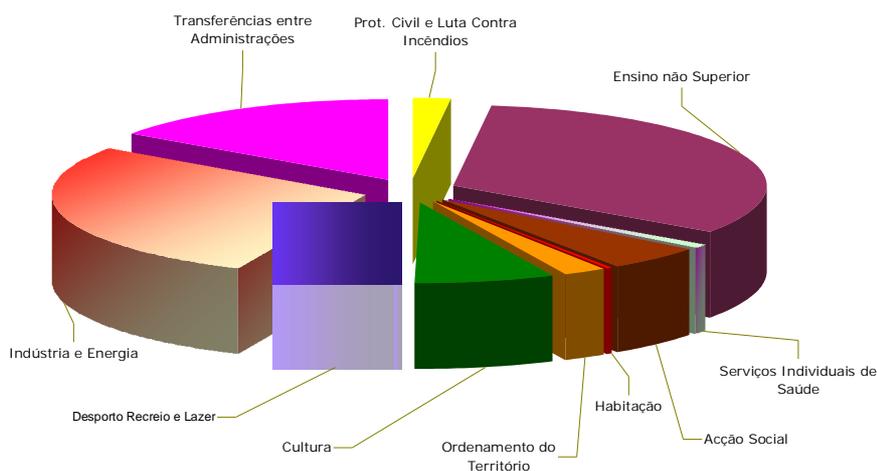


QUADRO 42
Relação das Verbas de Investimento
 Despendidas por Actividades Mais Relevantes

Un. (Euros)

	OBJECTIVOS	VALOR	%
Funções Gerais	Prot. Civil e Luta Contra Incêndios	89.100,00	2,0
	Ensino não Superior	1.466.602,94	32,8
	Serviços Individuais de Saúde	30.112,90	0,7
	Acção Social	228.795,00	5,1
	Habitação	16.660,00	0,4
	Ordenamento do Território	90.247,00	2,0
	Cultura	329.791,34	7,4
	Desporto Recreio e Lazer	286.518,33	6,4
Funções económicas	Indústria e Energia	1.247.316,86	27,9
Outras Funções	Transferências entre Administrações:	685.277,39	15,3
TOTAL		4.470.421,76	100,0

Distribuição das Verbas de Investimento Despendidas com as
 Actividades mais Relevantes



O quadro n.º 42 apresenta os montantes pagos com as actividades mais relevantes. Do leque das despesas nele constantes, a que respeita à rubrica Indústria e Energia tem expressão apreciável, o que decorre do facto de incluir alguns encargos significativos, a sua grande maioria enquadrados como despesas de funcionamento, tais como a energia consumida na iluminação pública, que totalizou 535.621,33 euros, bem como a verba aplicada no aumento da participação do Município no património associativo da associação BIOCANT e as habituais transferências efectuadas para a INOVA – EM.

No campo do ensino não superior, o ano de 2008 encerra com despesas de 1.466.602,94 euros nas actividades consideradas como sendo as mais relevantes, sendo importante realçar aqui os avultados encargos suportados pelo Município com os transportes escolares e com o fornecimento de refeições aos alunos do 1.º CEB e alguns do pré-escolar. Só estas duas rubricas totalizaram gastos na ordem dos 985.434,06 euros.

Na acção social, são de destacar os apoios concedidos a diversas instituições de solidariedade social que ascenderam a um montante global de 228.795,00 euros.

Por fim, surgem também enquadradas as rubricas com transferências correntes e de capital efectuadas, a título de subsídio, em benefício de diversas associações e colectividades do concelho. No conjunto, as associações culturais receberam 329.791,34 euros para dinamização cultural, enquanto as desportivas foram contempladas com um montante global de 286.518,33 euros.

As transferências para as Juntas de Freguesia totalizaram 635.497,39 euros e estão discriminadas nos quadros que a seguir se apresentam.

QUADRO 43

TRANSFERÊNCIAS DE VERBAS PARA AS JUNTAS DE FREGUESIA

Un. (Euros)

JUNTAS DE FREGUESIA	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	TOTAL
ANÇÃ	18.154,82	45.113,81	63.268,63
BOLHO	5.968,29	53.449,25	59.417,54
CADIMA	8.596,25	40.461,76	49.058,01
CAMARNEIRA	7.051,34	23.329,99	30.381,33
CANTANHEDE	1.670,18	54.244,33	55.914,51
CORDINHÃ	8.493,77	35.951,20	44.444,97
CORTICEIRO DE CIMA	2.299,91	19.389,79	21.689,70
COVÕES	2.169,26	55.758,52	57.927,78
FEBRES	3.635,41	46.703,34	50.338,75
MURTEDE	1.558,16	25.335,87	26.894,03
OURENTÃ	5.783,65	25.988,91	31.772,56
OUTIL	7.618,12	19.220,00	26.838,12
POCARIÇA	6.179,41	31.491,41	37.670,82
PORTUNHOS	6.516,48	24.396,28	30.912,76
SANGUINHEIRA	4.278,48	46.325,61	50.604,09
SÃO CAETANO	2.051,46	21.483,94	23.535,40
SEPINS	16.050,75	18.580,95	34.631,70
TOCHA	2.810,46	54.942,07	57.752,53
VILAMAR	6.049,71	28.249,80	34.299,51
TOTAL GERAL	116.935,91	670.416,83	787.352,74

QUADRO 44

DI SCRIMINAÇÃO DOS PAGAMENTOS EFECTUADAOS ÀS JUNTAS DE FREGUESIA NO ANO DE 2008

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

JUNTAS DE FREGUESIA	CORRENTES										Total
	0405010201 Actualização Recens. /Eleições	0405010204 Acordo de Coop. Lei 5/97 (a)	0405010205 Subs. Portarias 29-A/98 e 50/98 (b)	0405010206 Outras	0405010207 Cursos de Educação Extra-Escolar	0405010208 Encargos com Postos de Enfermagem	0405010209 Projecto de Dinamização Cultural	0405010210 J. Freguesia-Trsf. p/ Transportes	0405010211 Trsf.p/ Gestão Posto de Turismo	0405010212 J. Freguesia-Trsf p/ Eventos Culturais	
ANÇÃ	120,34			3.750,00			2.500,00		9.534,48	2.250,00	18.154,82
BOLHO	104,08	3.614,21		1.250,00	1.000,00						5.968,29
CADIMA	130,25			4.800,00	500,00			2.166,00		1.000,00	8.596,25
CANTANHEDE	170,18				1.500,00						1.670,18
CORDINHÃ	106,37			2.200,00		4.437,40				1.750,00	8.493,77
COVÕES	119,26			1.450,00						600,00	2.169,26
FEBRES	135,41			2.000,00	1.500,00						3.635,41
MURTEDE	108,16			1.450,00							1.558,16
OURENTÃ	107,93			1.450,00	1.000,00	3.225,72					5.783,65
OUTIL	100,40				500,00	7.017,72					7.618,12
POCARIÇA	106,24			1.450,00	500,00	3.357,09		766,08			6.179,41
PORTUNHOS	105,78			1.450,00	500,00	3.960,70					6.516,48
SEPI NS	106,97	7.801,30	4.742,40		1.500,00			1.900,08			16.050,75
TOCHA	139,26							2.671,20			2.810,46
CORTICEIRO DE CIMA	99,91			1.700,00	500,00						2.299,91
SÃO CAETANO	101,46			1.450,00	500,00						2.051,46
VILAMAR	99,71			1.450,00	500,00					4.000,00	6.049,71
SANGUINHEIRA	112,91			1.250,00		2.915,57					4.278,48
CAMARNEIRA	102,64			1.250,00	500,00	5.198,70					7.051,34
SUB-TOTAL	2.177,26	11.415,51	4.742,40	28.350,00	10.500,00	30.112,90	2.500,00	7.503,36	9.534,48	10.100,00	116.935,91

a) Acordo de Cooperação-(Lei Quadro da Educação Pré-Escolar)
b) Crianças Portadoras de Deficiência - Acordo Cooperação

QUADRO 45

DISCRIMINAÇÃO DOS PAGAMENTOS EFECTUADAOS ÀS JUNTAS DE FREGUESIA NO ANO DE 2008

JUNTAS DE FREGUESIA	CAPITAL							TOTAL
	0805010201 Protocolo Anual p/Obras e Melhoramentos	0805010202 Apoio a Const. Remodelação Sedes J. Freguesia	0805010203 Outras Obras/ Melhoramentos- Edif. e Outras Construções	0805010204 Outras Obras/ Melhoramentos- Requalificação Urbana	0805010205 Outras Obras/ Melhoramentos- Outras	0805010206 Trsf. J.F. Aq./Ben. Edific. p/ Fins Cult. /Recreativos	0805010208 Trsf. J. F. p/ Apoio a Respostas Sociais	
ANÇÃ	31.263,81			4.350,00	9.500,00			45.113,81
BOLHO	20.349,94		10.106,31		22.993,00			53.449,25
CADIMA	40.461,76							40.461,76
CANTANHEDE	43.383,53			9.554,00	1.306,80			54.244,33
CORDINHÃ	21.951,20		5.000,00		2.000,00	7.000,00		35.951,20
COVÕES	41.328,49		14.430,03					55.758,52
FEBRES	46.703,34							46.703,34
MURTEDE	25.335,87							25.335,87
OURENTÃ	22.715,90			3.273,01				25.988,91
OUTIL	19.220,00							19.220,00
POCARIÇA	20.266,41						11.225,00	31.491,41
PORTUNHOS	19.396,28			5.000,00				24.396,28
SEPINS	18.580,95							18.580,95
TOCHA	52.442,07						2.500,00	54.942,07
CORTICEIRO DE CIMA	19.389,79							19.389,79
SÃO CAETANO	21.483,94							21.483,94
VILAMAR	20.131,36	2.424,00				5.694,44		28.249,80
SANGUINHEIRA	37.513,12				312,49		8.500,00	46.325,61
CAMARNEIRA	21.783,74				1.546,25			23.329,99
SUB-TOTAL	543.701,50	2.424,00	29.536,34	22.177,01	37.658,54	12.694,44	22.225,00	670.416,83

QUADRO 46

Protocolo Anual com as Juntas de Freguesia

Designação	Valor do Protocolo em Numerário	Valor do Protocolo de Materiais	Un: (Euros)
			Valor dos Materiais efectivamente pagos
Junta de Freguesia de Ançã	26.538,02	4.725,79	4.725,79
Junta de Freguesia do Bolho	17.273,88	3.076,06	3.076,06
Junta de Freguesia de Cadima	34.345,62	6.116,14	6.116,14
Junta de Freguesia da Camarneira	18.490,95	3.292,79	3.292,79
Junta de Freguesia de Cantanhede	36.825,74	6.557,79	6.557,79
Junta de Freguesia de Cordinhã	18.633,09	3.318,11	3.318,11
Junta de Freguesia do Corticeiro de Cima	16.458,86	2.930,93	2.930,93
Junta de Freguesia dos Covões	35.081,34	6.247,15	6.247,15
Junta de Freguesia de Febres	39.643,74	7.059,60	7.059,60
Junta de Freguesia de Murte de	21.506,14	3.829,73	3.829,73
Junta de Freguesia de Ourentã	19.282,20	3.433,70	3.433,70
Junta de Freguesia de Outil	16.314,73	2.905,27	2.905,27
Junta de Freguesia da Pociça	17.202,97	3.063,44	3.063,44
Junta de Freguesia de Portunhos	16.464,37	2.931,91	2.931,91
Junta de Freguesia da Sanguinheira	31.842,70	5.670,42	5.670,42
Junta de Freguesia de São Caetano	18.236,46	3.247,48	3.247,48
Junta de Freguesia de Sepins	18.580,95	3.308,83	0,00
Junta de Freguesia da Tocha	44.515,01	7.927,06	7.927,06
Junta de Freguesia de Vilamar	17.088,34	3.043,02	3.043,02
TOTAL	464.325,11	82.685,22	79.376,39

V – Situação Económico-Financeira

As Autarquias Locais desempenham um papel crucial na valorização das condições de vida das populações e na satisfação das necessidades colectivas, verificando-se, nos últimos anos, um aumento considerável das suas atribuições e competências, tendência que, aliás, é previsível que se mantenha no futuro próximo.

O aumento exponencial dos encargos inerentes às atribuições e competências que a Administração Central tem vindo a transferir para os municípios, sem que as verbas correspondentes sejam suficientes para assegurar o seu cabal cumprimento, tem repercussões significativas em termos financeiros, além de que tem obrigado a um incontornável crescimento dos serviços e da respectiva estrutura administrativa.

A resposta a estas situações passa pelo conhecimento integral e exacto da composição do património autárquico e por uma gestão económica eficiente e eficaz dos recursos para promover o desenvolvimento sustentado das comunidades locais.

Orientado nesse sentido, o Decreto-Lei n.º 54 – A/99, de 22 de Fevereiro, estatuiu a aplicação do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), que culminou na progressiva aproximação da gestão dos organismos públicos à vigente nos organismos privados. Veio, portanto, responder à necessidade de dar maior transparência à gestão dos dinheiros públicos, incorporando ao subsistema da contabilidade orçamental, até então único sistema obrigatório, o da contabilidade patrimonial. Este sistema contabilístico complementar ao orçamental é hoje absolutamente fundamental para a gestão pública, ao permitir uma nova abordagem ao registo das finanças das autarquias.

Deve por isso ser considerado um regime inovador que cria condições para a integração consistente da contabilidade orçamental, cujos efeitos são unicamente internos, com a contabilidade patrimonial, que respeita a operações subsequentes ao reconhecimento de um direito ou obrigação com efeitos na esfera patrimonial de terceiros. No quadro de uma contabilidade pública moderna, o POCAL é efectivamente um instrumento fundamental de apoio à gestão das autarquias locais.

O ponto 2.6 do POCAL integra os princípios orçamentais e contabilísticos, as regras previsionais, os critérios de valorimetria, bem como os documentos previsionais e os de prestação de contas. É um sistema que, em termos de estrutura e de mapas finais, é similar à contabilidade das empresas privadas, normalmente designada por contabilidade geral ou financeira. Os mapas mais importantes, normalmente denominados como principais peças contabilísticas, são o Balanço, a Demonstração de Resultados e correspondentes anexos.

Este modelo de contabilidade local, deve conter instrumentos de análise tão completos quanto possível ao nível do seu património e da sua evolução, devendo os princípios, as regras e os procedimentos contabilísticos ser organizados de modo a que a contabilidade da Autarquia concretize os seguintes objectivos:

- ✓ Proporcionar a elaboração do balanço, revelando a composição e valor do património, bem como a sua evolução;

- ✓ Determinar os resultados do exercício, colocando em evidência os custos e os proveitos dos serviços;
- ✓ Fornecer a informação necessária para a elaboração das estatísticas económicas e financeiras;
- ✓ Fornecer a informação económica e financeira necessária para a tomada de decisões, políticas e de gestão;
- ✓ Possibilitar o exercício do controlo da legalidade, da eficácia e da boa gestão dos dinheiros públicos;
- ✓ Possibilitar o controlo do imobilizado e do endividamento.

Esta informação deve ser compreensível aos que a desejem analisar e avaliar, sendo a sua utilidade determinada pela observância dos seguintes requisitos:

- ✓ Relevância, entendida como a qualidade que a informação tem de influenciar as decisões dos seus utentes, ao facilitar a análise dos acontecimentos passados, presentes e futuros ou a confirmar ou corrigir as suas avaliações, o que determina até que ponto estas são materialmente úteis;
- ✓ Fiabilidade, entendida como a qualidade que a informação deve ter, de estar liberta de erros materiais e de juízos prévios, mostrando apropriadamente as operações e outros acontecimentos de acordo com a sua substância e realidade económica;
- ✓ Comparabilidade, entendida com um duplo sentido: por um lado, a divulgação e quantificação dos efeitos financeiros de operações e de outros acontecimentos devem ser registados de forma consistente pela entidade e durante o tempo, para identificarem tendências; por outro lado, as entidades devem adoptar a normalização, vista como a adopção por todas as entidades de um sistema de contas e de princípios contabilísticos idêntico, a fim de se conseguir a comparabilidade entre elas.

Desta forma, o resultado final será a obtenção de demonstrações financeiras geralmente descritas como apresentando uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e do resultado das operações da entidade, evidenciando como decorreu o processo de gestão da Autarquia e o modo como foram utilizados os recursos.

De acordo com estas orientações de fundo, os quadros seguintes apresentam o sistema patrimonial e, em virtude de seu carácter sintético, complementam a análise do Balanço e da Demonstração de Resultados, dando conta da situação económica e financeira da Autarquia.

Nesse sentido, é efectuada uma breve descrição das contas com maior relevo, com destaque para os elementos que permitam extrair informação mais conclusiva, considerando os indicadores de gestão apropriados à análise de balanços e demonstrações de resultados.

5.1 – Análise do Balanço

O balanço é normalmente elaborado reportado à data de encerramento do exercício económico, regra geral coincidente com o ano civil, e tem como finalidade reflectir a posição financeira e patrimonial da Autarquia com os activos, os passivos e os fundos próprios do Município devidamente agrupados e classificados.

Os activos constituem todos os bens e direitos adquiridos pela Autarquia e apresentam-se do lado esquerdo do balanço, ordenados de uma forma crescente, segundo o grau de liquidez. Assim temos:

- ✓ Activo Imobilizado, composto pelos elementos do património da Autarquia que têm carácter permanente;
- ✓ Activo circulante, composto pelas disponibilidades e pelos bens e direitos com realização prevista a curto prazo, como é o caso das existências e das dívidas a receber.

Importa referir que, à data de encerramento deste exercício económico, o balanço da Autarquia ainda não traduzia toda a realidade respeitante ao seu activo imobilizado, devido essencialmente à grande complexidade de que se reveste o processo de arrolamento dos bens da Autarquia. No entanto, o Município de Cantanhede caminha a passos largos para atingir esse desiderato, sendo de salientar o grande esforço feito nesse sentido com a recuperação dos contratos de permutas. Em 2008, foram recuperados na totalidade os que concernem à Construção do Edifício do Gaveto no Largo Cândido Reis e ao Loteamento Municipal do Parque Expo - Quinta de São Mateus, enquanto os que dizem respeito à Zona do Plano de Pormenor da Zona Sul de Cantanhede foram sujeitos a movimentação contabilística os formalizados no ano em análise. No decurso de 2009, será feita a recuperação de todos os contratos de permutas realizados em anos anteriores onde o Município tenha obrigações.

Essa circunstância tem obviamente de ser tida em conta na análise dos valores obtidos, sobretudo nos que incidem na leitura dos rácios económico-financeiros, sob pena de essa análise não ser suficientemente fiável.

Do lado direito do balanço apresenta-se o passivo, que representa, à data de encerramento das contas, a totalidade das obrigações da instituição para com terceiros e que são reflexo de acontecimentos passados. À semelhança do que acontece com a organização dos activos no balanço, a sua ordem é apresentada de acordo com o grau de disponibilidade ou liquidez, mas neste caso de uma forma decrescente. Assim temos:

- ✓ Passivo de médio e longo prazo, que corresponde às dívidas a terceiros cuja exigibilidade de pagamento ocorra num período superior a um ano; enquadram-se nesta rubrica as dívidas a instituições financeiras.
- ✓ Passivo circulante, respeitante às dívidas a terceiros cuja exigibilidade de pagamento ocorra num horizonte temporal nunca superior a um ano; enquadram-se nesta rubrica as dívidas a fornecedores.

A diferença apurada entre o total do activo e o total do passivo aparece também do lado esquerdo do balanço e intitula-se de fundos próprios, consistindo na medida residual da posição financeira, traduzida pela diferença referida. No caso do Município, os fundos próprios apresentam ainda todo o património inicial, apurado à data em que entrou em vigor o POCAL, e o património criado em função do nível de actividade económica da Autarquia apurado através do resultado líquido do exercício.

O balanço regista ainda, em ambos os lados, uma rubrica denominada *acrecimentos e diferimentos*, que visa dar cumprimento ao princípio da especialização dos exercícios ou do acréscimo. Este princípio estabelece que os proveitos e os custos são reconhecidos quando obtidos ou incorridos e incluídos nas demonstrações financeiras dos períodos a que respeitam, independentemente do período em que ocorrem os fluxos financeiros que se lhes associam. Esta rubrica será alvo de maior detalhe aquando da análise do quadro n.º 51.

Os valores globais respeitantes às massas patrimoniais supra referidas são visíveis no quadro n.º 47, que apresenta o balanço sintético do Autarquia à data de 31 de Dezembro de 2008.

QUADRO 47

BALANÇO

DESCRIÇÃO	2008			(Un: euros)
	AB	VALOR AP	AL	VALOR AL
Activo				
Imobilizado				
Bens de domínio público	63.370.219,05	19.957.859,69	43.412.359,36	38.851.732,52
Imobilizações Incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizações Corpóreas	52.365.453,29	8.845.710,83	43.519.742,46	37.567.159,71
Investimentos Financeiros	14.924.998,46	0,00	14.924.998,46	13.510.087,79
Existências	1.404.773,87	0,00	1.404.773,87	1.491.535,49
Dívidas de terceiros-Médio e longo prazo	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívidas de terceiros-curto prazo	1.895.947,90	2.527,24	1.893.420,66	2.368.427,63
Titulos negociáveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos em instituições financeiras e caixa	1.008.795,53	0,00	1.008.795,53	820.169,90
Acréscimos e Diferimentos	451.160,77	0,00	451.160,77	394.288,67
Total do Activo	135.421.348,87	28.806.097,76	106.615.251,11	95.003.401,71
Fundos Próprios				
Património			40.958.618,33	41.211.375,04
Ajustamentos em partes de capital			0,00	0,00
Reservas			20.986.211,89	20.301.220,23
Resultados Transitados			-399.106,52	-399.106,52
Resultado líquido do exercício			-867.926,20	546.336,48
Total Fundos Próprios	0,00	0,00	60.677.797,50	61.659.825,23
Passivo				
Dívidas a terceiros - médio e longo prazo			21.577.580,56	12.884.739,19
Dívidas a terceiros - curto prazo			7.058.782,35	3.569.279,95
Acréscimos e Diferimentos			17.301.090,70	16.889.557,34
Total do Passivo	0,00	0,00	45.937.453,61	33.343.576,48
Total dos fundos próprios e do passivo	0,00	0,00	106.615.251,11	95.003.401,71

5.1.1– Imobilizado

Os mapas seguintes visam facilitar a análise separada das três massas patrimoniais que se visualizam no quadro anterior, de forma a permitir uma melhor percepção do seu detalhe.

Os quadros n.ºs 48, 49, 50 e 51 apresentam os vários itens que compõem o total dos activos do Município. Os dois primeiros referem-se ao activo imobilizado, que consiste no conjunto de elementos patrimoniais do activo (cuja principal característica é a permanência no tempo, pois destinam-se a servir de forma duradoura a actividade da organização, constituindo o seu activo permanente), desagregando-se da seguinte forma:

- ✓ Bens do Domínio Público, assim classificados pela Constituição ou por Lei, por razões de interesse público, pois são entendidos como de uso ou interesse comum e, portanto, externas ao domínio empresarial da organização. É o caso, por exemplo, dos cursos de água, lagos, e fontes públicas (domínio hídrico), jazigos minerais e nascentes de água minero-medicinais (domínio mineiro), estradas, pontes e vias-férreas (domínio de circulação), museus nacionais, bibliotecas e arquivos (domínio monumental, cultural e artístico), obras públicas e infra-estruturas (bens públicos). Estes bens caracterizam-se pelo seu carácter de inalienabilidade e impenhorabilidade;
- ✓ Imobilizações Incorpóreas, que englobam os bens intangíveis, ou seja, sem forma física, como são os casos dos direitos industriais e outros, estudos de desenvolvimento, patentes registadas ou despesas de constituição, arranque e expansão;
- ✓ Imobilizações Corpóreas, que integram o imobilizado tangível (móvel ou imóvel) que a entidade utiliza na sua actividade operacional e que pertencem ao seu domínio empresarial e privado;
- ✓ Investimentos Financeiros, dizem respeito a aplicações financeiras de carácter permanente, como são os casos das partes de capital detidas em associações de municípios e outras entidades públicas ou privadas, investimentos em imóveis que não estejam afectos à actividade operacional do município e cujo destino seja a obtenção de rendimento ou fruição de quaisquer tipos de benefícios.

QUADRO 48

DESCRIÇÃO	(Un: euros)		
	2007	2008	Δ
	VALOR	VALOR	%
	AB	AB	AB
Activo			
Imobilizado			
Bens de domínio público			
Terrenos e recursos naturais	2.285.225,36	2.792.208,71	22,19
Edifícios	259.209,72	351.290,45	35,52
Outras construções e infra-estruturas	49.649.838,27	52.389.389,07	5,52
Bens do património histórico, artístico e cultural	539.611,85	539.611,85	0,00
Outros bens de domínio público	463.574,58	547.935,28	18,20
Imobilizações em curso	3.089.058,88	6.728.783,69	117,83
Adiantamentos por conta de bens de domínio público		21.000,00	
	56.286.518,66	63.370.219,05	12,59
Imobilizações Incorpóreas	0,00	0,00	0,00
Imobilizações Corpóreas			
Terrenos e recursos naturais	6.203.792,99	6.808.511,08	9,75
Edifícios e outras construções	22.547.077,47	25.283.879,45	12,14
Equipamento básico	2.650.249,98	3.080.592,95	16,24
Equipamento de transporte	1.450.754,58	1.474.030,07	1,60
Ferramentas e utensílios	575.872,17	609.673,88	5,87
Equipamento administrativo	989.053,48	1.212.367,02	22,58
Taras e vasilhame	40,00	40,00	0,00
Outras imobilizações corpóreas	5.737.593,51	5.391.040,75	-6,04
Imobilizações em curso	4.731.570,58	8.473.818,09	79,09
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas		31.500,00	
	44.886.004,76	52.365.453,29	16,66
Total	101.172.523,42	115.735.672,34	14,39

Da análise ao quadro n.º 48, infere-se que a rubrica de bens de domínio público sofreu um aumento positivo de 7.083.700,39 euros quando comparado com o ano anterior, contribuindo em cerca de 49% para o aumento absoluto verificado neste membro do activo, o qual totalizou a quantia de 14.563.148,92 euros. É de referir ainda que, deste montante, apenas 549.647,12 euros correspondem à recuperação de bens da propriedade de Município que ainda não se encontravam reflectidos no balanço do Município. O restante diz respeito à normal actividade da Autarquia e reporta-se à execução de obras e aquisições diversas efectuadas, em curso ou concluídas durante o ano sujeito a apreciação.

QUADRO 49

(Un: euros)

DESCRIÇÃO	Quantidade	2004	2005	2006	2007	2008	%
		VALOR	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR	Participação
Investimentos financeiros							
Partes de Capital							
Empresas municipais e intermunicipais							
INOVA - Empresa Desenvolvimento Económico Social-EM		11.647.332,00	11.647.332,00	11.647.332,00	11.647.332,00	11.647.332,00	100
Empresas privadas ou cooperativas							
ERSUC - Resíduos Sólidos do Centro, S.A.	13.639	68.195,00	68.195,00	68.195,00	68.195,00	68.195,00	1,67
Laboratórios Azevedo- Indústria Farmacéutica	300	1.496,39					0,017
SIMRIA - Saneamento Integrado Municípios Ria, S.A				66.582,00	199.746,00	199.746,00	
Agências de desenvolvimento regional							
WRC - Web para a Região Centro, ADR, S.A.		10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	0,73
AREAC - Agência Regional Energia e Ambiente Centro		5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	7,69
Coimbravita - Agência Desenvolvimento Regional, S.A.	3.000	14.970,00	14.970,00	14.970,00	14.970,00	14.970,00	2,21
Associações sem fins lucrativos							
ABAP-Associação Beira Atlântico Parque					1.454.522,66	963.154,74	83,05
BIOCANT - Associação de Transferência de Tecnologia					110.322,13	1.988.600,72	99,93
Inst. Invest. Desenvol. Tecnológico C. Const. - IteCons.						3.000,00	
Fundações							
Fundação Carlos Oliveira						25.000,00	
Total Investimentos financeiros		11.746.993,39	11.745.497,00	11.812.079,00	13.510.087,79	14.924.998,46	

O quadro n.º 49 demonstra as variações verificadas ao nível dos investimentos financeiros que, no caso deste Município, respeitam apenas a partes de capital.

À semelhança do que foi feito no ano anterior, procedeu-se ao reconhecimento do investimento financeiro detido nas associações ABAP e BIOCANT através do método da equivalência patrimonial, que consiste em fazer reflectir no balanço da empresa consolidante – o Município da Cantanhede – o valor contabilístico das partes de capital detidas no montante proporcional à sua participação.

As participações detidas pela instituição nas restantes entidades continuam reflectidas no balanço pelo seu valor de aquisição, porquanto respeitam a entidades onde a participação no capital social é praticamente irrelevante. Nestes casos, não é necessário fazer quaisquer ajustamentos contabilísticos.

Foram ainda efectuados dois novos investimentos, designadamente 25.000,00 euros na Fundação Carlos Oliveira e 3.000,00 euros no ITECONS - Instituto de Investigação e Desenvolvimento das Ciências da Construção, que solicitou ao Município que as suas quotas anuais fossem convertidas em património associativo.

5.1.2 – Circulante

O activo circulante integra as existências, bens (destinados ao consumo imediato ou de utilização contínua) adquiridos ou produzidos e armazenados na entidade em 31 de Dezembro de 2008, dívidas a receber (separando as de médio e longo prazo das de curto prazo) e disponibilidades, traduzidas em meios de pagamento, tais como notas de banco, moedas metálicas de curso legal, cheques, vales postais e aplicações de tesouraria de curto prazo, como os depósitos à ordem ou outras. O quadro n.º 50 apresenta a evolução das disponibilidades ao longo dos últimos cinco anos.

QUADRO 50

(Un: euros)

DESCRIÇÃO	2004	2005	2006	2007	2008
	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR
Disponibilidades					
Caixa e depósitos em instituições financeiras					
Caixa	950,94	879,32	1.583,64	1.288,69	663,98
Depósitos em instituições financeiras					
Caixa Geral de Depósitos, S.A.					
Operações Orçamentais	10.035,53	23.836,72	23.155,51	46.879,03	80.528,49
Operações de Tesouraria	80.569,22	83.036,31	83.627,61	80.982,68	94.566,40
Banco Espírito Santo, S.A.	2.316,23	1.587,02	1.021,20	1.076,82	4.668,68
Caixa Económica Montepio Geral	97,42	300,70	50,18	94,99	400,32
Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL					
Operações Orçamentais	1.207,29	1.226,55	1.477,77	1.987,81	1.960,18
Operações de Tesouraria	587.047,97	662.746,58	649.604,30	680.480,28	814.711,18
Finibanco, S.A	3.878,02				0,00
Banco Português de Investimento, S.A.	19,71	38,61	100,47	1.491,65	5.880,30
Banco Comercial Português, S.A.	77,80	948,05	3.784,67	1.558,37	2.052,20
Banco Português de Negócios, S.A.	70,12	637,95	43,05	117,10	44,94
Banco Santander Totta, S.A.	1.375,51	1.714,20	1.635,66	3.442,85	2.374,01
Banif-Banco Internacional do Funchal, S.A			76,31	269,63	473,21
Banco Popular Portugal, S.A.				500,00	471,64
Total de depósitos em instituições financeiras	686.694,82	776.072,69	764.576,73	818.881,21	1.008.131,55
Outras Aplicações de Tesouraria					
Caixa Geral de Depósitos, S.A. - OT	137.170,00	137.170,00	137.170,00	0,00	0,00
Total de Operações Orçamentais	20.028,57	31.169,12	32.928,46	58.706,94	99.517,95
Total de Operações de Tesouraria	804.787,19	882.952,89	870.401,91	761.462,96	909.277,58
Total das disponibilidades	824.815,76	914.122,01	903.330,37	820.169,90	1.008.795,53

Do montante das disponibilidades de tesouraria que se visualizam no quadro n.º 50 importa destacar o montante de 909.277,58 euros referente a receitas oriundas de operações de tesouraria que, na sua essência, têm a ver com disponibilidades cobradas em nome de e para terceiros. Este valor sofreu um aumento de 147.814,62 euros por comparação com o exercício anterior.

5.1.3 – Acréscimos e Diferimentos

Conforme foi referido, consta ainda no balanço a rubrica de acréscimos e diferimentos, que visa facilitar o registo dos custos e dos proveitos nos exercícios a que efectivamente respeitam sempre que ocorram desfasamentos temporais com as respectivas receitas e despesas. A rubrica está inscrita em ambos os lados do balanço, para que os resultados económicos de cada exercício possam ser adequadamente apurados, no inteiro respeito pelo princípio da especialização ou do acréscimo.

O quadro n.º 51 apresenta o valor correspondente à componente desta rubrica que está no lado esquerdo do balanço, ou seja, que constitui um activo para o Município. Antes de se proceder à sua análise convém aprofundar um pouco a sua composição, que é a seguinte:

- ✓ **Acréscimos de proveitos:** proveitos a reconhecer no próprio exercício, ainda que a respectiva documentação vinculativa e o concomitante registo da receita apenas venham a ocorrer em exercício ou exercícios posteriores;
- ✓ **Custos diferidos:** despesas (pagas ou não) efectuadas no exercício, mas relativas a consumos em exercícios posteriores, isto é, respeitantes a custos que apenas devem reconhecer-se no exercício ou exercícios seguintes, por nestes ocorrer a utilização dos bens a que as despesas se reportam;
- ✓ **Acréscimos de custos:** custos a reconhecer no próprio exercício, ainda que a respectiva documentação vinculativa e o concomitante registo da despesa, só venham a ocorrer em exercício ou exercícios posteriores;
- ✓ **Proveitos diferidos:** receitas reconhecidas num dado exercício (recebidas neste ou não) e que não constituem proveitos do mesmo, mas sim do ou dos seguintes e que, portanto, apenas nessa altura podem ser reconhecidos como tal.

Ao registar do lado esquerdo do balanço os acréscimos de proveitos e os custos diferidos, evidencia-se a sua natureza activa, do mesmo modo que, ao registar do lado direito do balanço os acréscimos de custos e proveitos diferidos, se demonstra a sua natureza passiva. Deste modo ficam inscritos os custos e proveitos nos exercícios a que dizem respeito, o que possibilita uma adequada determinação do resultado económico, subentendido como o valor criado pela Autarquia em cada exercício, e torna mais fiável a percepção dos seus níveis de desempenho e da sua posição financeira nos sucessivos espaços temporais em que, por pragmatismo, se segmentou a sua evolução.

QUADRO 51

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

(Un: euros)

CONTA	DESIGNAÇÃO	2004	2005	2006	2007	2008
271 Acréscimos de Proveitos						
2711	Juros a receber	1.845,43	1.099,49	1.577,21	14.158,33	2.187,67
2712	Encargos com pessoal a receber				329,09	575,86
27131	Comparticipação no fornecimento de refeições				35.310,45	36.123,97
27132	Comparticipação em transportes escolares				4.364,11	8.087,05
27133	Comparticipação transferências/subsídios obtidos				18.620,09	52.841,93
2714	Impostos e taxas				256.273,04	240.507,25
2715	Indemnizações					1.142,21
	Sub-Total	1.845,43	1.099,49	1.577,21	329.055,11	341.465,94
272 Custos Diferidos						
2721	Prémios de seguros antecipados	17.452,06	18.343,80	67.299,37	57.679,28	58.621,94
2722	Juros Liquidados	2.534,40	1.550,19	236,01	986,59	1.295,01
2724 Fornecimentos e Serviços Externos						
27246	Jornais e revistas	261,50	308,51	457,22	379,70	234,27
27247	Contratos de Assistência e Manutenção	3.309,35	2.667,15	6.351,52	3.427,76	3.985,76
27248	Rendas			504,72	1.072,00	1.100,00
27249	Outros Fornecimentos e Serviços Externos	604,14	1.011,04	458,46	1.688,23	40.332,85
2729 Outros Custos Diferidos						
27291	Quotizações	4.125,00	0,00	0,00	0,00	4.125,00
	Sub-Total	28.286,45	23.880,69	75.307,30	65.233,56	109.694,83
TOTAL DOS ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		30.131,88	24.980,18	76.884,51	394.288,67	451.160,77

O quadro n.º 51 mostra os movimentos ocorridos nas rubricas de acréscimos de proveitos e dos respectivos custos diferidos, ambas constantes do primeiro membro do balanço, no montante total de 451.160,77 euros, respeitando, no caso dos acréscimos de proveitos, à enumeração das dívidas de terceiros que, em 31 de Dezembro de 2008, estavam por liquidar e cobrar, como por exemplo os juros das contas à ordem. Este valor por comparação com o registado em 2007 teve uma subida materialmente pouco relevante.

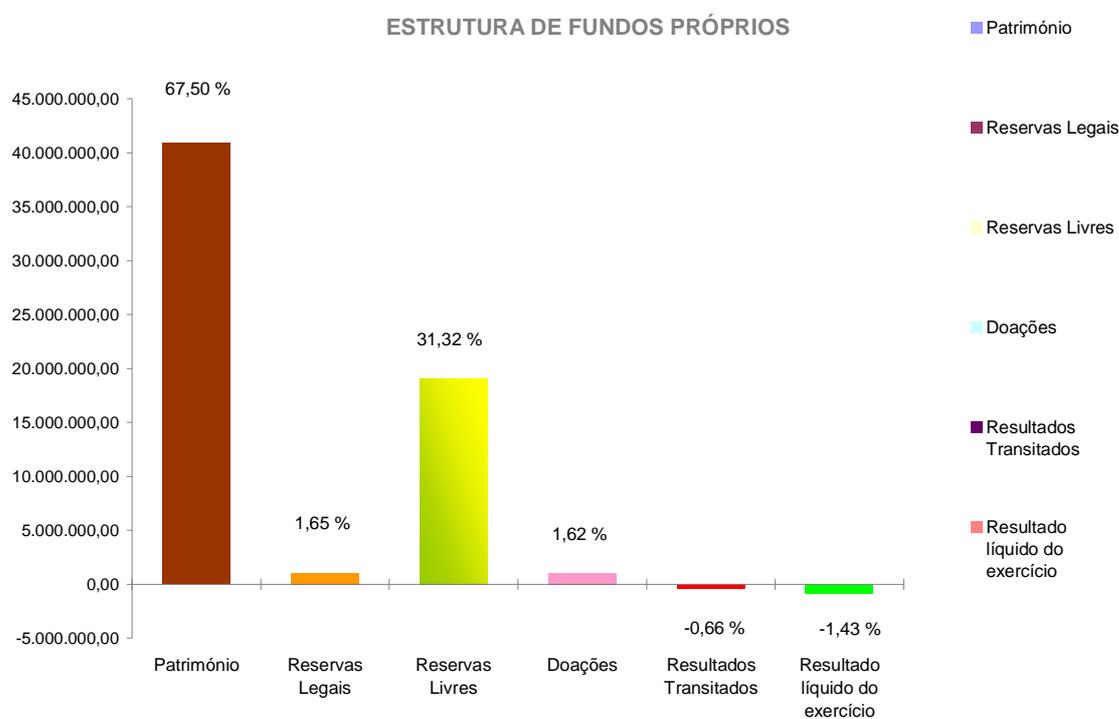
5.1.4 – Fundos Próprios

Os fundos próprios, cuja concepção foi já devidamente abordada no início deste capítulo, dividem-se, na componente respeitante ao património, em dois sectores: Património Inicial, ou seja, todo o património apurado à data em que entrou em vigor o POCAL e Património Adquirido, este criado em função do nível de actividade económica da Autarquia e apurado através do Resultado Líquido do Exercício (Reservas + Resultados). A componente das reservas tem como finalidade reforçar o património da entidade, sendo de carácter obrigatório as Reservas Legais e de carácter facultativo as Reservas Livres. O Resultado Líquido, recorde-se, consiste na diferença apurada entre o total dos proveitos auferidos e o total dos custos suportados, ou seja, o reflexo da Demonstração de Resultados, constituindo sinteticamente a medida residual da posição financeira do Município.

QUADRO 52
ESTRUTURA DOS FUNDOS PRÓPRIOS

(Un: euros)

DESCRIÇÃO	2007	2008	Variação	
	VALOR	VALOR	VALOR	%
Fundos Próprios				
Património	41.211.375,04	40.958.618,33	-252.756,71	-0,61
Reservas Legais	972.976,73	1.000.293,55	27.316,82	2,81
Reservas Livres	18.486.492,79	19.005.512,45	519.019,66	2,81
Doações	841.750,71	980.405,89	138.655,18	16,47
Resultados Transitados	-399.106,52	-399.106,52	0,00	0,00
Resultado líquido do exercício	546.336,48	-867.926,20	-1.414.262,68	-258,86
Total	61.659.825,23	60.677.797,50	-982.027,73	-1,59



O quadro n.º 52 demonstra que, no final do exercício, os fundos próprios do Município correspondiam ao montante de 60.677.797,50 euros. A análise comparativa dos dois anos apresentados permite aferir que em 2008 se registou uma ligeira diminuição de 1,59% na sua estrutura, o que, em termos absolutos, representa 982.027,73 euros a menos do que no exercício anterior.

Neste ponto é preciso abrir um parêntesis para salientar que a rubrica de resultados transitados continua com o valor negativo obtido em 2007, porque, por lapso, quando foi apresentada à Assembleia Municipal a proposta de aplicação de resultados desse ano sugeriu-se que os Resultados Líquidos do Exercício fossem aplicados em reservas legais e reservas livres, quando se deveria ter salvaguardado a quantia de 399.106,52 euros. Efectivamente, este montante deveria ter ficado na rubrica de resultados transitados, de forma a anular as regularizações não frequentes e de grande significado efectuadas em 2007 e que afectaram negativamente o património Municipal.

Reportando-nos a 2008, o Resultado Líquido do Exercício obtido, no montante negativo de 867.926,20, irá associar-se ao saldo inicial existente na rubrica de resultados transitados, permanecendo nesta rubrica até que se verifiquem resultados positivos que compensem o valor negativo obtido.

Salienta-se também que, neste contexto, a conta 51 – Património reflecte todos os movimentos relacionados com a recuperação dos contratos de permutas referidos no início deste capítulo, justificando-se por isso a sua variação negativa de 252.756,71 euros.

5.1.5 – Passivo

Recuperando o que ficou dito neste capítulo sobre o passivo, os grupos em que se divide esta massa patrimonial são os seguintes:

- ✓ **Passivo circulante:** obrigações que se vencem num prazo inferior a um ano.
- ✓ **Passivo de médio e longo prazo:** obrigações que se vencem num prazo superior a um ano.
- ✓ **Acréscimos e Diferimentos:** total de proveitos diferidos e de acréscimos de custos.

QUADRO 53

PRINCIPAIS IMPOSTOS A ENTREGAR AO ESTADO

Un: (Euros)

CONTA	DESIGNAÇÃO	2004	2005	2006	2007	2008
242	Imposto Sobre o Rendimento	31.382,30	33.078,20	33.284,32	34.779,82	34.415,85
243	Imposto Sobre o Valor Acrescentado	28.158,75	7.168,01	42.258,81	39.973,58	34.182,99
244	Imposto de Selo	1.058,27	1.194,37	1.542,12	1.011,40	1.363,97
	SUB-TOTAL	60.599,32	41.440,58	77.085,25	75.764,80	69.962,81
2452	Caixa Geral de Aposentações	23.505,72	23.189,61	22.323,83	26.518,37	33.823,22
2453	Segurança Social	804,67	2.043,22	2.062,48	4.142,62	8.863,77
2455	ADSE	1.851,23	2.038,33	2.119,00	3.426,60	3.717,50
2456	Outras Contribuições Para Segurança Social	108,81	239,45	117,34	144,47	121,57
	245 Contribuições Para a Segurança Social	26.270,43	27.510,61	26.622,65	34.232,06	46.526,06
249	Outras Tributaçãoes	2.282,71	2.008,99	2.615,89	2.658,47	3.650,74
	TOTAL	89.152,46	70.960,18	106.323,79	112.655,33	120.139,61

QUADRO 54

OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

Un: (Euros)

CONTA	DESIGNAÇÃO	2004	2005	2006	2007	2008
217	Clientes e Utentes Com Cauções	171.073,45	172.267,19	156.664,47	12.946,98	22.661,58
21701	Cauções de Água (OT)	149.423,39	148.407,13	147.818,24	0,00	0,00
21702	Loteamentos e Obras (OT)	20.781,75	22.991,75	7.977,92	12.078,67	21.793,27
21703/4/5	Outras Cauções Cobradas a Terceiros (OT)	868,31	868,31	868,31	868,31	868,31
263	Sindicatos	386,34	571,40	562,81	550,94	525,38
2685	Credores Por Depósitos de Garantia	566.266,22	639.754,83	641.626,38	668.401,61	792.917,91
26851	Cauções Prestadas Por Fornecedor (OT)	4.785,30	4.556,46	5.843,00	7.326,24	11.763,74
26852	Cauções Prestadas Por Fornecedor Imobilizado (OT)	436,25	436,25	734,69	734,69	6.783,75
26853	Cauções Prestadas Por Empreiteiros (OT)	561.044,67	634.762,12	635.048,69	657.390,68	771.420,42
26855	Outras Cauções Prestadas				2.950,00	2.950,00
2686	Devedores e Credores de Operações de Tesouraria	6.067,47	6.567,30	7.483,27	6.880,88	7.216,09
26861	Estágios Profissionais -Portaria n.º 268/97 (OT)	1.064,76	1.064,76	1.064,76	1.064,76	1.064,76
26862	Outros Devedores e Credores de OT	2.838,45	3.338,28	3.561,73	3.422,00	3.863,63
26863	Estágios IntegraçãoSócio-Profissional-RCM 13 (OT)	728,91	728,91	728,91	728,91	728,91
26864	Credores P/Cheques em Trânsito não Recebidos (OT)	1.435,35	1.435,35	1.435,35	1.435,35	1.435,35
26866	Execuções diversas p/ conta de penhoras(OT)			692,52	229,86	123,44
	TOTAL	743.793,48	819.160,72	806.336,93	688.780,41	823.320,96

O quadro n.º 53 apresenta as dívidas relacionadas com os impostos a entregar ao Estado, as quais foram cobradas como operações de tesouraria e reportam a retenções ou apuramentos já realizados, mas que apenas serão entregues aos diversos organismos da Administração Central no decurso do ano subsequente ao exercício em análise ou quando os vários normativos legais o impuserem. Em 2009, foi já entre nesse âmbito o montante de 120.139,61 euros, correspondente a todas as receitas arrecadadas durante o último trimestre de 2008.

O quadro n.º 54 demonstra as quantias retidas à guarda do Município, nos termos do preceituado por diversos normativos legais, e que apenas serão restituídas quando se extinguir a obrigatoriedade da sua retenção.

QUADRO 55

ACRÉSCIMOS DE CUSTOS

CONTA	DESIGNAÇÃO	2004	2005	2006	2007	2008
273 Acréscimos de Custos						
2731	Seguros a liquidar	526,02	341,41	130,45	763,82	3.090,92
2732	Remunerações a liquidar	13.719,68	348,46	2.833,96	466.665,76	514.913,72
27321	Férias				464.451,56	514.913,72
27322	Senhas de Presença	13.719,68	0,00	2.833,96	0,00	0,00
27323	Remunerações Diversas	0,00	291,48	0,00	2.214,20	0,00
27329	Outros encargos	0,00	56,98	0,00	0,00	0,00
2733	Juros a Liquidar	0,00	0,00	30,27	2.543,97	81.489,76
2736	Encargos sobre remunerações	0,00	25.942,23	0,00	0,00	0,00
2739	Outros Acréscimos de Custos	185.006,02	291.819,05	294.463,46	486.238,33	412.991,79
27391	Fornecimentos e Serviços Externos a Liquidar	83.779,71	164.738,08	82.349,59	188.813,81	154.991,08
273911	Electricidade	12.560,34	28.202,30	20.206,26	74.077,63	58.696,77
273912	Combustíveis	6.843,26	11.440,91	5.751,23	11.642,17	12.372,00
273913	Comunicação	11.398,18	11.089,02	7.731,37	10.203,13	9.238,69
273914	Refeições escolares					52.344,95
273915	Portagens	255,75	382,15	312,25	683,10	0,00
273916	Jornais e Revistas	10,00	41,00	14,00	0,00	0,00
273917	Água, Saneamento, e Resíduos Sólidos	9.571,79	7.796,87	11.974,63	20.671,27	0,00
237918	Encargos de cobrança				5.592,22	5.491,77
273919	Outros Fornecimentos e Serviços Externos	43.140,39	105.785,83	36.359,85	65.944,29	16.846,90
27392	Transferências Correntes Concedidas	100.728,68	125.609,16	178.379,89	154.992,42	125.086,86
273921	Despesas de Refeitório- 1º CEB	18.847,08	28.111,20	74.565,54	34.824,20	0,00
273922	Despesas com transporte crianças port. deficiências	3.785,65	3.713,70	5.751,99	4.137,18	8.123,19
273923	Despesas c/ acordo cooperação pré-escolar	62.970,95	85.784,26	66.042,19	75.143,50	61.395,06
273924	Despesas c/ atribuição de bolsas de estudo	15.000,00	0,00	15.000,00	0,00	4.266,83
273925	Quotizações	125,00	0,00	13.505,00	0,00	0,00
273926	Encargos com postos de enfermagem	0,00	0,00	3.515,17	3.053,34	3.265,78
273927	Despesas com auxílios económicos				33.981,00	48.036,00
273929	Outras Transferências Correntes	0,00	8.000,00	0,00	3.853,20	0,00
27393	Encargos sobre remunerações	0,00	0,00	32.968,54	140.534,07	128.966,61
27394	Custos e Perdas Operacionais	264,02	160,49	287,24	916,35	2.539,34
273941	Quotizações					0,00
273949	Outros Custos e Perdas Operacionais					2.539,34
27395	Custos e Perdas Financeiros	233,61	1.311,32	478,20	951,68	1.407,90
27396	Custos e Perdas Extraordinários				30,00	0,00
TOTAL DOS ACRÉSCIMOS DE CUSTOS		199.251,72	318.451,15	297.458,14	956.211,88	1.012.486,19

O quadro n.º 55 apresenta com detalhe a rubrica de acréscimos de custos. É de sublinhar que a variação positiva verificada entre o ano de 2007 e 2008, no montante global de 56.274,31 euros, diz respeito, fundamentalmente, ao reconhecimento dos custos com encargos financeiros que surgem pela primeira vez nesta prestação de contas.

Nos quadros n.ºs 56 e 57 consta a evolução da conta dos proveitos diferidos, rubrica que integra todos os recebimentos de subsídios auferidos no âmbito de candidaturas efectuadas a fundos comunitários: no primeiro, através da leitura do resumo de todos os incentivos arrecadados em cada uma das candidaturas submetidas e financiadas no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio, podem descortinar-se os aumentos e diminuições verificados em 2008; no segundo, estão os incentivos reconhecidos em 2008 como proveitos, em função da contabilização das amortizações do imobilizado a que respeitam.

EVOLUÇÃO DOS PROVEITOS DIFERIDOS

Un: (Euros)

CONTA	DESIGNAÇÃO	2007	DIMINUIÇÕES	AUMENTOS	2008
27451	ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS				
274511	ORÇAMENTO DO ESTADO				
2745111	COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA	2.384.300,50	0,00	5.724,20	2.390.024,70
274511101	Contrato Programa M.A.I - Segurança Rodoviária	127.628,65			127.628,65
274511102	Contrato-Programa M. Educação -Eqto/Mat Did.P. Esc	17.511,28			17.511,28
274511103	Contrato- Programa c/ Inst.Nacional Desporto (Pisc)	258.734,59			258.734,59
274511104	A.Colaboração c/ ICERRp/ Estradas Desclassificadas	1.733.572,08			1.733.572,08
274511105	Contrato- Programa c/Min.Plan - Intempéries 2000/01	43.814,41			43.814,41
274511106	P. nº 275/03 c/ Inst.Amb-P/Aq.Equipamento M.Ruido	2.213,40			2.213,40
274511107	P. nº 328/03 c/ Instituto Amb-P/ Elab.Carta do Ruido	7.800,00			7.800,00
274511108	Protocolo c/ DGOTDU/CCDR - PRAUD	141.092,00			141.092,00
274511109	A Colaboração C/DGAI p/ Constr. Feira Quinzenal Cantanhede	51.934,09			51.934,09
274511110	Espaço Público de acesso à Internet - Musue da Pedra			964,20	964,20
274511111	Apetrech. Inf. Escolas Ens. Pré-Escolar Conc. Cant.			4.760,00	4.760,00
27454	EXTERIOR				
274541	FEDER				
27454101	PORCENTRO - PROGRAMA OPERACIONAL DA REGIÃO CENTRO				
274541011	EIXO I	12.480.328,86	389,77	0,00	12.479.939,09
2745410111	MEDIDA I.1 - EQUIPAMENTO E INFRAESTRUTURAS LOCAIS	3.209.786,94	0,00	0,00	3.209.786,94
274541011101	Beneficiação EM 583 Cant/Tocha-T. Corgo Encheiro	229.104,27			229.104,27
274541011102	Constr. Praia Fluvial Olhos da Fervença-Pisc. Natural	431.973,08			431.973,08
274541011103	Infraestruturas da Zona Industrial de Febres	238.893,45			238.893,45
274541011104	Alargamento e Rectificação EM 612 Febres/Vilamar	345.240,62			345.240,62
274541011105	Alargamento e Rectificação do CM Marvão/B. Latas	172.645,75			172.645,75
274541011106	Beneficiação da EM 588 Balsas/Monte Arcado	192.804,82			192.804,82
274541011107	Alargamento e Rectificação Cm 1017 Febres/Barracão	201.307,73			201.307,73
274541011108	Construção do Jardim de Infância de Ançã	182.050,09			182.050,09
274541011109	Infraestruturas da Zona Industrial de Cantanhede	228.767,63			228.767,63
274541011110	Infraestruturas da Zona Industrial de Murte	247.337,51			247.337,51
274541011111	Drenagem de à. Pluviais EM 585 Pontão (Font.Febres)	224.750,24			224.750,24
274541011112	Infraestruturas da Zona Industrial de Cantanhede- Ampl. 2.ª fase	387.472,67			387.472,67
274541011113	Arranjo Urb./Paisagístico área envolvente Lagoa Montinho	127.439,08			127.439,08
2745410112	MEDIDA I.2- AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS	4.032.583,60	389,77	0,00	4.032.193,83
274541011201	Abastecimento E DTAR Franciscas, Tarehos e Lúrios	404.571,42			404.571,42
274541011202	Drenagem Tratamento de águas Residuais F. Outil	288.222,50			288.222,50
274541011203	Drenagem Tratamento de águas Residuais F. Sepins	210.707,90			210.707,90
274541011204	Drenagem Tratamento de águas Residuais F. Do Bolho	113.962,79			113.962,79
274541011205	Drenagem Tratamento de águas Residuais F. Ourentã	18.192,03			18.192,03
274541011206	Drenagem Tratamento de águas Residuais de Cordinhã	145.762,24			145.762,24
274541011207	Ampliação da Rede de Saneamento de Ançã	22.057,23			22.057,23
274541011208	DTAR Zambujal/Fornos incluindo a Benef. Da EM 586	601.354,18			601.354,18
274541011209	Drenagem Tratamento de águas Residuais Póvoa do Bispo	181.354,40			181.354,40
274541011210	Drenagem Tratamento de águas Residuais F. de Portunhos	186.014,23			186.014,23
274541011211	Drenagem Tratamento de águas Residuais F. de Murte	114.762,96			114.762,96
274541011212	Abastecimento de água e DTAR de Marvão	324.039,90			324.039,90
274541011213	Abast. Água Picoto, Montouro, Q. Troviscais e Malhada	281.186,18			281.186,18
274541011214	Ampliação da Rede de Saneamento da Tocha	779.640,76	389,77		779.250,99
274541011215	Drenagem Águas Residuais de Sanguinheira/Serredade	360.754,88			360.754,88

EVOLUÇÃO DOS PROVEITOS DIFERIDOS

		Un: (Euros)			
CONTA	DESIGNAÇÃO	2007	DIMINUIÇÕES	AUMENTOS	2008
2745410113	MEDIDA I.3 - ACESSIBILIDADES	2.841.568,63	0,00	0,00	2.841.568,63
274541011301	EM ° Fervença/L. Negra/Escoural e CM 1017 Criação/°Ferv.	824.466,65			824.466,65
274541011302	Circular Urbana de Cantanhede	233.500,75			233.500,75
274541011303	Aplicação Tapete Estradas /Caminhos - Intenmpéries 1.ª Fase	351.671,22			351.671,22
274541011304	Via Estr. Norte/Poente-Benef. Est. Cort. Cima/EN 234	505.632,99			505.632,99
274541011305	Aplicação Tapete Estradas /Caminhos - Intenmpéries 2.ª Fase	926.297,02			926.297,02
2745410114	MEDIDA I.4 - QUALIFICAÇÃO AGLOMERADOS URBANOS	2.396.389,69	0,00	0,00	2.396.389,69
274541011401	Arranjos Urbanísticos na Praia da Tocha-1.ª Fase	861.434,63			861.434,63
274541011402	arranjos Urganístico no Largo de S. João	173.258,28			173.258,28
274541011403	Revitalização Urbana da Zona PPU Cant. 1.ª Fase	220.115,52			220.115,52
274541011404	Arranjos Urbanísticos na Praia da Tocha-2.ª Fase	278.756,85			278.756,85
274541011405	Revitalização Urbana Cant. -Execução de Passeios e Pavimentos	215.861,27			215.861,27
274541011406	Revitalização Urb. Áreas mais Centrais Cidade Cantanhede	366.384,31			366.384,31
274541011407	Revitalização Urbana da Zona PPU Cant. 2.ª Fase	280.578,83			280.578,83
274541012	EIXO II				
274541013	EIXO III	3.886.053,40	8.788,98	399.165,54	4.276.429,96
27454101301	MEDIDA III - EDUCAÇÃO	342.517,13	0,00	0,00	342.517,13
2745410130101	Construção do Jardim de Infância de Cordinhã	54.868,12			54.868,12
2745410130102	Construção e Equipamento do J. Infância /EB 1 do Bolho	122.904,60			122.904,60
2745410130103	Construção e Equipamento do J. Infância /EB 1 da Tocha	164.744,41			164.744,41
27454101310	MEDIDA III. 10 - DESPORTO	1.293.672,94	0,00	398.015,20	1.691.688,14
2745410131001	Ampliação e Beneficiação da piscina Municipal	1.293.672,94			1.293.672,94
2745410131002	Grande Campo de Jogos - Parque Desportivo de Cantanhede			398.015,20	398.015,20
27454101312	MEDIDA III. 12 - Acessibilidades	2.175.493,64	0,00	0,00	2.175.493,64
2745410131201	Const. ER 335-1: Via Regional Cantanhede/IC1 Tocha	1.787.993,64			1.787.993,64
2745410131202	Variante de Portunhos (Poente)	387.500,00			387.500,00
27454101314	MEDIDA III.14 - Agricultura e Desenvolvimento Regional	24.421,49	0,00	1.150,34	25.571,83
2745410131401	Prevenção Riscos Prov. Agentes Biótico e Abióticos	24.421,49		1.150,34	25.571,83
27454101316	MEDIDA III.16 -Pescas -Equipamentos e Transformação	49.948,20	8.788,98	0,00	41.159,22
2745410131601	Arm. Apoio de Pesca e ª Abrigo -N. Piscatório Praia Tocha	49.948,20	8.788,98		41.159,22
274541014	EIXO IV	0,00	0,00	12.879,45	12.879,45
27454101406	MEDIDA IV.3- PROMOVER UTILIZAÇÃO INTERNET B. LARGA	0,00	0,00	12.879,45	12.879,45
2745410140301	Espaço público de acesso à Internet - Museu da Pedra			2.169,45	2.169,45
2745410140302	Apetrech. Inf. Escolas Ens. Pré-Escolar Conc. Cant.			10.710,00	10.710,00
274541015	EIXO V	490.448,93	68.421,29	111.136,42	533.164,06
27454101506	MEDIDA V.6 - DESENVOLVER R. EUIP. /SERV.P.D. SOCIAL				
2745410150601	Casa do Chico Pinto	187.667,99	68.421,29		119.246,70
2745410131101	Programa Operacional da Cultura	146.444,82	0,00	0,00	146.444,82
2745410201	Museu da Pedra Município Cantanhede	43.592,64			43.592,64
2745410202	Adaptação p/ Museu Municipal - arr. Exteriores/Equipamentos	102.852,18			102.852,18
274544	FEOGA _ MEDIDA AGRIS	137.324,98	0,00	111.136,42	248.461,40
27454401	Limpeza e Valorização da Lagoa dos Coadiçais	48.329,04			48.329,04
27454402	Beneficiação do Caminho Agrícola Cordinhã/Cantanhede	88.995,94			88.995,94
27454403	Caminho Rural Bolho/Espinheiro/P. Carros			111.136,42	111.136,42
274545	PROGRAMA LEADER +	19.011,14	0,00	0,00	19.011,14
27454501	Criação de uma Ludoteca/Mediateca Municipal	8.828,50			8.828,50
27454505	Parque Prosepe	10.182,64			10.182,64
2746	Vendas de Bens Futuros - Permutas	0,00	0,00	912.817,50	912.817,50
274601	Construção do Edifício do gaveto no L. Cândido Reis			516.405,00	516.405,00
274602	Zona do Plano Pormenor da Zona Sul Cantanhede			396.412,50	396.412,50
274603	Loteamento Municipal do Parque Expo-Q. S. Mateus			0,00	0,00
TOTAL		19.241.131,69	77.600,04	528.905,61	20.605.254,76

QUADRO 57

VALOR TRANSFERIDO PARA PROVEITOS DO EXERCÍCIO

Un: (Euros)

CONTA	DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL 2008	TRANSFERÊNCIA PARA PROVEITOS 2008	TOTAL 2008
27451	ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS			
274511	ORÇAMENTO DO ESTADO			
2745111	COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA	2.099.008,10	199.600,05	1.905.132,25
274511101	Contrato Programa M.A.I - Segurança Rodoviária	127.628,65	79.502,51	48.126,14
274511102	Contrato-Programa M. Educação - Eqto/Mat Did.P. Esc	17.511,28	17.511,28	0,00
274511103	Contrato- Programa c/ Inst.Nacional Desporto (Pisc)	239.654,47	3.632,53	236.021,94
274511104	A.Colaboração c/ ICERRp/ Estradas Desclassificadas	1.510.339,76	86.678,60	1.423.661,16
274511105	Contrato- Programa c/Min.Plan - Imtempéries 2000/01	33.408,49	2.190,72	31.217,77
274511106	P. nº 275/03 c/ Inst.Amb-P/Aq.Equipamento M.Ruído	1.028,13	316,07	712,06
274511107	P. nº 328/03 c/ Instituto Amb-P/ Elab.Cartá do Ruído	0,00	0,00	0,00
274511108	Protocolo c/ DGOTDU/CCDR - PRAUD	117.737,62	7.054,60	110.683,02
274511109	A Colaboração C/DGAI p/ Constr. Feira Quinzenal Cantanhede	51.699,70	2.713,74	48.985,96
274511110	Espaço Público de acesso à Internet - Museu da Pedra			964,20
2745411111	Apetrech. Inf. Escolas Ens. Pré-Escolar Conc. Cant.			4.760,00
27454	EXTERIOR			
274541	FEDER			
27454101	PORCENTRO - PROGRAMA OPERACIONAL DA REGIÃO CENTRO			
274541011	EIXO I	9.709.616,24	739.902,80	8.969.713,44
2745410111	MEDIDA I.1 - EQUIPAMENTO E INFRAESTRUTURAS LOCAIS	2.514.344,56	161.165,74	2.353.178,82
274541011101	Beneficiação EM 583 Cant/Tocha-T. Corgo Encheiro	164.191,40	11.455,21	152.736,19
274541011102	Constr. Praia Fluvial Olhos da Fervença-Pisc. Natural	300.462,51	21.666,34	278.796,17
274541011103	Infraestruturas da Zona Industrial de Febres	177.179,31	11.944,67	165.234,64
274541011104	Alargamento e Rectificação EM 612 Febres/Vilamar	260.368,96	22.281,93	238.087,03
274541011105	Alargamento e Rectificação do CM Marvão/B. Latas	128.045,59	8.632,28	119.413,31
274541011106	Beneficiação da EM 588 Balsas/Monte Arcado	146.846,77	9.289,14	137.557,63
274541011107	Alargamento e Rectificação Cm 1017 Febres/Barracão	162.186,99	9.336,84	152.850,15
274541011108	Construção do Jardim de Infância de Ançã	168.024,12	2.331,35	165.692,77
274541011109	Infraestruturas da Zona Industrial de Cantanhede	176.119,06	11.732,36	164.386,70
274541011110	Infraestruturas da Zona Industrial de Murte de	213.580,89	12.735,82	200.845,07
274541011111	Drenagem de à. Pluviais EM 585 Pontão (Font.Febres)	184.482,49	11.237,51	173.244,98
274541011112	Infraestruturas da Zona Industrial de Cantanhede- Ampl. 2.ª fase	305.948,39	20.381,06	285.567,33
274541011113	Arranjo Urb./Paissagístico área envolvente Lagoa Montinho	126.908,08	8.141,23	118.766,85
2745410112	MEDIDA I.2- AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS	3.382.276,40	352.128,00	3.030.148,40
274541011201	Abastecimento E DTAR Franciscas, Tareiros e Lúrios	305.114,23	213.538,12	91.576,11
274541011202	Drenagem Tratamento de águas Residuais F. Outil	240.185,41	14.411,12	225.774,29
274541011203	Drenagem Tratamento de águas Residuais F. Sepins	165.054,53	10.535,39	154.519,14
274541011204	Drenagem Tratamento de águas Residuais F. Do Bolho	84.079,63	5.698,14	78.381,49
274541011205	Drenagem Tratamento de águas Residuais F. Ourentã	0,00		0,00
274541011206	Drenagem Tratamento de águas Residuais de Cordinhã	102.693,33	6.589,95	96.103,38
274541011207	Ampliação da Rede de Saneamento de Ançã	12.269,13	1.102,87	11.166,26
274541011208	DTAR Zambujal/Fornos incluindo a Benef. Da EM 586	515.902,17	29.621,18	486.280,99
274541011209	Drenagem Tratamento de águas Residuais Póvoa do Bispo	139.794,04	9.067,72	130.726,32
274541011210	Drenagem Tratamento de águas Residuais F. de Portunhos	160.437,26	9.300,71	151.136,55
274541011211	Drenagem Tratamento de águas Residuais F. de Murte de	114.284,78	5.738,15	108.546,63
274541011212	Abastecimento de água e DTAR de Marvão	261.576,68	15.936,19	245.640,49
274541011213	Abastecimento de água Quinta dos Troviscais, Malhada, Conduta Adutora dos Covões	164.868,86	11.736,89	153.131,97
274541011214	Ampliação da Rede de Sanamento da Tocha	779.640,76	389,77	779.250,99
274541011215	Drenagem de águas Residuais de Sanguinheira/Serredade	336.375,59	18.461,80	317.913,79

VALOR TRANSFERIDO PARA PROVEITOS DO EXERCÍCIO

Un: (Euros)

CONTA	DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL 2008	TRANSFERÊNCIA PARA PROVEITOS 2008	TOTAL 2008
2745410113	MEDIDA I.3 - ACESSIBILIDADES	2.265.369,76	112.647,10	2.152.722,66
274541011301	EM Fervença/L. Negra/Escoural e CM 1017 Criação/°Ferv.	584.713,20	37.330,74	547.382,46
274541011302	Circular Urbana de Cantanhede	170.384,08	11.675,04	158.709,04
274541011303	Aplicação Tapete Estradas /Caminhos - Intempéries 1.ª Fase	268.149,35	17.583,56	250.565,79
274541011304	Via Estr. Norte/Poente-Benef. Est. Cort. Cima/EN 234	390.570,95	25.346,95	365.224,00
274541011305	Aplicação Tapete Estradas /Caminhos - Intempéries 2.ª Fase	851.552,18	20.710,81	830.841,37
2745410114	MEDIDA I.4 - QUALIFICAÇÃO AGLOMERADOS URBANOS	1.547.625,52	113.961,96	1.433.663,56
274541011401	Arranjos Urbanísticos na Praia da Tocha-1.ª Fase	514.309,75	40.001,11	474.308,64
274541011402	Arranjos Urbanístico no Largo de S. João	119.266,29	8.377,09	110.889,20
274541011403	Revitalização Urbana da Zona PPU Cant. 1.ª Fase	157.139,28	11.015,79	146.123,49
274541011404	Arranjos Urbanísticos na Praia da Tocha-2.ª Fase	176.503,34	14.905,33	161.598,01
274541011405	Revitalização Urbana Cant. -Execução de Passeios e Pavimentos	171.681,39	10.793,04	160.888,35
274541011406	Revitalização Urb. Áreas mais Centrais Cidade Cantanhede	251.154,36	15.456,03	235.698,33
274541011407	Revitalização Urbana da Zona PPU Cant. 2.ª Fase	157.571,11	13.413,57	144.157,54
274541012	EIXO II			
274541013	EIXO III	3.787.768,09	18.883,26	4.141.918,06
27454101301	MEDIDA III - EDUCAÇÃO	338.482,06	720,63	337.761,43
2745410130101	Construção do Jardim de Infância de Cordinhã	50.833,05	720,63	50.112,42
2745410130102	Construção e Equipamento do J. Infância /EB 1 do Bolho	122.904,60		122.904,60
2745410130103	Construção e Equipamento do J. Infância /EB 1 da Tocha	164.744,41		164.744,41
27454101310	MEDIDA III. 10 - DESPORTO	1.198.272,36	18.162,63	1.578.124,93
2745410131001	Ampliação e Beneficiação da Piscina Municipal	1.198.272,36	18.162,63	1.180.109,73
2745410131002	Grande Campo de Jogos - Parque Desportivo Cantanhede			398.015,20
27454101312	Medida III - 12 Acessibilidades	2.175.493,64		2.175.493,64
2745410131201	Const. ER 335-1: Via Regional Cantanhede/ IC1 Tocha	1.787.993,64		1.787.993,64
2745410131202	Variante de Portunhos (Poente)	387.500,00		387.500,00
27454101314	MEDIDA III.14 - Agricultura e Desenvolvimento Regional	25.571,83		10.579,32
2745410131401	Prevenção Riscos Prov. Agentes Biótico e Abióticos	25.571,83	14992,51	10.579,32
27454101316	MEDIDA III.16 -Pescas -Equipamentos e Transformação	49.948,20		39.958,74
2745410131601	Arm. Apoio de Pesca e ª Abrigo -N. Piscatório Praia Tocha	49.948,20	9989,46	39.958,74
274541014	Eixo IV	0,00	0,00	12.879,45
27454101406	MEDIDA IV.3- PROMOVER UTILIZAÇÃO INTERNET B. LARGA	0,00	0,00	12.879,45
2745410140301	Espaço público de acesso à Internet - Museu da Pedra			2.169,45
2745410140302	Apetrech. Inf. Escolas Ens. Pré-Escolar Conc. Cant.			10.710,00
274541015	Eixo V	187.667,99	77.635,99	110.032,00
27454101506	MEDIDA V.6 - DESENVOLVER R. EUIP. /SERV.P.D. SOCIAL	187.667,99	77.635,99	110.032,00
2745410150601	Casa do Chico Pinto	187.667,99	77.635,99	110.032,00
27454102	Programa Operacional da Cultura	47.248,93	10.844,06	36.404,87
2745410201	Museu da Pedra Municipio Cantanhede-Exposições	7.120,81	5.009,67	2.111,14
2745410202	Adaptação p/ Museu Municipal - arr. Exteriores/Equipamentos	40.128,12	5.834,39	34.293,73
274544	FEOGA _ MEDIDA AGRIS	84.175,32	4.449,80	190.861,94
27454401	Limpeza e Valorização da Lagoa dos Coadiçais	0,00		0,00
27454402	Beneficiação do caminho agrícola Cordinhã/ Cantanhede	84.175,32	4.449,80	79.725,52
27454403	Caminho Rural Bolho/Espinheiro/P. Carros			111.136,42
274545	PROGRAMA LEADER +	19.011,14	10.166,14	8.845,00
27454501	Criação Ludoteca / Mediateca Municipal	8.828,50	8.338,82	489,68
27454502	Parque Prosepe	10.182,64	1.827,32	8.355,32
	TOTAL	15.934.495,81	1.061.482,10	15.375.787,01

No quadro n.º 56 verifica-se também a existência de uma nova conta do passivo, designadamente a identificada como 2746 – *Vendas de bens futuros – Permutas* – onde foram movimentados 912.817,50 euros.

A criação desta conta resultou do esforço realizado na recuperação dos contratos de permutas elaborados em 2007 e 2008. Nesse âmbito, foram recuperados todos os contratos de permuta necessários para o início da Construção do Edifício do Gaveto, no Largo Cândido Reis, bem como para a execução do Loteamento Municipal do Parque Expo - Quinta de São Mateus. No que concerne à zona do Plano de Pormenor da Zona Sul de Cantanhede, foram sujeitos a movimentação contabilística os contratos de permuta realizados nos anos em que se procedeu a recuperação.

A este propósito convém esclarecer que uma permuta é um contrato não tipificado autonomamente pela lei, estando sujeito à aplicação das regras da liberdade contratual e, subsidiariamente, às normas relativas a compra e venda. Traduz-se portanto num negócio através do qual as partes trocam a propriedade de um bem ou outro direito pela propriedade ou direito de outro bem.

Em suma, caracteriza-se por uma operação que envolve, para cada uma das partes, a realização de duas operações distintas: para os proprietários, a cedência do imóvel por contrapartida de outro bem; para a Autarquia, a aquisição de um prédio, seja ele rústico ou urbano, e respectiva cedência de direitos reais ou futuros.

5.2 – Análise da Demonstração de Resultados

A Demonstração de Resultados é na prática um mapa contabilístico dinâmico que tem por objectivo evidenciar a formação do resultado líquido do exercício, através do confronto dos proveitos e dos custos apurados durante o ano económico em análise.

Os custos consistem na tradução monetária do consumo de bens e serviços adquiridos pela Autarquia. Pesam negativamente no benefício económico espectável no período contabilístico em causa e, nessa medida, constituem uma componente negativa da criação de valor.

Os proveitos dão tradução monetária às receitas da Autarquia e, por isso, são elementos positivos do benefício económico espectável também no período contabilístico em causa.

Ao agrupar e classificar por natureza os vários tipos de custos e proveitos, a demonstração de resultados oferece uma síntese financeira dos resultados operacionais e não operacionais da Autarquia, os quais surgem separados do seguinte modo:

- ✓ **Operacionais:** obtidos pelo balanceamento entre os custos operacionais e os proveitos operacionais;
- ✓ **Financeiros:** obtidos pelo balanceamento entre os custos financeiros e os proveitos financeiros;
- ✓ **Correntes:** obtidos pela soma dos dois resultados anteriores (operacionais + financeiros);
- ✓ **Extraordinários:** obtidos pelo balanceamento entre os custos extraordinários e os proveitos extraordinários;

✓ **Líquidos:** obtidos pela aglutinação dos resultados correntes com os extraordinários.

Trata-se por isso de um exercício de extrema utilidade, porquanto permite medir a eficiência com que os recursos financeiros, de acordo com a sua natureza, foram aplicados durante o ano de 2008, fornecendo assim informações de suporte mais seguras e fiáveis para a tomada de decisões por parte do órgão executivo.

QUADRO 58

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA

Un: (Euros)

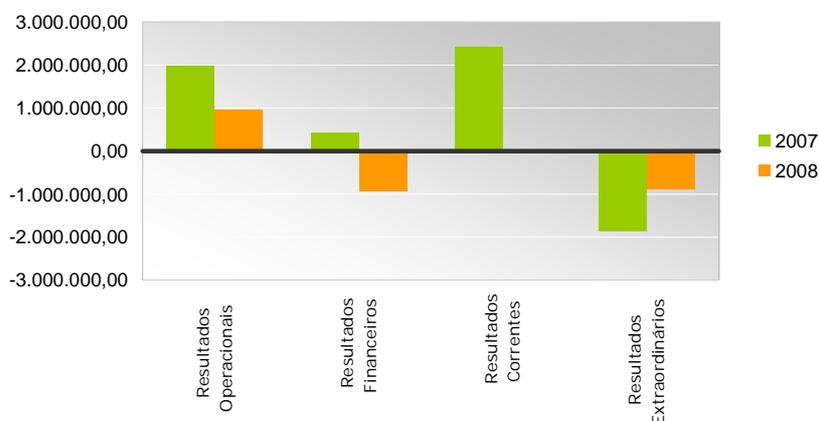
CONTA	DESIGNAÇÃO	2007	2008	VARIACÃO	
				VALOR	%
Custas e Perdas					
61	Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	1.384.151,28	929.196,12	-454.955,16	-32,87
62	Fornecimento e Serviços externos	4.145.189,96	4.493.432,49	348.242,53	8,40
64	Remunerações e Encargos Sociais	4.643.069,83	5.421.094,40	778.024,57	16,76
63	Transf. e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais	1.720.018,38	1.255.366,70	-464.651,68	-27,01
66	Amortizações do Exercício	3.914.587,78	4.158.840,60	244.252,82	6,24
67	Provisões do Exercício	900,38	2.527,24	1.626,86	180,69
65	Outros Custos e Perdas Operacionais	37.724,36	348.902,45	311.178,09	824,87
68	Custos e Perdas Financeiras	573.802,68	2.057.122,36	1.483.319,68	258,51
69	Custos e Perdas Extraordinárias	2.690.336,48	2.874.571,23	184.234,75	6,85
	Total	19.109.781,13	21.541.053,59	2.431.272,46	12,72
Proveitos e Ganhos					
71	Vendas e Prestações de Serviços	1.716.186,56	788.677,25	-927.509,31	-54,04
72	Impostos e Taxas	5.510.027,59	4.706.876,91	-803.150,68	-14,58
	Variacão da Produção	-1.628.408,26	0,00	1.628.408,26	-100,00
75	Trabalhos Para a Própria Entidade	1.986.323,37	1.692.549,75	-293.773,62	-14,79
73	Proveitos Suplementares	0,00	0,00	0,00	
74	Transferências e Subsídios Obtidos	10.155.443,38	10.309.261,38	153.818,00	1,51
76	Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	93.963,48	59.863,18	-34.100,30	-36,29
78	Proveitos e Ganhos Financeiros	1.001.221,90	1.136.401,63	135.179,73	13,50
79	Proveitos e Ganhos Extraordinários	821.359,59	1.979.497,29	1.158.137,70	141,00
	Total	19.656.117,61	20.673.127,39	1.017.009,78	5,17
88	Resultado Líquido do Exercício	546.336,48	-867.926,20	-1.414.262,68	-258,86

Quadro 59

EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS

Un: (Euros)

DESIGNAÇÃO	2007	2008	Variacão
Resultados Operacionais (A)	1.987.894,15	947.868,47	-52,32
Resultados Financeiros (B)	427.419,22	-920.720,73	-315,41
Resultados Correntes (A) + (B)	2.415.313,37	27.147,74	-98,88
Resultados Extraordinário: (C)	-1.868.976,89	-895.073,94	147,89
Resultado Líquido do Exercício	546.336,48	-867.926,20	-258,86
(A) + (B) + (C)			



O quadro n.º 58 demonstra quais as principais rubricas que contribuíram para o aumento dos custos incorridos em 2008, os quais totalizaram 2.431.272,46 euros, traduzindo assim um aumento de 12,72% face aos custos verificados em 2007. Da análise do referido quadro conclui-se que a rubrica que mais contribuiu para esse aumento foi a de *custos e perdas financeiras*, sendo de evidenciar o movimento contabilístico efectuado com o reconhecimento das perdas em entidades participadas – ABAP e BIOCANT – num total de 1.213.089,33 euros. Surgem a seguir os aumentos verificados com remunerações e encargos sociais, fornecimentos e serviços externos (valores que foram objecto de análise detalhada à luz da sua execução orçamental), outros custos operacionais e as amortizações do exercício.

De salientar ainda que foram movimentados na conta 6981, intitulada *Transferências de capital concedidos em géneros*, todas as obras adjudicadas a título de subsídio, as quais totalizaram 896.514,62 euros. Este valor reflecte o montante de todas as obras executadas em propriedade alheia, nomeadamente da propriedade de Juntas de Freguesia, Associações e Instituições de índole religiosa. De forma a ver acautelada as respectivas regularizações contabilísticas, financeiras e jurídicas, o Município tem vindo a considerar este tipo de empreitadas como subsídio, por ainda não existir documentação vinculativa que se traduza num acto jurídico, como sejam, por exemplo, a permuta, a doação, o contrato de comodato, o direito de superfície, o protocolo, ou outro com eficácia jurídica. Em bom rigor, a titularidade desses prédios, permitiria ao Município contabilizar estes custos como investimentos corpóreos ou de domínio público, diminuindo assim significativamente o resultado negativo obtido.

Do lado dos proveitos, salienta-se o acentuado decréscimo verificado na rubrica das vendas e prestações de serviços, bem como dos proveitos auferidos por conta de impostos e taxas. Contudo, é de realçar que se verifica um aumento de 5,17%, quando se compara com o ano anterior, ou seja, uma variação positiva de 1.017.009,78 euros em termos absolutos.

Face ao exposto, conclui-se que os custos ascenderam a 21.541.053,59 euros, contra 20.673.127,39 euros a título de proveitos, apurando-se assim um resultado líquido negativo de 867.926,20 euros no exercício de 2008.

VI – Proposta de Aplicação dos Resultados

Nos termos do ponto n.º 2.7.3. do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, a aplicação do resultado líquido do exercício deve ser aprovada pelo órgão deliberativo do Município quando o saldo da conta 59 (Resultados Transitados) for positivo, podendo a verba daí resultante ser repartida para reforço do património e para constituição ou reforço de reservas.

Nessa medida, e no sentido de dar cumprimento às disposições legais aplicáveis, solicita-se à Assembleia Municipal que aprove o resultado líquido do exercício de 2008, no montante negativo de 867.926,20 euros, devendo este montante permanecer na rubrica *resultados transitados* até que possa vir a ser compensada por resultados positivos futuros.

VII – Consolidação de contas

A proliferação das diferentes formas de gestão dos serviços públicos locais e a intervenção de diversas entidades na prestação desses serviços faz com que a sua contabilidade, quando considerada individualmente, se torne insuficiente, quer para a tomada de decisões, quer para o exercício de um controlo eficaz ao nível legal e financeiro.

Com efeito, por via da consolidação pode obter-se um só conjunto de demonstrações financeiras, como se de uma única entidade se tratasse, o que constitui uma ferramenta de gestão indispensável para avaliar os resultados das operações efectuadas pelas entidades que compõem o grupo local. Isto porque facilita a análise numa perspectiva globalizante a todos os interessados na informação contabilística do Município, permitindo assim uma avaliação económico-financeira mais adequada.

Neste enquadramento, o n.º 1 do artigo 46.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, a Lei das Finanças Locais, objecto de rectificação em 15/2/2007 (Declaração de Rectificação n.º 14/2007) quanto à inexactidão da publicação do texto constante no n.º 2 do artigo 47.º - Consolidação de Contas, determina que os Municípios que detenham serviços municipalizados ou a totalidade do capital de entidades do sector empresarial local devem incluir as contas consolidadas.

Nos termos desta imposição legal, e considerando que o Município de Cantanhede detém a totalidade do capital da INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede – EM, vem nesta prestação de contas, à semelhança do que aconteceu na anterior, apresentar as demonstrações financeiras consolidadas, assumindo que estas, constituindo um complemento e não um substituto das demonstrações financeiras individuais, fazem parte integrante dos documentos de prestação de contas em capítulo devidamente identificado.

O n.º 2 do artigo n.º 46 da Lei das Finanças Locais estabelece que os procedimentos contabilísticos de consolidação são os definidos no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro, embora até à presente data ainda não haja regulamentação própria para esse efeito.

De facto, enquanto no sector privado a evolução das normas de consolidação de contas foram sendo progressivamente ajustadas em função do quadro comunitário e da adopção das NIC, ao nível da administração pública, apenas o POC-Educação, aprovado pela portaria nº 794/2000, de 20 de Setembro, tem instituídas normas de consolidação de contas. Relativamente a outros sectores, o processo parece estar em fase embrionária.

Face ao vazio legal nesta matéria, e à semelhança do que aconteceu no ano anterior, as normas que serviram de base às demonstrações financeiras consolidadas têm suporte na proposta de normas de consolidação de contas a introduzir no POCAL, proposta essa que foi elaborada, no respeito pelas respectivas directrizes legais nacionais e internacionais, por quem possui comprovado conhecimento sobre esta realidade.

Utilizou-se para o efeito o Método de Consolidação Directa, que estabelece que todas as empresas são consolidadas a partir da empresa mãe, ou seja, o Município de Cantanhede, que se assume como única empresa consolidante do grupo. Tendo em conta a detenção da totalidade do capital da empresa INOVA – EM, o método considerado mais adequado foi o da consolidação integral.

VIII – Certificação Legal das Contas e Parecer sobre as Contas